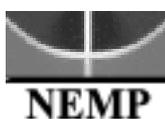


Fórum Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



APOIO:



PRODUÇÃO DO EVENTO:



COBERTURA ONLINE:



VIDEO INSTITUCIONAL:



TÍTULO ORIGINAL MÍDIA & EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
TIRAGEM: 5000 exemplares

PROJETO GRÁFICO Célia Matsunaga
ASSISTENTE Melissa Yamaguti
FOTOGRAFIA Miia Petrillo

Brasília, 1999

M 627e

Mídia e educação: perspectivas para a qualidade da informação
Brasília, 2000.
80 p. : il.

Inclui relatório final do Fórum Mídia e Educação, 11 a 13 de novembro de 1999, São Paulo.

Esta publicação é uma realização: ANDI, MEC, IAS, UNICEF, NEMP, FUNDESCOLA e CONSED.

1. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA. 2. INFORMAÇÃO PÚBLICA. 3. EDUCAÇÃO.
I. AGENCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). II. FÓRUM MÍDIA E
EDUCAÇÃO (1 : 1999 : SÃO PAULO).

CDU: 316.774:37(81)
CDD: 301.16

Fórum
Mídia & Educação



Perspectivas
Para a Qualidade
da Informação

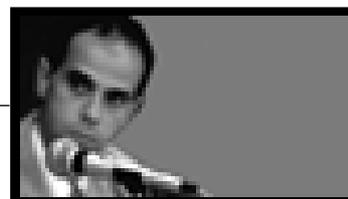
Primeiras Palavras	
Introdução Geraldinho Vieira / ANDI	5
Viviane Senna / IAS	8
Manuel Manrique / UNICEF	9
Paulo Renato / MEC	10
Os Grupos de Trabalho	
Coordenação	12
Participantes	13
Conceito, Contexto e Recomendações	14
Falas Provocativas	
Guiomar Namó de Mello	16
Maria Malta Campos	17
Ângela Schaun	19
Tânia Mara Viegas	22
Carlos Augusto Abicalil	23
Relatório Final do Fórum Mídia & Educação	
Conceito - O que é o bom jornalismo de Educação?	26
Contexto - Quais as condições atuais para produzir e publicar reportagem sobre educação?	28
Recomendações - Como promover a melhoria da qualidade da Informação?	31
A Pesquisa - Resumo Executivo	
Fernando Rossetti / IAS	34
A Pesquisa	
Mídia & Educação : Perspectivas para a Qualidade da Informação / NEMP	42
Referências Bibliográficas	78

PRIMEIRAS PALAVRAS



Geraldinho Vieira

Diretor Executivo da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância



São (e sempre foram) recorrentes nos editoriais da imprensa brasileira as idéias de educação para todos, de educação de qualidade para todos e da necessidade de urgentes investimentos no aprimoramento e qualificação do professorado. Tais “slogans” habitam com naturalidade os últimos parágrafos dos editoriais, sejam eles exigindo combate à desigualdade ou à exploração sexual de crianças e adolescentes, à violência ou à exploração do trabalho (escravo) infantil, ou ainda como trilha obrigatória para o alinhamento do país entre as nações mais desenvolvidas.

Nem sempre, entretanto, essas idéias encontraram (ou ainda encontram) reflexo no comportamento de rotina dos veículos de comunicação. Só muito recentemente o tema Educação passou a ganhar “chamadas” nas primeiras páginas. Só em 1998, segundo a Pesquisa ANDI – Infância na Mídia, o tema chegou ao primeiro lugar no ranking dos assuntos mais abordados pela imprensa – à exceção da cobertura diária de Política e Economia e tendo estado em 8º lugar em 1996.

Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as ações educativas das empresas de comunicação. A Rede Globo celebra os 500 anos do país com ênfase jornalística para as experiências bem sucedidas de ingresso e sucesso escolar e com a campanha de voluntariados Amigos da Escola. Os grandes veículos impressos estimulam a utilização de jornais e revistas em sala de aula. O grupo Abril / Fundação Victor Civita edita a Nova Escola - Revista dedicada a instrumentalizar professores e a discutir a Educação. A Fundação Demócrito Rocha (jornal O Povo, Ceará) investe em material de qualificação do professor. As revistas especializadas em empresas, negócios e mercado incluíram Educação e a responsabilidade social das empresas em sua pauta prioritária. A Agência Estado articula a Rede Iniciativa, por meio da qual cada veículo-cliente da agência reproduz, sem custos adicionais, as matérias de Educação produzidas pelos demais. São apenas alguns exemplos.

Na verdade, Estado e sociedade elegeram a Educação como tema estratégico – e isso é um fenômeno global. A estabilidade econômica e a proposta de um novo desenho do Estado criaram condições objetivas novas. Inclusive para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Os índices brasileiros, quantitativos e qualitativos, de analfabetismo, evasão escolar, repetência e escolaridade dos jovens são – descobrimos depois de 500 anos – incompatíveis com a cara de um país que se pretende globalizado.

Para informar e mobilizar a população, o Ministério da Educação prioriza a eficiência e a capilaridade de suas ações de comunicação. A sociedade civil organizada – que jamais estabeleceu tamanha parceria com o Estado – criou por sua vez eventos provocativos, tais

como os prêmios Itaú-Unicef: Educação e Participação (coordenado pelo Cenpec), o Sócio-Educando (Unicef, Ilanud, ANDI, Fundação Educar, Fundação Kellogg, Ministério da Justiça e BNDES) e o Professor Nota 10 (Fundação Victor Civita). São, igualmente, apenas alguns exemplos.

Especificamente para a imprensa, consolida-se a importância do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo e do trabalho da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Os mais importantes jornais e revistas do país organizam-se de forma diferente para a cobertura de toda esta mobilização em torno da Educação. Para uns a reportagem de Educação compete no dia-a-dia com os demais fatos, outros criaram espaços especiais (cadernos semanais, páginas fixas...).

No primeiro caso, muitas reportagens correm o risco de ficar “na gaveta” porque – segundo vários editores – não superam o “calor” do noticiário factual das editorias de Cidades (ou similares). São as reportagens que buscam maior reflexão sobre o tema. Tal situação parece estar em processo de mudança. Sob este risco, publicam-se prioritariamente as matérias provocadas sobretudo pelos anúncios (fatuais) oficiais e, em muitos e muitos casos, os releases produzidos pelas assessorias de comunicação das secretarias estaduais e municipais. Os releases trazem informações relevantes, mas quando os jornais limitam-se a cobrir Educação através dos releases sem uma repercussão local, perde-se a capacidade de ampliar a reflexão.

No primeiro caso, ainda, fica estressada a relação entre repórteres mais ideologicamente dedicados ao tema e seus editores – nem sempre contaminados por alguma forma de insensibilidade social, mas limitados pela temperatura das notícias.

No segundo caso, é comum que decisões oficiais anunciadas anteriormente (e editadas factualmente pelo mesmo veículo) sejam debatidas com maior profundidade nos espaços específicos da Educação. As reportagens que necessitam maior criatividade na pauta e maior dedicação e tempo para apuração e edição ganham e abrem espaço para o pensamento e a prática dos demais atores envolvidos: professores, alunos, pais, comunidade, pedagogos, psicólogos e organizações da sociedade civil.

As editorias específicas promovem maior qualificação de editores e repórteres para a cobertura do tema. As experiências revelam facilidade de sustentação financeira dos cadernos, com grande variedade de anunciantes.

No primeiro caso, a Educação seria um fato e, tratada desta forma, passaria a adquirir status político correspondente ao das demais demandas sociais – o que não deixa de estabelecer uma fricção criativa entre as prioridades políticas, tanto para o jornal quanto para seus leitores.

No segundo caso, o jornalismo aproximaria-se de vencer o desafio de possibilitar que a Educação seja abordada também como processo.

OUTRAS PALAVRAS

Inspirado pelo movimento de priorização que a própria imprensa desenha sobre o tema, o Fórum Mídia & Educação: Perspectivas Para a Qualidade da Informação, cujos resultados estão expressos neste documento, nasceu da vontade e do sentimento de responsabilidade social das organizações que o criaram em parceria, e do eco que tais

desejos e compromissos encontraram entre os que se uniram como patrocinadores e apoiadores – a quem agradecemos.

Realizado (ou, melhor, inaugurado) em São Paulo nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1999, como promoção da Revista Imprensa e com cobertura em tempo real a cargo do projeto Aprendiz, o fórum foi (é) um esforço para propiciar um debate orientador sobre o rumo dos esforços futuros a partir da identificação de desafios presentes e da consciência de que Educação é tema estratégico para o desenvolvimento social do país e deve ser, portanto, investigado com maior refinamento pela imprensa.

Ao decidir ousar na proposta de um novo formato de debates, os parceiros promoveram extensa pesquisa sobre os aspectos da cobertura de Educação realizada por 62 jornais a partir de clippagem compreendendo 1.763 reportagens, artigos, colunas e editoriais publicados nos anos de 1997 e 1998.

Realizada pelo NEMP – Núcleo de Estudos de Mídia e Política (Universidade de Brasília), a pesquisa – apresentada adiante - reforçou previsões, mas um de seus méritos é ter enfatizado sinais de alerta. Foram organizados e detalhados elementos normalmente despercebidos no frenesi com que se produz e divulga informação. Foram também organizados e detalhados aspectos que talvez para muitos jornalistas e especialistas representem quase o óbvio.

Colocar o óbvio e o não-óbvio à flor da pele para inspirar o debate transformador tornou-se o objetivo primeiro do fórum.

Mobilizar com maior clareza os esforços para uma nova qualidade da informação sobre Educação foi e pretende ser o melhor resultado do fórum. Suas recomendações nos convocam para desafios que são de todos.

A partir dos resultados da pesquisa, saltavam aos olhos algumas interrogações:

- Como deve ser um bom jornalismo de Educação?
- O que é necessário para que possamos contar com um bom jornalismo de Educação?
- Quais são os desafios?
- O que caracteriza o atual jornalismo de Educação?

Em que condições ele é produzido? Como podemos contribuir para superar a quantidade e, sobretudo, a qualidade da cobertura jornalística?

Quais as co-responsabilidades das empresas e dos empresários de comunicação, dos jornalistas e de suas associações, das universidades e dos professores de Comunicação, dos produtores de informação e de outros formadores de opinião e construtores de consciências?

Todos deveriam ser chamados para que novas palavras fossem ouvidas e então outras palavras entrassem em trabalho de parto.

Cerca de 150 personalidades – jornalistas (das redações e das assessorias de comunicação), especialistas, professores universitários, representantes de organizações da sociedade civil e do Estado – de todas as partes do país integraram-se aos três dias de trabalho, equacionando seus diferentes conhecimentos e experiências.

São eles os autores deste documento.

Inseridos em três grandes grupos de trabalho, cada um destes grupos funcionando com subgrupos, o fórum buscou respostas para as questões que inspiravam o debate:

CONCEITO - O que é o bom jornalismo de Educação ?

CONTEXTO - Quais as condições atuais para produzir e publicar reportagens sobre Educação ?

RECOMENDAÇÕES - Como promover a melhoria da qualidade da informação ?

As páginas seguintes trazem as respostas. Trazem também a íntegra da pesquisa que inspirou os debates assim como seu resumo executivo. Inserem-se ainda alguns textos que sintetizam o pensamento de especialistas convidados ao fórum com a missão de transmitir “ falas provocativas” .

A esta publicação somam-se um Guia de Fontes em Educação, produzido sob a coordenação do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e edições especiais da Revista Imprensa e da TV PUC São Paulo, ambas com a cobertura do fórum.

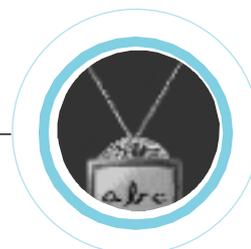
A esta publicação somam-se, antes de tudo, o desejo e o compromisso de todos os seus autores por uma atuação profissional que - equacionando diversos parceiros e suas missões específicas - estabeleça a aliança por uma agenda comum em torno da Educação brasileira, universalizada e de qualidade.

PRIMEIRAS PALAVRAS



Viviane Senna

Psicóloga, empresária e Presidente do Instituto Ayrton Senna



É na sala de aula, com Educação de qualidade, que se iniciam e se firmam as bases para o desenvolvimento efetivo de uma economia competitiva, de uma sociedade mais justa e de um Estado de Direito forte e consolidado. Portanto, mais que uma questão pedagógica e mais até que uma questão social, Educação é uma estratégia prioritária de desenvolvimento econômico, social e político de uma nação. Nessa medida, não pode continuar sendo assunto de especialistas, nem tampouco monopólio ou responsabilidade exclusiva do Estado. Educação é tarefa e responsabilidade de todos. Como bem disse um dia Claudio de Moura Castro, “ imagine o que seria do Brasil, se todos vigiassem a Educação como vigiam a seleção brasileira” ...

Nessa tarefa, que é pública, o jornalista tem dupla função — como próprio cidadão co-responsável e como profissional que atua não apenas como formador de opiniões, mas como formador de consciências, capaz de atingir parcelas enormes da população, através do meio de comunicação a que pertence. Por isso, já em 1996, o Instituto Ayrton Senna através de um convênio firmado com a Columbia University, dos EUA, levou alguns profissionais brasileiros a participarem do Human Right Advocates Training Program, entre eles Gilberto Nascimento, Fernando Rossetti e Daniela Falcão. Outra ação nesse campo foi estabelecer uma aliança social estratégica com a ANDI, com o objetivo de apoiar e fortalecer seu competente trabalho em prol da criação de uma cultura jornalística que promova e defenda os direitos da criança e do adolescente. Em paralelo, nasceu o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo que, com suas três edições, já alcançou a participação de mais de 2 mil jornalistas com cerca de 2600 matérias veiculadas nas mídias impressa e eletrônica.

A aliança Instituto Ayrton Senna/ANDI passou a gerar outros frutos. Um deles é o Fórum Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação, realizado em conjunto com o MEC, Unicef, Fundescola e Revista Imprensa. Este livro é um dos produtos deste Fórum e, em breve, os profissionais da imprensa poderão se utilizar de um outro novo e importante produto seu – o Guia de Fontes com informações específicas da área. Também estão em fase de finalização os entendimentos do Instituto Ayrton Senna com a PUC de São Paulo, para um curso de extensão universitária, já formatado, denominado Jornalismo e Educação. Visa instrumentalizar jornalistas interessados em atuar de forma mais consistente, no seu trabalho diário nas redações, para a construção de uma Educação de qualidade no país.

Essas e outras ações têm o objetivo de cooperar, conjuntamente com a imprensa, para mudar de página as crianças e os jovens brasileiros. Tirá-los das páginas da violência, do descaso, da fome, da ignorância, do tráfico, e fazer com que eles ocupem seu lugar de direito – as páginas da Educação, da saúde, da dignidade e da esperança.



Manuel Manrique

Representante Adjunto do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) no Brasil.



O Brasil tem uma experiência única a relatar na América Latina. A imprensa brasileira mostra, a cada dia, seu interesse pelos temas da infância e da juventude deste País. Os chamados assuntos sociais, saúde, direitos, família, violência, assistência social, investimentos públicos e do terceiro setor nessas áreas ganham cada vez mais espaço nos jornais impressos, nas revistas, nos telejornais, nas reportagens de rádio. Dentre esses temas, um tem para nós uma expressão significativa: a Educação.

O crescimento da presença da Educação nos meios de comunicação obedece tanto à agressiva política oficial dos últimos anos, como à consciência coletiva de que sem Educação os seres humanos deste mundo globalizado estão em clara desvantagem.

Além disso, a pressão sobre o sistema educacional brasileiro não tem precedentes. A atual população jovem é a mais alta da história do País. Existe, portanto, um contexto favorável e uma sociedade atenta que responde favoravelmente às informações que os meios de comunicação oferecem.

Encontrar espaço para a cobertura desse tema é um desafio novo nas redações. Mas percebemos que a qualificação dos repórteres é gradativa e a Educação vai, pouco a pouco, conquistando o espaço que merece no cotidiano da imprensa brasileira.

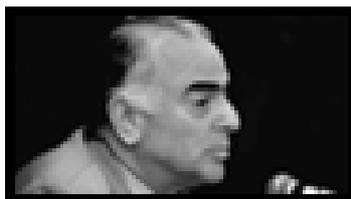
Assim, com o espaço já em vias de ser conquistado, o desafio de jornalistas, empresas de comunicação e os "geradores" de notícias é exatamente a melhoria do conteúdo dessas reportagens. Nessa nossa era da informação, onde tudo é tão rápido e imediato, a boa cobertura jornalística em Educação tem a difícil missão de ser reflexiva, de aceitar o convite à pesquisa, de buscar compreender o processo da Educação e não apenas suas consequências mais óbvias.

Como tem apoiado a bela experiência da ANDI há cinco anos, o UNICEF fez questão de também de participar da promoção do seminário Mídia & Educação, ao lado de parceiros comprometidos com a melhoria da qualidade da Educação neste País e com o desenvolvimento de um jornalismo de Educação de alta qualidade profissional.

Desde novembro de 1999, a experiência única da mobilização da mídia brasileira abre, então, uma nova experiência singular: organizar um Fórum permanente sobre Mídia & Educação para debater o conteúdo do bom jornalismo na área e propor, com muitas e afinadas vozes, como esse conteúdo pode ser alcançado no cotidiano das redações.

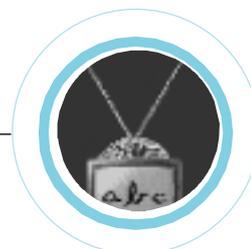
Acreditamos que é fundamental ajudar a colocar um dos focos da mídia neste tema crucial para o Brasil hoje. Por isso é tão importante e urgente fomentarmos ações que estimulem a cobertura jornalística da Educação no Brasil. A equipe do UNICEF no Brasil tem o prazer de participar desse processo.

PRIMEIRAS PALAVRAS



Paulo Renato Souza

Ministro da Educação



Em novembro do ano passado, jornalistas de várias empresas de comunicação, dirigentes e funcionários do Ministério da Educação e representantes de diversas entidades sociais/empresariais reuniram-se em São Paulo para uma das mais significativas ações em favor da Educação, bandeira que é de todos nós, Poder Público e sociedade.

Juntos, os cerca de 150 profissionais presentes ao evento, intitulado Mídia & Educação, analisaram a cobertura jornalística que o tema Educação tem merecido no Brasil. Ao final de três dias de um debate pautado na essência pela comunhão de visões e propósitos, o grupo obteve um importante retrato crítico do noticiário nacional e regional, avançando inexoravelmente para a discussão do significado social da informação.

Os participantes concordaram que, se por um lado, a cobertura da área educacional aumentou nos últimos anos, por outro, a iniciativa dos veículos na formulação da pauta ainda é muito tímida, tarefa que continua a cargo do Poder Público. Ao mesmo tempo, pouco investigativas, a maioria das reportagens acaba sendo superficial, destacando somente aspectos negativos, em prejuízo do estímulo ao envolvimento do cidadão com as questões afeitas ao ensino. Teríamos hoje abundância de informação, e isto já é um indicador muito positivo, mas ainda sem a qualidade necessária.

Este documento apresenta a avaliação que resultou desse encontro e registra, além do diagnóstico, o tratamento para os males detectados. Constitui-se numa prescrição importante, feita sobretudo por profissionais de comunicação, que conhecem as demandas diárias do ofício de informar.

O conjunto das recomendações é claro: sugere-se às empresas jornalísticas que, em paralelo à sua função primordial de fiscalizar os Poderes constituídos e exercitar a crítica, passem a tratar com maior profundidade e responsabilidade o tema Educação, “desarmando-se” na abordagem noticiosa a partir de uma postura construtiva e mobilizadora que contribua para o real avanço do Brasil.

Trata-se, a meu ver, de uma iniciativa muito importante, pois reafirma o papel que cada um de nós individualmente e o conjunto da sociedade pode e deve exercer para que o país alcance seus objetivos - desenvolvimento, prosperidade e acesso aos bens da civilização - que só conquistaremos por intermédio da educação dos brasileiros.

As constatações feitas no encontro Mídia & Educação revigoram o compromisso social dos meios de comunicação. Invocam-no, sobretudo. Isto, no caso da difusão de políticas públicas sérias e conseqüentes, e mais ainda quando se tratam de áreas sociais, como a Educação, pode significar hoje em dia o sucesso ou o insucesso de um projeto nacional, tal o poder de penetração que a mídia exerce sobre as sociedades.

É hora pois de absorver por inteiro essa dimensão, extraindo todo o proveito dessa reflexão. É o que propõe este documento. É o que espera, creio, o país.



OS GRUPOS DE TRABALHO . Coordenação

COORDENADORA DA RELATORIA

Rachel Mello - Unicef

ASSESSORA DA COORDENAÇÃO

Patrícia Vasconcelos - Instituto Ayrton Senna

COORDENADOR DO GRUPO

Manuel Manrique - Unicef
Fundo das Nações Unidas para a Infância

RELATORES

Udo Bock - Unicef
Gustavo Cunha - ANDI
Agência de Notícias dos Direitos da Infância

GRUPO 2 CONTEXTO

COORDENADOR

Fernando Rossetti
Instituto Ayrton Senna

RELATORES

Patrícia Portela - Unicef
Camila Melo - ANDI

COORDENADOR DO GRUPO

Geraldinho Vieira - ANDI

RELATORES

Âmbar de Barros - Fundação Victor Civita
Juliana Andriqueto - IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Participantes

Adriana Paes de Barros / UESP . Adriana Vera e Silva / Revista Nova Escola . Ana Lúcia Viviani / Instituto Ayrton Senna . Ana Mascia Lagôa / Jornal do Brasil . Anelise Borges de Lima / MEC . Ângela Santos / TV Cultura . Antenor Vaz / Jornal Radcal . Beatriz Martins / Rede Globo (Brasil 500 Anos) . Cláudia Girelle / TVE MS . Cláudia Teles / Revista Presença Pedagógica . Demóstenes Romano Filho / Pacto de Minas pela Educação. Gersen Luciano / Secretário de Educação de São Gabriel da Cachoeira . Gilmar Piolla / MEC . Guilherme Canela / NEMP . Guiomar Namó de Mello / Fundação Victor Civita . Iracema Nascimento / CENPEC . João Luís Mendes / MEC . José Eduardo Costa / Rádio Itatiaia . José Eustáquio de Freitas / Consed . Liliane Reis / Correio da Bahia . Lisiane Nunes / Fundação Maurício Sirotsky . Lúcia Carla Gama / A Crítica . Madza Edna / CECIP . Marcelo Brettas / Revista Zé . Márcia Andréa / Consed . Marco Antônio Araújo / Revista Educação . Maria Helena Martinho / RBS TV . Marina Oliveira / Fundescola . Mirna Gurgel / Consed . Mônica Rodrigues / TV Futura . Pedro Medina / Consed . Pedro Paulo Carneiro / TVE . Rociléa Dourado / Consed . Rogério Oliveira / O Estado . Sandra Carla de Deus Inácio / MEC. Sérgio Haddad / ABONG . Simone Freitas / MEC . Susana Pereira/ Liceu de Artes e Ofício da Bahia . Uta Kuhlwein/ Consed . Vera Lúcia Dantas / MEC . Vânia Mareco / MEC.

Aldenígio Décio Leite / O Imparcial . Adriano Filho / SEMESP . Alessandra Blanco / Revista Capricho . Aline Gonçalves / Ciranda . Roseli Alves / Fundação Bradesco . Ana Luiza Zaniboni / OBORÉ . Ana Sá / Jornal de Brasília . Ângela Serino / Natura . Angélica Torres Lima / MEC . Backer Fernandez / MEC . Carlos Augusto Abicalil / CNTE . Cecília Anderlini / SEMESP . Claudius Ceccon / CECIP . David Moisés / Agência Estado . Décio Sá / O Imparcial . Denise Carreira / CENPEC . Eduardo Homem / Centro de Cultura Luiz Freire . Elaina Jardim/ MEC . Eneida Marques / Uga-Uga . Fábio Anderson / Saúde e Alegria . Fernanda Santos / Consed . Francisco Alemberg / Fundação Casa Grande . Gabriela Athias / Estadão . Gilberto Costa / Fundescola . Humberto Rezende / Correio Braziliense . Isabelle Câmara / Cipó . Juliana Raposo / Instituto Ethos . Laura Greenhalgh / Revista Época . Leila Midlej / Fundação Abrinq . Luciano Milhomem / Unesco . Lydia Renault / Meios & Ação . Marcelo Mincar / Veja na Sala de Aula . Maria Helena Guimarães de Castro / INEP . Maria José / Correio do Povo . Maria Selma Alves / Consed . Mariela de Castro Santos / Consed . Marta Castro / Fundação Odebrecht. Nádia . Hatori / TV Cultura . Nadja Vladi / A Tarde . Nelcira Neves de Nascimento / Rádio Gaúcha . Nilson de Oliveira / Agência Folha . Paulo do Vale / Sindicato dos Radialistas de Sergipe . Rita Moraes / Revista IstoÉ . Rose de Melo / Agência Emaús . Rubens Amador / MEC . Ruberval Silva de Aguiar / TV Liberal . Tânia Maria Viegas/ MEC . Vaguinaldo Marinheiro / Folha de São Paulo . Vanessa Sá / TV Futura . Viviane Viana / O Dia.

Ademir da Silva Costa / Diário do Nordeste . Aida Veiga / Revista Veja . Ana Márcia Diógenes / O Povo . Ângela Maria de Oliveira / Diário Catarinense . Catarina Neves / MEC . Cleuza Rodrigues Repuro / Fundação Orsa . Valéria Mateus / Fundação Orsa . Débora Da Col Tavares / MEC . Eduardo Brito da Cunha / ANJ . Elisabete Saraiva / Grupo Abril . Eudete Petelinkar / TVE MS . Eugênio Parcella / Diário de Natal . François René / MEC . Guálter George / O Dia (Piauí) . Humberto Silva / Consed . Jacqueline Frajmund / MEC . Juliana Gomes / O Popular . Laerte Martins / MEC . Laura Carneiro / Secretaria Estadual de Educação – SP . Luís Carlos do Nascimento / O Norte . Maria Clara Notaroberto / Projeto Escola Brasil . Ângela Schaub / USP . Maria Malta Campos / PUC-SP . Martha Becker / Fundação Maurício Sirotsky . Rachel Trajber / Estadão na Escola . Raimundo Tadeu / Consed . Regina de Lima / MEC . Rodrigo Fährat / MEC . Rubens Scardua / SEMESP . Sérgio Ferreira / Unicamp . Sérgio Gomes da Costa / OBORÉ . Sílvia Zanella / Gazeta do Povo . Suylan Midlej / Consed . Tacyana Arce / O Estado de Minas . Tadeu Oliveira / Consed – RN . Teresa Rego / Veja na Sala de Aula . Ulisses Campbell / O Liberal . Valci Zuculoto / FENAJ e FM Cultura . Vera Gasparetto / Consed . Virgílio Aragón / NEMP.

CONTEXTO

Enfoque Com que perspectiva se aborda o tema? Qual a visão predominante? Qual é a formação dos jornalistas no tema Educação?

Tratamento O que caracteriza o jornalismo de Educação no tratamento do assunto: Sensacionalismo, adesão ao governo, seguimento da pauta ditada pelo Estado, alinhamentos com determinadas visões do tema? Níveis de ensino e espaços prioritários para a cobertura jornalística. As questões macro.

Fontes Uso de fontes quantitativas e qualitativas. Como tratar as avaliações? Fontes que não são aproveitadas, fontes potenciais.

Atores Qual o papel da universidade, do jornalista, do editor, das empresas, do Estado, do Terceiro Setor, etc. no perfil do bom jornalismo de Educação?

Condições internas dos meios de comunicação:

Projeto editorial Até que ponto inclui as questões sociais, como Educação?

Jornalistas Estão interessados em Educação? Estão preparados para cobrir o tema? Qual é o "status" do jornalista de Educação?

Editores: Qual a atitude? Têm interesse? Até que ponto?

Empresas Estão investindo na cobertura de Educação? Como?

Infra-estrutura Quanto ajuda ou atrapalha a cobertura?

Agências de Notícias Têm alguma abordagem definida da Educação?

Condições externas aos meios de comunicação:

Leitores Estão interessados em Educação? Que tipo de artigo agrada mais? Até que ponto vai este interesse?

Mercado Existe para jornalistas especializados em Educação? Aonde?

Governo Qual tem sido o seu papel? Contribui? Fornece as informações necessárias? Matiza a cobertura?

Assessorias de Comunicação Qual tem sido o seu papel?

Como promover a melhoria da qualidade da informação?

Universidade

. Os currículos das faculdades de Comunicação contemplam a formação necessária para a cobertura jornalística da área social, em específico da Educação? Como? Por quê?

Empresa

. É função das empresas de comunicação investir/promover o aprimoramento profissional de seus recursos humanos (em específico os jornalistas)? Por quê?

. Quais as mais eficientes maneiras empresariais de investimento no aprimoramento da qualificação de seus profissionais de jornalismo?

. Os "treinamentos existentes" reconhecem a área social – e a Educação em particular – como temas a serem priorizados? De que forma?

Jornalistas

. Como o jornalista recém-graduado (ou nos primeiros anos de carreira profissional) percebe sua própria formação?

. O jornalista ainda é um trabalhador "que sabe um pouco de tudo" e acha que "não precisa mais que isso"?

. Os jornalistas profissionais são/estão receptivos a propostas de treinamento e qualificação?

. Que "oportunidades" (viagens profissionais para cobertura, seminários, workshops etc.) são reconhecidas pelo jornalista como relevantes para seu aprimoramento – de maneira geral e em particular para a cobertura de Educação?

Governo

. As assessorias de imprensa – nos níveis municipal, estadual e federal da Educação – estão qualificadas para a compreensão global da Educação? Por quê?

. É, deveria ou poderia ser, responsabilidade também das secretarias de Educação e do MEC a promoção de ações de aprimoramento à formação do jornalista? Por quê? Como?

Terceiro Setor

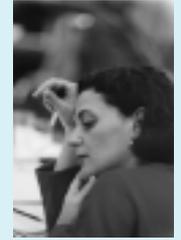
. Como as organizações da sociedade civil (ONGs, institutos, fundações, sindicatos, associações...) podem contribuir para uma maior compreensão do jornalista sobre os vários aspectos das ações de complementariedade escolar e da chamada "educação para valores", por exemplo?

. Que ações políticas e/ou institucionais podem ser tidas como "recomendações de urgência" na perspectiva de informar com maior qualidade? Que outras recomendações podem ser consideradas como ações de médio e longo prazo?

Fontes

. Que materiais estão (ou poderiam/deveriam estar) disponíveis para consulta e auto-formação do jornalista? Por quais meios os materiais se tornam mais facilmente disponíveis?

RECOMENDAÇÕES

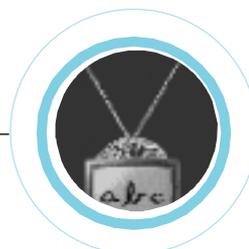


FALAS PROVOCATIVAS



Guiomar Namó de Mello

Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e
Diretora Executiva da Fundação Victor Civita



(*) “ Existe uma necessidade de frisar uma especificidade no tema Educação. O tema Educação Escolar é importante para fixar o trabalho do jornalista em um dos focos da Educação – a Escola. Pois, em sentido amplo, tudo é Educação, e uma generalização a esse ponto dificulta entendimentos, pautas e assuntos a serem abordados.

O conceito de Educação pode ser segmentado em 3 níveis: primeiro quando se refere ao contexto da família, lar; segundo no entorno da Escola e terceiro no amplo espectro da sociedade, o aprender continuado.

A escola é pouco importante na Educação em seu sentido mais amplo, mas neste pouco ela é decisiva. É papel do jornalista lembrar, por exemplo, que a Educação escolar tem um limite, ou seja, que tem um papel a cumprir mas que não pode resolver, sozinha, questões contextuais e mais abrangentes como gravidez na adolescência, trabalho infantil, drogas, Aids e exploração sexual de crianças e adolescentes. É função do jornalista ter esse entendimento de forma suficiente para saber o que e como cobrar.

Jornalista não trabalha com dados, mas sim com significados. Ter consciência do que significa esse poder é indispensável para o profissional de imprensa.

O tempo da Educação não é o tempo do jornalismo factual. Qualquer mudança em estatísticas de evasão, repetência ou taxa de matrícula, por exemplo, é consequência de uma ação continuada, de um processo. E essa é uma diferença que o jornalismo precisa compreender e saber contemplar em seus textos e ações.

O que é notícia em Educação? Identifica-se uma necessidade de qualificação da demanda para fazer com que a exigência das pessoas em relação à Escola e à Educação seja cada vez mais qualificada. Por exemplo, a existência de merenda na escola como exigência máxima.

O jornalista deveria conhecer minimamente o jargão da Educação Escolar. Por exemplo, através de um Glossário dos termos e siglas mais comuns, disponível na Internet.”

* Síntese da fala provocativa.



Maria Malta Campos

Presidente da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, professora do curso de pós-graduação da PUC/SP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.



Durante muito tempo, no Brasil, o setor de comunicação esteve alienado dos problemas educacionais. Essa realidade mudou e este encontro é um sinal de que os profissionais de comunicação estão hoje sensibilizados e tentando se qualificar para lidar com o tema da educação, o que é muito importante. Parabéns aos organizadores do evento por mais essa iniciativa.

No entanto, observa-se que ocorrem alguns problemas nesse processo de aproximação com a realidade educacional. Acho que, para melhor entender e superar esses problemas, torna-se importante entender o contexto anterior e algumas características próprias desse campo. Essa compreensão pode ajudar a superar algumas dificuldades de comunicação existentes, de parte a parte, no contato mídia/pesquisadores/universidades/centros de pesquisa.

O primeiro dado importante que deve ser levado em consideração é que a educação lida com processos de média e longa duração; essa é uma condição inerente à atividade educacional. A formação das pessoas, sejam crianças, adolescentes ou jovens, é um processo lento, pois trabalha tanto com dinâmicas cognitivas e afetivas internas ao indivíduo, como com o contexto social e cultural com o qual eles interagem. Tanto o campo político como o campo da informação têm dificuldades em reconhecer esse fato: dão trombadas ali porque para os dois o horizonte é muito mais imediato. Mas a educação é assim mesmo: nenhuma experiência, nenhuma tentativa de inovar, em lugar nenhum, por mais desenvolvido que seja e nem mesmo com toda a tecnologia contemporânea, consegue escapar dessa característica básica.

Esta é uma questão estrutural com a qual temos que lidar. As notícias tratam dos fatos isoladamente; às vezes fatos conectados aparecem em seções diferentes dos jornais, caminham paralelamente. Por exemplo, as rebeliões da Febem são noticiadas sem ligação com a situação dos jovens nos grandes centros, sua escolaridade precária, o desemprego jovem, a falta de alternativas de lazer nas periferias pobres, e assim por diante. Acontecimentos com tempos de maturação diferentes parecem desligados, e muitas vezes não é fácil entender sua articulação.

A segunda coisa importante a ser considerada é a seguinte: durante décadas, talvez durante toda a nossa história, a área de educação foi totalmente destituída de prestígio. A educação até dez anos atrás era um assunto quase invisível, de pouca importância. Como carreira, dizia-se que era de "espera marido", seguida por aquelas moças que conseguem menos pontos na Fuvest, ou por aquelas que fogem da matemática no curso normal, profissão escolhida por mulheres que ganham menos e compatibilizam o trabalho com o casamento. Esse estereótipo também existe em outros países, mas é mais profundo no Brasil.

FALAS PROVOCATIVAS

Isso criou ao longo das últimas décadas uma série de vícios. Consolidou-se um campo profissional mal pago, desprestigiado, segregado, atrasado em relação a áreas como Sociologia ou Psicologia. A contrapartida é que esse campo tinha um monopólio do assunto educação, não havia competição em relação à interlocução com a sociedade. Tinha pouco prestígio, mas tinha o monopólio.

Hoje a situação mudou radicalmente. Agora, existem competidores com poder de fogo muito grande: empresas, fundações empresariais com assessoria de imprensa, economistas aparentemente convertidos à causa da educação, o próprio MEC, que mudou seu perfil e tem significativo poder de acesso, com a priorização dada pelo ministro à comunicação (basta observar a quantidade de pessoas do MEC nesse encontro!). Atualmente, há competição entre os atores para ter voz e se fazer ouvir na sociedade, quando o tema é educação.

Agora nós, pesquisadores e educadores, estamos tendo que competir com esses setores, ainda com poucas armas e pouca experiência em lidar com a mídia. Ao mesmo tempo, ao ver o espaço público conquistado rapidamente pelos novos atores sociais que discorrem sobre educação, o sentimento é de perplexidade e mágoa, porque durante todas essas décadas, as únicas pessoas que se interessaram pelas escolas, que fizeram pesquisa, que denunciaram os problemas e sua gravidade, foi o nosso campo; e subitamente, a gente vê pessoas que descobriram a América há cinco minutos, que começam a falar um monte de bobagens, e isto se transforma em grandes manchetes, porque sua capacidade de ter acesso aos meios de comunicação e chegar ao público é muito grande.

É neste campo de contradições e diferenças que vocês estão atuando hoje e muitas vezes esses choques e conflitos têm raízes na história.

Quem são os novos protagonistas no Brasil? O poder público, principalmente o federal, o setor empresarial, as organizações não governamentais ligadas

ao empresariado, as escolas privadas, especialmente no nível superior, entre outros. As empresas, por exemplo, dizem que fazem muito na área educacional, mas em termos numéricos essa atuação é insignificante. Há uma grande desproporção entre seu poder de discurso, sua visibilidade e o que fazem realmente.

Por outro lado, existem protagonistas que perderam espaço, como é o caso dos professores, cujas organizações perderam representatividade em relação à própria base, mas que devido a importância da posição que ocupam deveriam ter mais espaço na mídia. Eles se tornaram invisíveis a partir do momento em que pararam de fazer greves. E mais invisíveis são as famílias e associações de pais de escolas públicas. A não ser nos casos de pais que dormem na fila da matrícula para conseguir vaga para seus filhos, só aparecem na mídia os pais de alunos de escolas privadas lutando contra o aumento de mensalidades.

Estes são os dados da realidade e se não existir uma consciência da imprensa sobre essa diferença de poder entre as várias vozes, corre-se o risco de reforçar aqueles que já têm voz demais e negar espaço aos que têm voz de menos.

É evidente que a imprensa sempre vai refletir as desigualdades sociais. É impressionante a distância que separa o Brasil até de países semelhantes da América Latina. O Brasil apresenta um atraso de décadas em relação às desigualdades sociais e isso reflete-se tanto na realidade educacional como no acesso aos meios de comunicação. Por esse motivo eu não concordo que há um "livre mercado" para o acesso à imprensa. Esse acesso sempre reflete uma situação de poder na sociedade.

Gostaria de finalizar dizendo que existe aí um campo muito amplo para uma atuação cidadã. Há espaços a serem criados, espaços para o surgimento de novas demandas, novas vozes. Talvez aí consigamos dar conta da natureza complexa e multifacetada do processo educacional e ajudar a ampliar a democracia no país.



Ângela Schaun

Doutoranda em Comunicação da ECO UFRJ, professora da UNIFACS - BA, pesquisadora NCE/ECA/USP e SEPLANTEC/CADCT - BA e coordenadora do NCEC/UNIFACS/BA.



EDUCOMUNICADORES COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA ÉTICA DA INTER-RELAÇÃO COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO ⁽¹⁾

Atualmente, a informação é um fator fundamental para a educação (atingindo diretamente o setor produtivo), que orientada para a convivência, reflexão e crítica deve, também, definir seu estatuto frente à mundialização dos intercâmbios culturais e a globalização da economia.

Nesse sentido, falar em informação implica estudar as profundas razões que trabalham a representação simbólica, como é o caso dos meios de comunicação e o sistema de educação (SOARES, 1998).

Portanto, o paradigma da educação no seu estatuto de mobilização, divulgação e sistematização de conhecimento, implica acolher o espaço inter- discursivo e mediático da comunicação como produção e veiculação da cultura, fundando um novo locus : o da inter-relação comunicação educação.⁽²⁾

O desenvolvimento tecnológico, mais especificamente, o avanço dos meios de comunicação, desenvolveu um campo novo de convergência de saberes, em que o percurso da educação para a comunicação, ou da comunicação para a educação passou a ser um campo que perpassa as diversidade aparentes.

A inter-relação Comunicação / Educação ganhou densidade própria e se afirma como um campo de intervenção social específico. Esta é a conclusão a que o NCE -Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, acaba de chegar, em pesquisa realizada entre 1997/ 98, em parceria com o Núcleo de Comunicação, Educação e Cultura - NCEC/UNIFACS/ Bahia. O universo contou com a participação de 178 pesquisadores e especialistas, da América Latina e Espanha.⁽³⁾

Do lado da educação, como uma referência básica, este processo tem sua genealogia em educadores e pensadores como Paulo Freire (1981), sua filosofia assenta-se em princípios éticos bem explícitos:

“...a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente...Como a educação é um processo específico e exclusivamente humano (...) Homens e mulheres, pelo contrário, podendo romper esta aderência e ir mais além de mero estar no mundo, acrescentam à vida que têm a existência que criam. Existir é assim um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se”.

FALAS PROVOCATIVAS

Do lado da comunicação, Walter Benjamin, (1992) é o filósofo mais referido mundialmente, pois ao buscar a perspectiva compreensiva, acolhe todas as experiências originárias e distingue os novos aspectos das coisas, libertando-se das aparências, faz com que o conhecimento individual seja o mais universal:

“ Em grandes épocas históricas altera-se, com a forma de existência coletiva da humanidade, o modo de sua percepção sensorial. O modo em que a percepção sensorial do homem se organiza - o médium em que ocorre - é condicionado não só naturalmente, como também historicamente.”

Os Educomunicadores: suas motivações e crenças

Os Educomunicadores são agentes sociais com larga experiência e um alto nível de formação, atuando no ensino formal (cursos fundamental, médio, superior, formação de professores para o exercício de uma Pedagogia da Comunicação) e não-formal (organizações e instituições da sociedade civil), nas empresas, nos meios de comunicação (grandes meios, emissoras educativas e comunitárias de rádio e televisão), nos movimentos populares, nas organizações não governamentais. Eles atuam junto a públicos diversos e específicos, de todas as faixas etárias e grupos sociais minoritários e/ou socialmente excluídos ou estigmatizados.

O aporte de uma consciência ética e uma pragmática voltada para as transformações da sociedade são os fundamentos desse novo campo de intervenção social. As suas motivações se firmam em dois grandes postulados: a formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos no meio social (onde toda e qualquer discriminação e exclusão deve ser banida), e a concretização de utopias sociais, mais claramente postas no campo da ecologia, de uma educação de qualidade e de uma comunicação participativa e democrática.

As principais crenças se constituem em relações sociais mais humanizadas, na transformação do indivíduo e da sociedade, na descoberta de novos caminhos para a resolução colaborativa de problemas, e sobretudo na criação de olhares diferenciados sobre o cotidiano.

Valores educativos

A educação é compreendida enquanto processo de construção de valores éticos. Neste sentido, configura-se a opção pelo aprendizado em equipe, respeitando-se

as diferenças, e a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, além da criação, produção e alimentação de projetos comprometidos com a transformação social.

A atividade do agente cultural ou do profissional de comunicação no espaço educativo baseia-se no trabalho de natureza didática, constituindo-se num serviço multidisciplinar e multimidiático, voltado para a comunidade e inspirado em conteúdos culturais específicos nos diversos territórios. Ao mesmo tempo, são prioridade os novos projetos e propostas de trabalho baseados na superação de dificuldades e com lastro no talento e diferencial cultural das comunidades.

Principais funções dos Educomunicadores

Do ponto de vista das habilidades os educadores desempenham funções consideradas estratégicas e pró-ativas no contexto político institucional, organizacional e/ou empresarial. Assim, entre as principais funções desenvolvidas por esses profissionais podem ser destacadas: a) elaborar diagnósticos no campo da inter-relação comunicação/educação, planejando, executando e avaliando processos comunicacionais; b) construir uma visão de conjunto dos processos da educomunicação, conhecimentos técnicos específicos que se aplicam tanto a macro-sistemas - globalização, mundialização - quanto a espaços reduzidos de atividades humanas - cultural, local; c) refletir sobre o novo campo, sistematizando informações que permitam um maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade/comunidade no que concerne a inter-relação comunicação/educação; d) coordenar ações e gestões de processos, traduzindo em políticas públicas; e) implementar programas de 'educação para os meios', considerando os estudos de recepção e as práticas desenvolvidas nos vários países que mantêm experiências avaliadas a respeito do tema; f) assessorar os educadores no uso adequado dos recursos da comunicação, promovendo o emprego, cada vez mais intenso, das novas tecnologias e das diversas linguagens artísticas, como métodos e instrumentos didáticos envolvidos no processo educativo/comunicacional.

Educomunicação, Suporte financeiro e Vontade política

“ A Educomunicação pode ser definida como toda ação comunicativa no espaço educativo, realizada com o objetivo

Intervenções de profissionais convidados para estimular os debates nos grupos de trabalho

de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos “. (SOARES 1999)

Enquanto espaço educativo podemos também compreender a mídia como formadora de opinião e principal emissora dos contratos de leitura, na análise discursiva do mundo contemporâneo. Assim, o espaço mediático é, por excelência, um espaço educativo, e, portanto, a sua leitura crítica e cidadã pressupõe refletir e sistematizar informações que possibilitem um maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade, conseqüentemente, constituindo-se no espaço público e político privilegiado da atualidade.

Os investimentos no novo campo vêm crescendo ao tempo em que estão sendo considerados, cada vez mais, estratégicos. Os projetos e ações dos educadores têm sido financiados e apoiados por diversas instituições, as quais desempenham um papel relevante na temática abordada e em relação à ampliação dos compromissos, com recursos selecionados para o desenvolvimento permanente de projetos.

Porém, o trabalho junto aos meios de comunicação tem seguido, em sua maioria, a lógica estritamente lucrativa, necessitando urgentemente de um repensar estratégico, incluindo vontade política em direção a novas perspectivas e investimentos financeiros na área. Este reposicionamento poderá abrir um campo novo, para os inúmeros segmentos da sociedade, tornando-se interessante uma política de parcerias com empresas e instituições.

Desafios

Alguns desafios imediatos se colocam com objetivo de produzir maior visibilidade e consolidação da intervenção social e política dos educadores. A curto e médio prazos, destacamos: manter a saúde da informação e seu livre fluxo no interior das organizações e desta com a sociedade; modernizar e tornar ativo o setor de multimeios, planejar estrategicamente a formação e atualização de profissionais do novo campo articulando o papel reservado às Faculdades de Comunicação e Educação na preparação do profissional para o exercício das funções do Educador; enfrentar as contradições inerentes a um campo ainda em formação; superar resistências que projetos no campo da inter-relação comunicação educação

encontram junto a órgãos financiadores de projetos de intervenção social e de pesquisa acadêmica; atuar em todas as atividades humanas em que se faz necessária a utilização dos processos e recursos da comunicação adequada ao momento histórico.

Em tempos de globalização, de fragmentação, flexibilidade, desemprego estrutural, violência e poderes profusos e difusos, aceleração, simulacros e espelhos infinitos e fractais, talvez seja bom escutar um pouco as vozes dos pensadores originários, para iniciar o que bem poderia ser ou ter sido o final dessa nossa nova conversa...

“ O combate é de todas as coisas pai, de todas rei, e uns ele revelou deuses, outros, homens; de uns fez escravos, de outros livres.” (HERÁCLITO, Frag. 53).

Bibliografia

- BENJAMIN, Walter - Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política. Trad. Ma. Luz Moita. Lisboa. Relógio D'Água. 1992. p.80
- FREIRE, Paulo - Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.149
- HERÁCLITO, de Éfeso. Seleção textos José Cavalcanti de Souza. p. 73 a 123. São Paulo. Abril Cultural. Col. Os Pensadores. 1978.
- SOARES, Ismar de Oliveira, “ Gestión de la comunicación en el espacio educativo (o los desafíos de la era de la información por el sistema educativo): ”, in GUTIERREZ, Alfonso, Formación del Profesorado en la Sociedad de la Información, Editora de la Universidad de Valladolid, España, 1998 p. 33-44.
- SOARES, Ismar de Oliveira, “ Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais” in Revista CONTATO: revista brasileira de comunicação, arte e educação. - Ano 1, n. 2 (An/ mar 1999). Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Artur da Távola, 1999, p. 19-74.

Notas

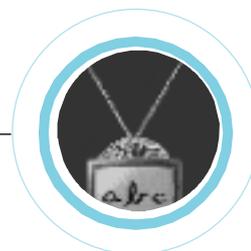
1. Este texto é o resumo da palestra apresentada no evento Mídia & Educação realizado pelo UNICEF, Ministério da Educação, ANDI, NEMP, FUNDESCOLA, Instituto Ayrton Senna e CONSED, São Paulo, 11, 12 e 13 de novembro de 1999.
2. Informações sobre o novo campo Comunicação/Educação poderão ser obtidas nos seguintes sites: www.eca.usp.br/nucleos/nce e www.unifacs.br/nucleo/ncec.
3. Coordenação internacional Pesquisa Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, presidente NCE/ECA/USP e vice-presidente do WCME - World Council on Media Education, coordenação na Bahia e análise qualitativa dos dados Prof.a. Angela Schaub.

FALAS PROVOCATIVAS



Tânia Mara Viegas

Jornalista. Coordenadora de Comunicação Social do Ministério da Educação



A cobertura da imprensa na área da educação é passiva e sem comprometimento social. Os jornalistas, viciados em releases, têm preconceitos em relação às fontes oficiais, o que acaba favorecendo o setorista.

Na primeira gestão do ministro Paulo Renato Souza, foi dada à comunicação uma tarefa desafiadora: colocar a discussão do tema educação tão presente no dia-a-dia das pessoas como as novelas e o futebol. Para que ele se tornasse pauta cotidiana, foi necessário estruturar a Assessoria de Comunicação do Ministério e construir uma relação de confiança com os veículos. Nos preparamos, então, para atender todos os veículos, nos preocupando, principalmente, com as demandas específicas de cada um. Pensávamos nas pautas que poderiam servir para cada jornal, rádio e TV brasileiros, principalmente para os regionais, onde, esperávamos, os resultados da implantação dos programas educacionais tivessem maior repercussão.

Nosso alvo era e ainda é o cidadão. Precisamos fazer com que a informação produzida no Ministério da Educação chegue até ele para, além de estimulá-lo, fazer dele um aliado na fiscalização dos programas do Governo Federal. Precisamos de cidadãos conscientes e informados, pois somente assim teremos possibilidade de mudar a realidade educacional brasileira. E formar essa consciência, que consegue manter ações eficazes, mesmo quando mudam os governos, é uma responsabilidade da imprensa.

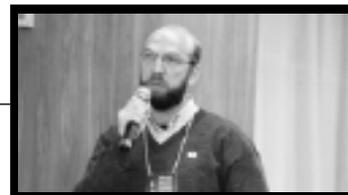
Nesse sentido, nos empenhamos em apurar a informação e fazer com que ela auxilie o trabalho do jornalista. Por isso, nos preocupamos em produzir matérias com qualidade, desdobrando as informações necessárias para a cobertura do tema. Em nosso trabalho, sempre procuramos citar experiências distintas e, até, contraditórias, pois acreditamos que a cobertura positiva contribui mais para a melhoria da educação do que a negativa. A primeira, além de multiplicar ações nos quatro cantos do País, contagia as pessoas, e a segunda orienta o Governo na fiscalização de suas políticas.

Hoje, questionamos se esse esforço da Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação deixou o jornalista viciado em releases elaborados e pouco estimulados a ampliar suas abordagens, mais por excesso de informação e dados, do que por ser informação emitida por fonte oficial.



Carlos Augusto Abicalil

Professor. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE



Ontem, representantes do MEC queixavam-se de estar sendo discriminados sobre o tratamento que a mídia concede à cobertura da educação. Mesmo depois de constatar que 80% das matérias têm fontes oficiais. O que poderia dizer uma entidade sindical – como a CNTE, a esta altura?

Numa sociedade cuja maioria ainda não alcançou o direito, está no limite das necessidades, que espaço da comunicação de massas ocupa educação na ótica das demandas e dos movimentos sociais? Só aparecemos como notícias em situações muito conflitivas ou bizarras: greves, briga por vagas nas filas de matrículas, assassinatos nos estabelecimentos escolares, ou algum escândalo de exploração sexual....

Parece que não foi percebida a mudança operada no mundo sindical/ Hoje, os sindicatos da educação discutem e formulam não apenas as pautas reivindicatórias típicas das relações contratuais de trabalho. Avançam sobre temas conceituais, organização dos sistemas, currículos, financiamento. O fazem com qualidade. Manejam dados e pesquisas que acrescentam consistência a essas formulações. Entretanto, os sindicatos só têm aparecido respondendo às demandas corporativas ou a provocações feitas pela esfera governamental.

Não é a demanda da sociedade que ocupa o maior espaço. A CNTE e seus sindicatos filiados não são considerados como uma fonte natural e necessária de informação temática. No máximo, para alguma resposta ao governo, tomado, geralmente, como MEC.

No campo das políticas educacionais, o Brasil vive um paradoxo: por um lado, a descentralização da execução – municipalização, e , por outro, o MEC ditando todos os procedimentos e determinando a pauta. É produto típico da fragilidade da federação e do centralismo político brasileiro.

Uma pesquisa Datafolha, endereçada a crianças e adolescentes, perguntava quais eram a os veículos de comunicação mais importantes para suas vidas. A tv apareceu em primeiro lugar, o jornal, em segundo, e a revista, em terceiro. Apenas 13% dos brasileiros lêem jornais. Entretanto, sua influência na vida das pessoas é fundamental.

A educação pública básica como tema é relevante até mesmo pelo seu alcance na oferta e pela demanda social e econômica que representa: são 57 milhões de brasileiros matriculados no ensino público. Mesmo que a imensa maioria deles (e de seus professores) não comprem jornais ou revistas é irrefutável o fato de que demandam notícia.

A pesquisa sistematizada pela UnB e muitos relatos feitos aqui no Forum revelaram que há dificuldades para obter informações sobre o tema. Não há muitos especialistas na

área. Acrescenta-se o fato de que muitas reformas vêm sendo implantadas, com uma velocidade incomum adicionando complexidade à compreensão das medidas e de seus impactos. Contudo, o recurso a entrevistas como fonte das matérias é reduzidíssimo: 2% apenas.

Há uma verticalização absoluta, um centralismo exacerbado na fonte: o MEC. Revela uma competente equipe de comunicação, por um lado, mas denuncia uma cegueira de análise crítica, por outro. Os outros ambientes de debates educacionais parecem inexistir ou são absolutamente desconhecidos da mídia. Se os eventos não são oficiais, não aparecem. Temos bons debates educacionais ocorrendo em quase todo o país. Só nos sindicatos filiados à CNTE foram cerca de 160 Conferências ou Congressos em 1999. A cobertura jornalística não existiu.

No dia 5 de outubro, houve o lançamento da Campanha pelo Direito à Educação, na Central do Brasil, no Rio, com a presença de artistas famosos e populares. Levantou temas graves como o vexame do analfabetismo, da exploração do trabalho infantil, da desvalorização dos educadores e das escolas. Foi uma promoção civil, de ONGs, da CNTE, de movimentos populares. Não repercutiu, embora tivesse sido assistida pelos principais veículos. Quiçá, com o patrocínio governamental, o barulho tivesse sido outro.

Estamos nos movendo com muitos outros temas transversais que não são meramente os conflitos corporativos legítimos com os governos. Não encontramos espaço na mídia, por exemplo para nossas ações no combate à exploração do trabalho infantil, ou sobre a saúde profissional dos trabalhadores em educação.

Há um comportamento dos profissionais de jornalismo bastante típico e revelador: em situações de greve, é comum aos jornalistas terem tempo para fazer a reportagem, com dead line mais amplo; no cotidiano, nas raras oportunidades em que somos fonte, há sempre um apelo para ser breve. Se o assunto é complexo, se a resposta não for simplesmente sim ou não, a conversa não interessa muito.

Creio, firmemente, que não nos podemos reduzir a ter um jornalismo de bandeira, de um lado, e uma suposta neutralidade absoluta, por outro. Numa sociedade de mercado, onde a maioria das pessoas não alcança direitos, deste modo, não se criam os espaços de cidadania. Na e com a informação.”

RELATÓRIO FINAL DO FÓRUM MÍDIA & EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Os principais recursos naturais de qualquer país são seus cidadãos – em especial as crianças e jovens, mas também os adultos e idosos. Educá-los para serem pensadores autônomos e criativos é o grande desafio. Para enfrentá-lo precisamos valorizar cada vez mais o papel desempenhado por educadores e comunicadores.

Reconhecemos a inter-relação entre Comunicação e Educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a Educação. O desenvolvimento tecnológico criou novos campos de atuação e espaços de convergência de saberes.

A permanente transformação é característica do mundo em que vivemos, em função da velocidade das descobertas científicas e tecnológicas. A revolução da informática transformou definitivamente o conceito de Educação e de Comunicação, implodindo as fronteiras entre essas áreas de aprendizagem, conhecimento e atuação. O comunicador deixa de ser um mero formador de opinião para ser um formador de consciências.

O mundo globalizado enfatiza a divisão entre os que têm e os que não têm acesso à informação. A Comunicação e a Educação são fatores estratégicos para o desenvolvimento das pessoas e das nações

Para que o Brasil consiga transformar em cidadãos seus milhões de excluídos – analfabetos absolutos, funcionais, digitais etc. - definimos o conceito, analisamos o contexto e apontamos recomendações para enriquecer as relações entre Mídia e Educação:

Conceito



CONCEITO

O que é o bom jornalismo de Educação?

O ato de educar

Educar é um processo de formação contínua e permanente para o exercício da cidadania. Acontece nos mais diversos espaços: escola, família, comunidade, trabalho, entre outros. Prepara o cidadão para pensar, refletir e analisar o mundo de forma crítica, reconhecendo as diversidades e contribuindo para superar as desigualdades sociais.

O bom jornalista de Educação

O bom jornalista de Educação, embora não seja necessariamente um educador, sempre produz a informação com a consciência de que pode ser fonte de processos educativos. Ele tem a percepção do efeito multiplicador da informação, ou seja, de que a recepção das mensagens vai muito além do primeiro receptor.

O jornalista de Educação não trabalha simplesmente com dados e conceitos, mas com seus significados. É de extrema importância a consciência dos significados que estão dentro dos dados. Isso exige do profissional um grande esforço de tradução, de precisão e de busca dos diversos sentidos contidos na informação.

O bom jornalista de Educação tem consciência de seu papel social. Assume um compromisso com a qualidade da informação que produz, atuando de forma profissional e pautado pela ética.

Além disso, esse profissional busca uma boa formação e procura se capacitar continuamente.

Ele se aprofunda em questões ligadas à cidadania a partir de uma visão ampla e interdisciplinar. Possibilita ao público uma melhor compreensão dos fenômenos sociais.

Ele privilegia uma abordagem plural, aprofundada, contextualizada

e sem preconceitos. Para estimular a consciência crítica e provocar reflexão sobre os temas abordados, o profissional de Comunicação emprega em seus textos uma linguagem acessível, dá ênfase aos processos e não só aos resultados.

Ele investiga causas e alternativas. Além disso, não se deixa levar pelos apelos do denunciismo e/ou do sensacionalismo. Tem uma visão global do tema, sem perder o sentido das características sócio-culturais locais e regionais.

Ele estende sua investigação a todos os atores do processo, permitindo-lhes voz e visibilidade. Torna visível o triângulo Escola-Família-Comunidade, e trata sempre esses três pólos de forma integrada e complementar.

O bom jornalismo Educação

O bom jornalismo de Educação não trata as pautas de forma maniqueísta. Prima por tratar de uma Educação para a cidadania e para a vida e não estritamente para o mercado de trabalho. O jornalismo de Educação é consciente de seu papel como instrumento de reflexão. Busca qualificar as demandas da sociedade. É um jornalismo que investiga e informa. Quando (e como) informa, está também formando.

O bom jornalismo de Educação inclui em sua pauta a compreensão dos processos pedagógicos, na perspectiva do que eles significam para os diversos atores. Compreende o tempo próprio do processo educacional, não limitando-se à informação factual.

Cabe ao jornalismo de Educação contribuir para que as ações educativas sejam formuladas e fiscalizadas em conjunto com a sociedade. Investiga na comunidade escolar as dificuldades que interferem

no ingresso, regresso, permanência e sucesso dos estudantes.

Para um bom jornalismo de Educação, as fontes oficiais são parâmetros, não a palavra final. O profissional estabelece uma relação ética de diálogo com suas fontes, que exige fidelidade e rigor no tratamento das informações.

No bom jornalismo de Educação o cidadão é o foco da reportagem, mesmo quando se trata de estatísticas e questões da “burocracia escolar” e das políticas públicas de ensino. Ele humaniza resultados quantitativos.

A boa reportagem de Educação

Uma boa reportagem de educação começa pelo acréscimo de novas perguntas às tradicionais:

O que?
Quando?
Onde?
Como?
Quem?
Por quê?

A boa reportagem de Educação leva em conta:

- “Quens?”, no plural (indicando que são vários atores).
- Processos que envolvem o tema em foco.
- Experiências semelhantes.
- Os desdobramentos.

Outro desafio é incluir o “Para quem?” na reflexão diária do jornalismo de Educação dos veículos de massa, uma vez que a boa reportagem de Educação se dirige a TODOS e não apenas a um público específico. Ou seja, informa/forma o cidadão.

Ao responder a todas essas perguntas, a reportagem agrega conhecimento, explicita as crenças das pessoas envolvidas no processo educativo, provoca reflexões e estimula ações.

A boa reportagem de Educação dá visibilidade ao trabalho da escola e à ação direta do cidadão. Possibilita a articulação de pessoas e entidades capazes de assegurar o sucesso da criança e do jovem. Contribui, ainda, para uma mudança de mentalidade, priorizando o sucesso do aluno e o foco na visão dos cidadãos sobre a educação escolar. Ajuda a compreender o papel da família e da comunidade.

Uma boa reportagem de Educação constrói sua pauta considerando:

- Quais os principais assuntos da educação no momento?
- Que não é preciso um gancho factual para que uma pauta de educação seja realizada.
- As conseqüências das informações veiculadas para a criança, o jovem, a família, a comunidade escolar e a sociedade.
- A postura que o cidadão pode adotar diante das informações divulgadas e se elas irão ajudá-lo.





CONTEXTO

Quais as condições atuais para produzir e publicar reportagens sobre Educação?



1 CONDIÇÕES INTERNAS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Projeto Editorial

As pesquisas demonstram que há um interesse maior e crescente da mídia pelo tema Educação e isso vem satisfazer uma demanda do público. Por conta deste fato, entre outros, a mídia está colocando o tema Educação em seus projetos editoriais.

Há, no entanto, um longo caminho a ser percorrido, porque falta tradição das empresas de Comunicação em cobrir o tema e know-how aos profissionais de Comunicação. Há ainda nas redações a dúvida sobre se um projeto editorial que valorize o tema Educação deve reservar um espaço fixo e periódico (cadernos, páginas etc.) ou se as matérias sobre Educação devem concorrer com as outras pautas e conquistar o espaço por sua qualidade jornalística.

Para uns, pela importância do tema, deve haver espaço próprio. Isso, por si só, poderia levar a uma qualificação e diversificação da cobertura. A outra visão, do “livre mercado”, forçaria o aumento da qualidade das matérias de Educação, uma vez que elas teriam que disputar os melhores espaços com as outras reportagens.

Editores

O papel do editor no jornalismo de Educação é fundamental, pois é ele quem tem, na maioria das vezes, a capacidade de aprovar ou não uma sugestão de pauta. É grande o número de editores com dificuldade de perceber o interesse dos leitores pelo tema Educação e de respeitar e enriquecer essa demanda.

As emissoras de rádios e os veículos impressos dão mais espaço que a televisão à Educação. Nos telejornais a preferência por notícias mais “quentes”, factuais, parece predominar. No entanto, há exceções importantes.

Em qualquer dos veículos, observa-se que as matérias sobre Educação costumam ser as primeiras a “cair” quando um fato “quente”, que exige mais espaço, surge. Outra preferência dos editores parecer ser por matérias que combinam Educação com escândalos, tragédias, violência etc.

Na maioria das redações, é o jornalista de Educação quem tem de sensibilizar o editor. O profissional de Comunicação mais bem informado, com melhores argumentos, vende melhor suas pautas para o editor. Mas, muitas vezes, o editor se mostra preso às suas próprias convicções e pouco sensível ao tema.

Profissionais de Comunicação

Falta, aos jornalistas, preparo para compreender as especificidades da área da Educação, o que impede o desenvolvimento de uma visão mais crítica sobre informações recebidas – frequentemente por meio de releases. Observa-se que quando o profissional de Comunicação tem know-how ele é mais crítico e capaz de traduzir os temas mais áridos para o leitor

Com a extinção do repórter setorizado nas várias áreas, o tema Educação é ora coberto por jornalistas que atuam em diversas áreas, ora por “focas”, que não conseguem “garimpar” informações específicas da fonte, quaisquer que sejam elas. No entanto, há um interesse crescente em cobrir Educação.

Quem atua com mais frequência ou com exclusividade na

área, em geral o faz por afinidade e não por status – que é normalmente sinônimo de proximidade com as fontes do Poder Público – ou a temas que relacionem a Educação à política e economia.

A ascensão do profissional de Comunicação que cobre a área acontece à medida em que ele se aprofunda nos temas da Educação e conquista fontes. Porém, quando esse jornalista se destaca, geralmente, é deslocado para outro setor.

Infra-Estrutura

Hoje, existe um maior interesse na área de Educação, principalmente nos veículos nacionais. Surgem novos cadernos e revistas. Muitos jornais, estimulados pela ANJ, mantêm inclusive projetos de “Jornal na Escola”. Entretanto, a cobertura ainda é insuficiente, se restringindo a iniciativas isoladas.

Na maioria das redações onde a infra-estrutura é menor, o tema Educação não é prioridade, daí a ausência das editorias específicas. Faltam condições materiais, às vezes básicas, além de tempo para o aprofundamento da reflexão e pauta.

Além da ausência do apoio logístico, os profissionais de Comunicação esbarram na falta de interesse dos dirigentes do veículo em promover a formação específica. A liberação para participar de encontros, fóruns e debates exige esforço pessoal e jornada extra de trabalho para compensar a “ausência”.

Embora o tema Educação esteja em ascensão, existe a crença – não confirmadas por algumas importantes experiências – de que investir em matérias sobre Educação não dá retorno financeiro, não dá publicidade. Quando o formato editorial é sedutor, Educação atrai,

sim, publicidade. Além disso, muitas empresas ainda não perceberam que temas como Educação e Saúde atraem novos leitores.

Em boa parte dos jornais regionais, a dependência de anúncios oficiais e as relações políticas dificultam a investigação das ações de prefeituras e lideranças locais.

Os meios de comunicação que têm mais estrutura tendem a melhorar a cobertura, sendo, inclusive, mais críticos em relação aos releases recebidos.

Agência de Notícias

As agências de notícias alimentam boa parte do noticiário de Educação dos jornais regionais.

A contradição é que, enquanto cresce o movimento pela municipalização da Educação, a cobertura jornalística caminha em sentido contrário, ainda com uma forte tendência de aproveitar pautas nacionais, centralizadas.

Por conseqüência, o veículo de comunicação deixa de aprofundar o caráter regional, ignorando o vínculo com a comunidade em que está inserido e o contexto local, o que leva ao desinteresse do leitor.

A maior parte do material de agência – “publicável em qualquer região” – é essencialmente oficial, “de gabinete”, sem relação nítida com o dia-a-dia do leitor, que precisa de traduções do tipo “o que isso vai mudar na minha vida”... tradução raramente feita

2 CONDIÇÕES EXTERNAS AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Leitores

Existe demanda social por matérias sobre Educação, especialmente quando o assunto é relacio-

nado à realidade do leitor e afeta o seu cotidiano.

Os meios ainda têm dificuldades de perceber que determinados assuntos possibilitariam amplitude maior na cobertura de Educação: dia-a-dia dos professores, linhas pedagógicas, sexualidade, drogas, atuação dos estudantes (feiras culturais, gincanas, projetos etc.), mercado de trabalho, qualidade do ensino, novas experiências etc. Mas também: comportamento, relações familiares e outros temas relacionados à Educação não-formal.

O baixo poder aquisitivo dos professores muitas vezes não permite que assinem jornais e revistas. A matéria de Educação, com suas peculiaridades, tem entretanto abrangência maior que os exemplares vendidos: o professor recorta e leva para a escola, faz mural, distribui para os colegas, multiplicando o número de leitores.

O estudante, seja qual for sua idade, é hoje o grande negligenciado como leitor.

Mercado de Trabalho

O surgimento de novos cadernos e páginas de jornais e revistas especializados demonstra que existe um mercado crescente de consumidores de informação sobre Educação, e portanto mercado para quem trabalha nessa área.

Instituições de ensino, entidades do Terceiro Setor, assim como assessorias de imprensa, produtoras de vídeo e veículos comunitários também abrem espaços para profissionais de Comunicação especializados. Há, também, interesse empresarial de diferentes segmentos pelo tema.

A percepção empresarial de que existe público e, conseqüentemente, anunciantes para veículos

que ofereçam a pauta Educação, vai aumentar o mercado de trabalho para estes profissionais. No entanto, a distribuição dessas vagas de trabalho tem profundas variações regionais.

Governo

Há entre os três níveis de governo diferenças na produção de informações e relacionamento com a imprensa em decorrência da estrutura das assessorias e da visão de Comunicação daquele que comanda a pasta de Educação.

O Ministério da Educação disponibiliza pautas e estimula a cobertura do tema Educação; faz bom uso de estratégias de mídia para implantar programas e estimular o controle social.

No contexto regional e local, a imprensa tem dificuldades em buscar novas fontes. Isso contribui para que o papel do Governo Federal esteja superdimensionado.

O Poder Público tende a orientar a cobertura de acordo com seus interesses. Os profissionais de Comunicação têm preconceito com o material oficial – “chapa branca” –, mas às vezes não utilizam as alternativas que têm.

Assessorias de Comunicação

Com o avanço tecnológico e consequente surgimento de diversas mídias, há crescimento de mercado para este segmento.

Porém, além da função do assessor não ser reconhecida como essencial em áreas como Educação, Saúde, Meio Ambiente etc., muito pouco se investe na sua capacitação.

Não chega a 10% a proporção de assessorias que têm acesso à Internet.

A maioria dos assessores tem limites decorrentes dessa ausência de

investimento em formação e infraestrutura, o que compromete sua credibilidade como fonte. Um exemplo: quando o assessor transforma-se (ou é transformado) em simples “promotor” de seu superior, privilegiando a pessoa em detrimento das informações.

Alguns assessores não se preocupam em aguçar o censo crítico dos profissionais de Comunicação e das fontes e em manter com eles um diálogo constante, para produzir pautas mais criativas e conscientes.

Sociedade Civil

As ações do chamado Terceiro Setor têm cada vez mais espaço na mídia. No entanto, ainda há muito a ser feito para o melhor aproveitamento desse espaço.

Da parte das instituições de ensino e da sociedade civil organizada, falta profissionalizar a divulgação da informação. Significa não só estar instrumentalizada para abrir espaços, mas também para responder às demandas da mídia. Significa entender melhor a linguagem, o tempo e a dinâmica dos jornais. Quando as ONGs têm núcleos de comunicação, conseguem mais espaço nos meios de comunicação de massa. O mesmo se aplica às escolas, faculdades e universidades.

Nos meios de Comunicação há, por vezes, uma abordagem de que as ONGs estão acima de qualquer suspeita. Outras vezes, elas são completamente ignoradas. Falta ao profissional de Comunicação perceber mais as realizações da sociedade civil, refletindo essa tendência.

As empresas de comunicação ainda têm poucos canais de diálogo com a sociedade, como ombudsman e conselhos de leitores.

Recomendações



RECOMENDAÇÕES

Como promover a melhoria da qualidade da informação?



Comunicação e Educação

Reconhecer a inter-relação entre Comunicação e Educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a Educação. O desenvolvimento tecnológico abriu novos campos de atuação e criou espaços de convergência de saberes.

Difundir o binômio Comunicação e Educação como potencial transformador da sociedade em direção à plena cidadania.

Promover a compreensão de que a ótica da Educação permeia pautas de todas as editorias.

Viabilizar um sistema de rádio, a exemplo da TV Escola, para maior democratização da informação na área de Educação.

Formação

Flexibilizar os currículos de Comunicação, inserindo conhecimentos e práticas da área educacional para que o profissional de Comunicação tenha possibilidade de ampliar sua atuação como "educador" (o novo profissional, que atua ao mesmo tempo no campo da Educação e da Comunicação, motivado pela formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social).

Enfatizar disciplinas e conteúdos humanistas, como ética, cidadania, direitos humanos, política, economia, questões ambientais, tecnológicas e de outros temas sociais, como saúde e assistência social.

Incentivar a formação permanente dos profissionais de Comunicação e Educação através de parcerias que podem se desenvolver de diferentes formas:

- **Universidade-Universidade:** As faculdades de Comunicação e de Educação podem criar, juntas, um currículo básico, a ser ministrado a cada final de ano, para os formandos das duas áreas, com informações básicas sobre a inter-relação mídia e Educação.

- **Empresa de Comunicação-Universidade:** Em parceria com as universidades, as empresas de Comunicação podem gerar cursos periódicos para sensibilizar e formar profissionais que queiram se dedicar à cobertura da Educação.

- **Governo-Universidade:** Os governos nos três níveis, em parceria com universidades, podem promover cursos para formação e reciclagem dos jornalistas que trabalham em assessorias de comunicação e funcionários das secretarias de Educação que atuam como agentes de divulgação da informação.

- **Organizações da Sociedade Civil-Universidades:** Essas entidades devem cooperar entre si para a formação do profissional de Comunicação como educador.

- **Múltiplos Atores e Instituições:** Escolas, universidades, empresas de comunicação, empresas em geral, ONGs, sindicatos etc. podem se unir para contribuir com a qualificação da Comunicação em Educação.

Estimular que os currículos das faculdades de Comunicação incentivem a prática do jornalismo investigativo em Educação e o debate sobre a relação entre Comunicação e Educação.

Fomentar a prática da pesquisa na formação básica e universitária do futuro comunicador.

Incluir nos currículos disciplinas sobre políticas públicas de Comunicação.

Promover a criação de jornais, rádios e TVs-laboratório nas facul-

dades e as reportagens sobre Educação nesses veículos.

Promover fóruns regionais sobre Mídia e Educação para sensibilizar os vários atores que atuam nas áreas de Comunicação e Educação, envolvendo outros atores.

Empresas de Comunicação

Facilitar, com urgência, o acesso dos repórteres à Internet.

Os veículos de Comunicação devem e necessitam investir na prática do jornalismo investigativo, reconhecido como fundamental para a melhoria da qualidade da cobertura jornalística e para minimizar distorções geradas pelo imediatismo.

Ampliar e desenvolver projetos editoriais que abordem Educação, Comunicação e cidadania.

Promover o trabalho de profissionais de Comunicação especializados em Educação e editoriais ou cadernos específicos como forma de garantir espaços para notícias da área e ambiente para o aprimoramento da cobertura.

Compartilhar o resultado deste Fórum através das entidades representativas além de fomentar sua análise nas redações.

Possibilitar aos comunicadores acesso a bancos de dados, bibliografias etc., por meio da estruturação de centros de documentação e pesquisa.

Apoiar a pesquisa permanente no exercício do jornalismo de Educação.

Apoiar, permitindo a ausência e financiando, os profissionais de Comunicação a participarem de atividades de formação.

Assessorias de Comunicação

Devem ser valorizadas pelas entidades (sindicatos, ONGs, instituições).

Facilitar, com urgência, o acesso dos assessores à Internet e estimular a criação de sites para a democratização das informações.

Os currículos das faculdades de Comunicação devem ter disciplinas voltadas também para a formação de assessores de Comunicação e cursos de pós-graduação sobre o tema.

As empresas devem contratar pessoal qualificado para facilitar o contato com os profissionais das redações e a compreensão das especificidades de cada veículo.

Empresas e entidades devem facilitar a participação de seus profissionais em cursos, seminários e congressos.

As assessorias devem melhor compreender seu papel de facilitador do fluxo de informações entre empresas e entidades e os meios de comunicação.

As assessorias precisam realizar encontros periódicos entre jornalistas de redação e assessores em busca da qualidade de informação.

MEC, Consed, CNE e secretarias de Educação devem realizar fóruns para estreitar a relação entre os assessores de comunicação.

Sociedade Civil

Reconhecer a imprensa "fora de banca" (sindical, empresarial, científica, acadêmica, institucional) como elemento de democratização da informação e estimular os profissionais desses veículos a se qualificarem sobre o tema Educação.

Contribuir para o processo de legalização das emissoras de baixa potência (rádios e TVs comunitárias), que atingem milhões de pessoas e são importantes instrumentos de Comunicação e Educação. Favorecer, também, as novas mídias e mídias



alternativas (fanzines, por exemplo, nas escolas).

Estar atenta às mudanças na legislação que possam prejudicar a democratização da informação.

As organizações da sociedade civil devem ser mais objetivas, organizadas e transparentes na formulação e transmissão de informações.

Para contornar a dificuldade dos especialistas, principalmente acadêmicos, de entender o dia-a-dia e o tempo das redações, buscar formas de aprofundar o entendimento dessas realidades e de aproximá-las.

Estimular que os profissionais de Comunicação diversifiquem as vozes presentes no noticiário, identificando, reconhecendo e buscando

novas fontes, para que se evite a criação de “fontes oficiais” também entre as organizações da sociedade civil.

Criar uma rede de discussão sobre a mídia para o Terceiro Setor.

Criar o site “Mídia & Educação”, com grupos de discussão, links, referências, bibliografias, agendas de eventos, guias de especialistas e instituições, estatísticas etc.

Criar guias de fontes e manuais para fontes (tipo: “Entenda como funciona a Comunicação”).

Propor que “A Voz do Brasil” tenha um espaço exclusivo dedicado à Educação.

Universidades, entidades da sociedade civil e do Terceiro Setor (além dos órgãos governamentais)

devem democratizar a produção e o acesso a pesquisas sobre Educação.

Formar o educador como interlocutor para dialogar com a mídia (o “educador”).

Formar o educador como leitor crítico dos meios de Comunicação.

Estimular a criação de prêmios.

Criar um comitê de personalidades nacionais e regionais, dentro de um plano de Comunicação, para levar aos donos de meios de comunicação as recomendações deste Fórum.

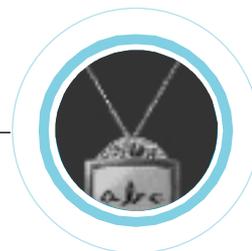
Criar um Fórum Permanente de Mídia & Educação, reunindo, entre outros, editores, chefes de reportagem e donos de jornais.





Fernando Rossetti

Instituto Ayrton Senna



Cobertura cresce, mas ainda é incipiente

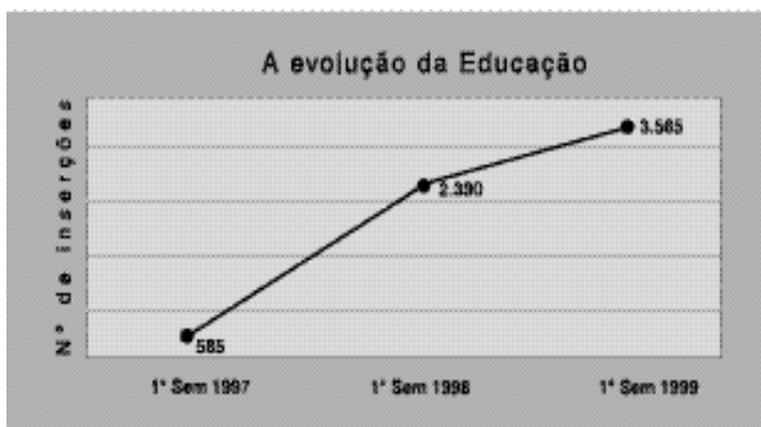
O jornalismo de Educação ainda é incipiente no Brasil, mostra a pesquisa Mídia e Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação, realizada pelo NEMP-CEAM-UnB (Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília), por solicitação da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), do FUNDESCOLA, do Instituto Ayrton Senna, do MEC (Ministério da Educação) e do UNICEF*.

A média geral dos 62 jornais avaliados – a partir de uma amostra de 1.763 artigos, colunas, editoriais, notas e reportagens veiculadas em 1997 e 1998 – é de uma matéria de Educação publicada a cada dois dias. Os quatro jornais nacionais (Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo), mais o Correio Braziliense (incluído como nacional pela quantidade de matérias e por sua repercussão política), são responsáveis por 42% do total publicado. Ou seja, a média dos outros 57 jornais é ainda menor.

Segundo a “Pesquisa ANDI – Infância na Mídia” (1998), essa cobertura vem aumentando significativamente nos últimos anos. No primeiro semestre de 1997, a ANDI registrou 585 inserções sobre Educação nos 50 jornais que acompanha. No primeiro semestre de 1998, as matérias sobre Educação saltaram para 2.390, com a mesma amostragem de jornais. Isso representa um crescimento de quatro vezes em um ano.

Nos primeiros seis meses de 1999, o número de matérias sobre Educação pesquisadas pela ANDI chegou a 3.565. E, mesmo assim, a média diária de matérias por jornal continua muito baixa (em torno de uma a cada dois ou três dias) [leia mais sobre a pesquisa da ANDI no site www.andi.org.br].

Já a pesquisa conduzida pelo NEMP revela grande variação no número de matérias publicadas de trimestre em trimestre, variação esta provocada, essencialmente, pela atividade governamental na área. Mas, mesmo sem formar uma linha ascendente tão nítida, os dados levantados pelo estudo do NEMP tendem a confirmar a constatação da ANDI de que há um aumento na



Síntese dos resultados da pesquisa sobre Educação na mídia impressa

cobertura [leia “Metodologia”, no final deste resumo].

O fato é que, primeiro, é no mínimo tímida a cobertura de Educação feita pelo conjunto dos jornais brasileiros atualmente; e, segundo, que essa cobertura vem crescendo nos últimos anos.

O crescimento do jornalismo de Educação deve ser analisado em um contexto de grandes transformações econômicas, sociais e políticas, que colocaram essa área no centro de qualquer projeto de desenvolvimento, individual ou coletivo. A Educação hoje assume, em praticamente todo o mundo, uma importância inédita na história.

Vários países da Europa reformaram seus sistemas de ensino durante esta década. Inglaterra e Espanha fizeram profundas intervenções. Em Nova York apareceram as Charter Schools, administradas pela comunidade (professores, pais, estudantes), com recursos do governo. Na América Latina foram feitas várias reformas.

No Brasil, o governo federal (a partir de 1994, com Murílio Hingel) e alguns governos estaduais e municipais passaram a administrar a Educação de maneira mais técnica – e menos política.

Tal evolução leva a crer que, no jornalismo, Educação não é meramente a “bola da vez”. Outros aspectos, como o nascimento de cadernos especiais e editoriais especializadas podem ser sinais de que a imprensa deseja aprimorar a cobertura do tema.

Nesta síntese, pressupõe-se que o jornalismo de Educação cumpre uma função social: fornece informações que podem, ou não, instrumentalizar os leitores a atuarem de forma mais eficaz na Educação.

Diante disso, colocam-se duas questões:

- . Como incrementar a cobertura jornalística de Educação no Brasil?
- . Como contribuir para que as reportagens tenham mais qualidade?

Governo comanda a pauta de Educação

A principal constatação da pesquisa do NEMP – que está longe de ser uma característica exclusiva do jornalismo educacional – é que quem comanda a pauta dos jornais são os órgãos oficiais. No caso, órgãos oficiais da Educação, com grande destaque para o MEC no

período analisado (1997 e 1998).

Até o aumento ou diminuição no número de matérias publicadas por trimestre estão diretamente relacionados ao calendário de eventos do governo [págs. 68 e 69, Relatório Técnico].

A predominância de matérias que relacionam Educação ao Estado é tamanha (83% do total), que a pesquisa desenvolveu a sua análise em dois grandes blocos:

1. Relação Estado-Educação;
2. Questões Educacionais em Geral

[Tabela 4, pág. 54, Relatório Técnico].

O efeito dessa ótica governamental no jornalismo de Educação sobre a qualidade da informação será discutido mais à frente. Mas o desempenho do Ministério da Educação é digno de nota, já que perpassa todos os aspectos da pesquisa, do foco das matérias à sua valoração.

O que se mostra é que, entre as matérias que cobrem a relação Estado-Educação, 74% se refere ao governo federal e 26% às outras esferas do Poder Público.

Essa proporção de matérias sobre os MEC e sobre Secretarias estaduais e municipais de Educação pode estar exagerada na pesquisa do NEMP, já que 85% das matérias que compõem a amostra provêm do clipping do MEC [leia “Metodologia”, no final deste resumo]. Mas não é só isso que explica o bom desempenho do governo federal no jornalismo de Educação.

Desde que assumiu o MEC, em janeiro de 1995, a equipe formada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, vem produzindo uma quantidade muito significativa de ações. Provão, Saeb, Enem, Toda Criança na Escola, Parâmetros Curriculares Nacionais, Guia do Livro Didático, Reforma do Ensino Médio, são apenas algumas das iniciativas do governo federal que foram lançadas ou ocorreram no período analisado.

Além disso, a atual gestão do MEC montou uma estrutura de comunicação eficiente. No caso do programa Toda Criança na Escola, por exemplo, não só foi feita uma divulgação nacional, como uma série de eventos regionais, boa parte com a presença do ministro. Resultado: o programa responde por 4% do total de matérias que cobrem o sistema de ensino, dez vezes mais

* A pesquisa foi elaborada com o objetivo de subsidiar um debate qualificado sobre o tema, que se concretizará com a realização do fórum Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação, em São Paulo, nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1999.

Resumo Executivo

do que a cobertura dada ao Fundef – uma intervenção que, embora seja árida em termos jornalísticos, provoca muito mais impacto sobre a Educação pública do país.

A atividade acelerada do MEC desde 1995 explica – junto com o contexto econômico, social e político – o movimento descrito pela pesquisa da ANDI. Qualquer um que acompanhe de perto o jornalismo da área observou um incremento na cobertura da Educação nos últimos anos.

Mas, enfim, a maioria dos jornais não tem uma pauta própria de Educação – simplesmente corre atrás das ações governamentais.

É devido a fatos como esse, e outros que se descreve a seguir, que se faz necessário refletir, por exemplo, sobre o papel que as assessorias de comunicação e agências de notícias desempenham no conjunto do jornalismo de Educação.

Assessorias e agências dominam o noticiário

Os 57 jornais regionais da amostra (o que exclui Correio Braziliense, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo) publicaram 58% das matérias analisadas. A pesquisa do NEMP indica que boa parte desses jornais não possui estrutura própria para produzir reportagens de Educação.

Do total de matérias analisadas, 69% foram produzidas por inspiração direta de ações do Poder Público (categoria que reúne os itens: “anúncio oficial”, “resposta do Poder Público a movimentos corporativos” e “resultados de avaliações educacionais”). Essa média chega a 80% entre os jornais do Nordeste; nos jornais de cobertura nacional cai para 60% [pág. 64, Relatório Técnico].

Ou seja, com frequência, os jornais regionais simplesmente reproduzem – por vezes até com os erros – releases das assessorias de comunicação do MEC e das secretarias estaduais e municipais da Educação.

A elevada proporção de matérias com formato de “reportagem” (chega a 96% na Região Norte), que no entanto não indicam a fonte ou origem da informação, confirmam esse tipo de reaproveitamento de material noticioso [págs. 73 e 74, Tabelas 20 e 21, Relatório Técnico]. Mas, exatamente por não citar a origem, tornam difícil definir com precisão o peso das assessorias de comunicação e das agências de notícias na cobertura regional.

Isso sugere que, para qualificar o jornalismo de Educação, não basta apenas capacitar jornalistas que atuam

diretamente na produção de reportagens para as redações.

É preciso também fornecer apoio para o trabalho das assessorias de comunicação e das agências de notícias, já que é delas que provém boa parte das informações sobre Educação que chegam aos leitores de jornais brasileiros.

Avaliações educacionais são o foco principal

A ombudsman da Folha de S. Paulo, Renata Lo Prete, já escreveu uma de suas colunas dominicais sobre o domínio das estatísticas no noticiário. Os dados da pesquisa produzida pelo NEMP confirmam essa hegemonia dos números nas reportagens de Educação.

As avaliações educacionais, tipo Provão (Exame Nacional de Cursos) e Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), são o tema de um quinto (19%) do material analisado. É o item da tabela sobre o foco das matérias que, isoladamente, tem o maior percentual [Tabela 9, pág. 61, Relatório Técnico].

Vale ressaltar que as avaliações compõem uma das peças centrais de boa parte das reformas educacionais em andamento no país. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC responsável pelas estatísticas oficiais de Educação, existe desde a primeira metade do século, mas nunca sua sigla esteve tão presente no noticiário como nos últimos três ou quatro anos. Foi o Inep, por exemplo, que criou e atualmente realiza o Provão – que teve sua segunda e terceira edição no período analisado.

Segundo a pesquisa, 45% das matérias fazem uso de algum tipo de estatística. Destas, 38% indicam o Inep como origem dos dados. Como um número significativo de matérias (7,5%) não cita a fonte das estatísticas, é de se supor que a influência dos indicadores oficiais do MEC seja ainda maior [págs. 68 e 69, Tabela 13, Relatório Técnico].

Enfim, somada a atração dos jornais pelos números à forte influência dos órgãos oficiais na pauta do jornalismo de Educação, tem-se como resultado uma cobertura com forte viés quantitativo, muitas vezes em detrimento de um jornalismo mais qualitativo ou pluralista.

Para a formação de jornalistas, colocam-se, novamente, duas questões:

- Qual a capacidade técnica disponível nas redações para uma análise mais crítica das avaliações e estatísticas produzidas pelos órgãos oficiais da Educação?
- Qual tem sido e qual poderia ser o papel das faculdades de comunicação nessa capacitação?

Síntese dos resultados da pesquisa sobre Educação na mídia impressa

Educação aparece como uma questão distante

A pequena proporção de matérias (17%) dedicada a temas gerais da Educação – isto é, não relacionadas a ações do Poder Público –, a preferência pela abordagem quantitativa da área e a centralidade no MEC colocam em questão o papel do jornalismo de Educação.

O que os dados do NEMP mostram é que alguns jornais, com destaque no período analisado para a Folha de S. Paulo (16% do total de matérias), o Estado de S. Paulo (8%) e o Correio Braziliense (8%), dão mais atenção ao tema Educação e, ao fazer isso, diversificam a sua cobertura.

São os jornais de circulação nacional – com mais infra-estrutura – que têm maior número de fontes; são eles também que têm, proporcionalmente, menos pautas governamentais; são, inclusive, os mais críticos em relação aos assuntos que cobrem – na média geral, 23% das matérias são críticas em relação aos temas abordados, contra 31% entre os veículos nacionais [Tabela 15, pág. 70, Relatório Técnico].

Os jornais nacionais, mais o Correio Braziliense, dedicam 22% de suas matérias a temas gerais da Educação contra 14% entre os locais e regionais [pág. 54, Relatório Técnico].

Segundo o acompanhamento da ANDI (1998 e 1999), isso também acontece entre os jornais que criam editoriais e espaços fixos (páginas, cadernos) de Educação: sua abordagem é ampliada e, portanto, fica menos dependente de anúncios oficiais. E essas iniciativas estão se multiplicando pelo país.

O estudo do NEMP mostra, ainda, que está aumentando a cobertura das ações de outros atores sociais, como o Terceiro Setor [págs. 65 a 68, Relatório Técnico].

No entanto, o Relatório Técnico do NEMP conclui que “o tratamento dispensado às questões educacionais pelos jornais regionais contribui para estabelecer um distanciamento entre a comunidade e o nível do Poder Público mais diretamente responsável pelo atendimento de suas demandas educativas” [pág. 58].

Mesmo a cobertura dada pelos jornais nacionais – descontados os problemas de amostragem da pesquisa – revela esse problema: prevalência da abordagem quantitativa e governamental da Educação, com amplo domínio do MEC, e uma visão pouco crítica.

O problema é que Educação é uma questão essencialmente qualitativa: o professor fecha a porta da sala e dá sua aula; as famílias têm problemas de disciplina

com os filhos dentro de casa. Esse tipo de relação não é possível de ser descrito apenas com números; menos ainda, a partir de anúncios oficiais.

Diante disso, a qualificação do jornalismo de Educação impõe aos meios de comunicação, à sociedade em geral, à Universidade e ao Estado, uma reflexão sobre o conjunto de informações que deve ser veiculado para os leitores de jornais e revistas e para a audiência de rádio e TV.

Se se quer uma participação mais ativa da comunidade – fator comprovadamente relevante para a melhoria do ensino –, o modelo predominante de cobertura da Educação deve ser repensado.

Demandas do leitor influenciam a abordagem

Apesar de o foco principal das matérias [Tabela 9, pág. 61, Relatório Técnico] ser em torno das avaliações educacionais – e portanto retratar o mundo da Educação de forma distante da realidade cotidiana do leitor –, os dados do NEMP revelam influência das demandas e necessidades dos leitores nas reportagens publicadas.

O segundo item mais destacado como foco das matérias são os programas de ajuda ao estudante – o que inclui desde livros didáticos e merenda escolar, até calendário de matrícula. Ou seja, há uma clara orientação dos jornais no sentido de fornecer aos leitores dados que lhes sejam úteis no dia-a-dia – o chamado “jornalismo de serviço”.

Essa constatação é reforçada por um dado aparentemente paradoxal: o ensino superior domina as pautas, tanto dos jornais nacionais quanto dos regionais. Responde por 33% do total de matérias sobre o sistema de ensino, seguido pelo ensino fundamental (22%) [Tabela 5, pág. 55, Relatório Técnico].

O paradoxo surge porque o ensino superior atende apenas 4% dos estudantes brasileiros – o que dá em torno de 2 milhões de pessoas, contra 54 milhões no ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e médio). Há assim uma distorção na cobertura em relação ao destaque dado ao ensino superior.

Por outro lado, o perfil regional dos leitores mostra que essa opção pelo ensino superior tem correspondência com a escolaridade do leitorado. Os jornais do Sudeste e do Sul são os que mais se concentram em temas relacionados à universidade (37% e 40% do total de matérias, respectivamente). Já o Norte e o Centro-Oeste têm a menor concentração. Essa proporção está diretamente relacionada à formação das populações

Resumo Executivo

dessas regiões – e, ainda, com a distribuição de instituições de ensino superior pelo país.

A ênfase dada ao ensino superior também têm explicação a partir do amplo domínio do MEC em relação às pautas. Desde a Constituição de 1988, o governo federal é o responsável direto pelo sistema de ensino superior; as outras esferas do Poder Público (estados e municípios) são responsáveis pelos demais níveis de ensino. Além disso, a comunidade universitária é reconhecidamente uma das que têm maior poder de pressão sobre os meios de comunicação.

Assim, apesar de ser possível localizar uma preocupação dos jornais no sentido de fornecer informações que sejam úteis aos seus leitores, essa ação não tem um foco muito claro. Tende, novamente, a ser mais influenciada pelo calendário oficial (mesmo as reportagens sobre programas de ajuda ao estudante em geral têm origem em fontes governamentais), e pelas pressões externas, do que por uma iniciativa própria do jornal a favor de seu leitor.

Isso coloca em destaque as pesquisas com leitores. O Datadia da Folha de S. Paulo, uma pesquisa diária com leitores, mostra nitidamente a preferência por reportagens que tenham relação direta com o cotidiano do leitor de jornal – seja como aprendiz (daí o interesse pelo ensino superior), seja como pai ou mãe.

Uma reportagem que trate da importância da brincadeira para o desenvolvimento das crianças dá muito mais leitura do que uma matéria relativa a uma determinada intervenção governamental sobre o sistema de ensino.

O mesmo foi revelado em recente pesquisa do jornal O Dia (RJ): seus leitores aprovam em massa o caderno Educação, “porque ajuda a entender e educar os filhos”.

METODOLOGIA: Pesquisa revela tendências gerais

As diferenças entre os resultados das pesquisas da ANDI e do NEMP em relação ao crescimento no número de matérias sobre Educação decorrem da metodologia utilizada na abordagem do tema e na montagem das amostras.

Há uma visão dominante, inclusive entre as empresas que produzem os clippings, de que Educação é necessariamente vinculada ao governo ou à escola – o que frequentemente deixa de fora reportagens que tratam da Educação dos filhos, ou dos programas de formação em serviço conduzidos por empresas, por exemplo.

Assim, tanto a ANDI como o NEMP trabalham com bases de dados incompletas. Fato agravado pela eventual descontinuidade no fornecimento de jornais de algumas regiões para Brasília, que é o centro de coleta de materiais jornalísticos e de clippagem das duas pesquisas.

Para evitar essas distorções, a pesquisa solicitada ao NEMP utilizou duas bases de recortes de jornais: o clipping sobre Educação produzido pelo MEC e o próprio clipping da ANDI (que, descontadas as matérias repetidas, foi responsável por cerca de 15% do material analisado).

Enquanto a pesquisa da ANDI considera o conjunto do material clippado, dia-a-dia, a pesquisa do NEMP trabalha com uma metodologia de formação de amostra bastante consagrada na análise de mídia, o mês composto [pág. 43, Relatório Técnico; as premissas e referências teóricas da pesquisa são apresentadas nas págs. 46 a 50].

Essa técnica consiste em selecionar aleatoriamente dias do ano e compor, com eles, um mês padrão do ano em que se quer analisar a produção da mídia. Com isso, no lugar de analisar dezenas de milhares de reportagens, a pesquisa do NEMP se concentra sobre as 1.763 matérias publicadas por 62 jornais nos dias dos dois meses compostos construídos como amostra representativa [Tabelas “Ano de 1997” e “Ano de 1998”, pág. 44, Relatório Técnico].

Os problemas amostrais colocam a margem de erro da pesquisa do NEMP na casa dos 5%. Com essa margem de erro, torna-se impossível fazer comparações diretas de um jornal para outro – especialmente daqueles que tiveram produção muito baixa no período analisado (a maioria representa menos de 1% da amostra).

Não faz sentido, portanto, formar rankings de produtividade no jornalismo de Educação a partir desta pesquisa [há uma boa descrição da produção por jornal e região nas págs. 50 a 53 do Relatório Técnico]. Mesmo a análise de determinados temas que aparecem na cobertura deve considerar essas limitações da amostra.

Tais limitações, no entanto, não anulam as conclusões gerais. O que se tem a partir da pesquisa do NEMP são “grandes vultos”. É possível, com esse estudo, mostrar as tendências gerais da cobertura da imprensa sobre Educação.

Mesmo sem uma “sintonia fina”, que faz com que certos detalhes escapem, desenha-se um quadro bastante esclarecedor do quanto se publica e da qualidade do que se publica sobre Educação nos jornais brasileiros.

AMOSTRA: Os jornais analisados pelo NEMP

Região Norte

	PA	AM	TO	RO	
A Crítica		50,0 98,0		50,0 37,0	
A Província do Pará	10,0 17,9			10,0 7,4	
Alto Madeira			14,0 63,6	14,0 10,4	
Diário da Amazonia		1,0 2,0		1,0 0,7	
Diário do Pará	1,0 1,8			1,0 0,7	
Jornal do Tocantins			6,0 100,0	6,0 4,4	
O Estado de Roraima			8,0 36,4	8,0 5,9	
O Liberal	45,0 80,4			45,0 33,3	
Total	56,0 100,0	51,0 100,0	6,0 100,0	22,0 100,0	135,0 100,0

Região Centro-Oeste

	DF	MS	MT	GO	
Correio Braziliense	142,0 61,2			142,0 46,6	
Correio do Estado		2,0 100,0		2,0 7,0	
Diário de Cuiabá			20,0 76,9	20,0 6,6	
Folha do Estado			6,0 23,1	6,0 2,0	
Jornal de Brasília	90,0 38,8			90,0 29,5	
O Popular			45,0 100,0	45,0 14,8	
Total	232,0 100,0	2,0 100,0	26,0 100,0	45,0 100,0	305,0 100,0

Região Sudeste

	MG	RJ	SP	ES	
A Gazeta				47,0 100,0	47,0 22,4
Correio Popular			6,0 20,7		6,0 2,0
Diário da Tarde	8,0 9,9				8,0 3,8
Diário Popular			4,0 13,8		4,0 1,9
Estado de Minas	52,0 64,2				52,0 24,8
Gazeta Mercantil			19,0 65,5		19,0 9,0
Hoje em Dia	14,0 17,3				14,0 6,7
Jornal da Tarde		15,0 28,3			15,0 7,1
Jornal dos Esportes		9,0 17,0			9,0 4,3
O dia			25,0 47,2		25,0 11,9
O Fluminense		1,0 1,9			1,0 0,5
O Tempo	7,0 8,6				7,0 3,0
Tribuna da Imprensa		3,0 5,7			3,0 1,4
Total	81,0 100,0	53,0 100,0	29,0 100,0	47,0 100,0	210,0 100,0

Legenda para as tabelas do Resumo Executivo

- . A primeira linha representa o número de itens analisados do veículo;
- . A segunda linha representa o percentual das inserções do veículo sobre o total geral;
- . A última coluna indica os dados da região analisada.

AMOSTRA: Os jornais analisados pelo NEMP

Região Nordeste									
	CE	PE	BA	PB	AL	RN	MA	PI	TOTAL
A Tarde			38,0						38,0
			80,9						9,6
Correio da Bahia			6,0						6,0
			12,8						1,00
Correio da Paraíba				40,0					40,1
				83,3					0,5
Diário de Borborema				2,0					2,0
				4,2					0,5
Diário de Natal						13,0			13,0
						59,1			3,3
Diário de Pernambuco		40,0							40,0
		39,6							10,1
Diário do Nordeste	5,0								5,0
	7,6								1,3
Diário do Povo								1,0	1,0
								1,4	1,3
Estado de Maranhão							27,0		27,0
							4,4		6,8
Gazeta de Alagoas					5,0				5,0
					50,0				1,3
Jornal do Comércio		61,0							61,0
		60,4							15,4
Meio Norte								14,0	14,0
								19,7	3,5
O Estado de Maranhão							4,0		4,0
							12,5		1,0
O Imparcial							1,0		1,0
							3,1		0,3
O Norte				6,0					6,0
				12,5					1,5
O Povo	42,0								42,0
	63,6								10,6
Tribuna						3,0			3,0
						13,6			0,8
Tribuna da Bahia			3,0						3,0
			6,4						0,8
Tribuna de Alagoas					5,0				5,0
					50,0				1,3
Tribuna do Ceará	19,0								19,0
	28,8								4,8
Tribuna do Norte						62,0			6,0
						7,3			1,5
O Dia/PI								56,0	56,1
								78,9	4,1
Total	66,0	101,0	47,0	48,0	10,0	22,0	32,0	71,0	397,0
	100,0								

Região Sul

	PR	SC	RS
A Notícia		7,0 17,9	7,0 5,7
Correio do Povo		2,0 5,1	2,0 1,6
Diário Catarinense		32,0 82,1	32,0 26,0
Estado de Paraná	2,0 4,4	2,0 1,6	
Folha de Londrina	4,0 8,9	4,0 3,3	
Folha do Paraná	2,0 4,4	2,0 1,6	
Gazeta do Povo	31,0 68,9	31,0 25,2	
Jornal do Estado	1,0 2,2	1,0 0,8	
O Estado de Paraná	5,0 11,1	5,0 4,1	
Zero Hora		37,0 94,9	37,0 30,1
Total	45,0 100,0	39,0 100,0	123,0 100,0

Jornais de Circulação Nacional

Folha de S. Paulo	275,0 46,4
Jornal do Brasil	64,0 10,8
O Estado de S. Paulo	134,0 22,6
O Globo	120,0 20,2
Total	593,0 100,0

A PESQUISA



Prof. Dr. Virgílio Aragón
Coordenador

Venício Artur de Lima, Ph.D.
Consultor Sênior

Paulino Motter
Liziane Guazina
Consultores

Paulo Marcello Fonsêca Marques
Processamento de dados

Guilherme Canela de Souza Godoi
Coordenador de Coleta e Sistematização
de Dados

José Augusto Barbosa de Pinho
Secretário Executivo

Alessandro Lima Verde
Aroldo Leal de Andrade
Fernando Oliveira Paulino
Patrícia Caixeta Pereira Gatto
Diana Teixeira Barbosa
Thaiane Ferreira
Caroline Silva Tannús
Raphaella de Macedo
Auxiliares de Pesquisa

Realização: NEMP - Núcleo de Estudos sobre Mídia e
Política e CEAM - Centro de Estudos Avançados
Multidisciplinares UnB Universidade de Brasília.

Brasília, outubro de 1999

I. Introdução	43
II. O processo da pesquisa	43
III. Premissas e referências teóricas	46
III.1 O poder do jornalismo	47
IV. A educação no olhar da imprensa escrita	50
IV.1 A educação formal como foco	53
IV.2 As temáticas mais importantes	59
IV.3 Outros temas sobre educação	65
IV.4 A atração dos jornais pelos números da educação	68
V. Aspectos valorativos da cobertura	69
VI. Formatos, fontes e abrangências	72
VII. Considerações finais	75
VIII. Referências bibliográficas	78

I. Introdução

A pesquisa MÍDIA & EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO foi encomendada por um conjunto de entidades que, desde distintas perspectivas, têm interesse pela forma e maneira como os mídia têm atendido às questões relativas à educação nos termos mais amplos do seu entendimento. Havendo disposição do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP), vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB), em realizar esta pesquisa, adotou-se como primeiro passo a constituição de uma equipe, dentro do quadro de pesquisadores do Núcleo, que se concentraria, de início, na apresentação de uma proposta às entidades interessadas na realização do estudo.

Para a realização da proposta de trabalho, a equipe do NEMP levou em conta propostas anteriores que tinham sido apresentadas a outros organismos, tendo sempre como objetivo fazer um diagnóstico, ainda que geral, da maneira como as questões relativas à educação vêm sendo tratadas pelos meios de comunicação, em particular a imprensa. O estudo, portanto, é uma primeira aproximação geral das grandes questões da educação e das formas do seu tratamento por parte da imprensa.

A pesquisa propôs-se a responder, dentre outras, às seguintes questões: qual é a cobertura que a imprensa realiza no que diz respeito ao tema Educação? Como a imagem da educação é construída? De que forma a imprensa trata/cobre as matérias relacionadas com a Educação? Os resultados, apresentados neste relatório, oferecem algumas respostas, ainda que não totalmente definitivas, a esse conjunto de questões.

O projeto metodológico elaborado pelos pesquisadores do NEMP foi aprovado pelos parceiros – Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ministério da Educação (MEC), Revista Imprensa, Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) e Agência de Notícias dos Direitos da

Infância (ANDI) – tendo sido a partir de então posto em prática.

A pesquisa apresentada neste relatório envolveu um conjunto de atividades integradas e desenvolvidas seqüencialmente, todas necessárias para o sucesso da mesma. As tarefas exigiram o aprimoramento permanente dos instrumentos teóricos e técnicos necessários para o estudo, o que levou a um esforço de trabalho em equipe, especialmente no que diz respeito à coordenação das tarefas de coleta e análise primária das informações.

II. O processo da pesquisa

Para responder às questões acima apresentadas, o primeiro passo foi definir o material a ser trabalhado, para o qual se partiu do princípio estatístico de que sendo impossível analisar todas as matérias disponíveis num ano, este estaria bem representado por meio da construção de um mês composto¹, o qual contém 31 dias escolhidos aleatoriamente dos 12 meses do ano, conforme o peso de cada um dentro do ano considerado. Assim, conforme pode ser averiguado abaixo, foram construídos um mês composto para o ano de 1997 e outro para o ano de 1998, os quais são os anos compreendidos pela pesquisa. Com a seleção desses dias, aleatoriamente escolhidos e, portanto, representativos estatisticamente de qualquer dia do ano, definiu-se o escopo da pesquisa.

Após a construção da amostra e a seleção das matérias no MEC, levantou-se a dúvida de que as matérias daquela instituição poderiam conter um certo viés, por isso, decidiu-se utilizar a mesma amostra e selecionar as matérias correspondentes àqueles dias junto ao clipping da ANDI, exatamente para averiguar se o mesmo era semelhante ou não ao do MEC, e as matérias adicionais complementarizariam a pesquisa.

Os dias escolhidos, aleatoriamente, para compor a nossa amostra foram, finalmente:

¹ A utilização deste procedimento metodológico, em pesquisas dessa natureza, encontra respaldo em diversos autores, entre eles HANSEN (1998).

ANO DE 1997**(Total de dias: 31)**

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
17/01	03/02	19/03	04/04	08/05	13/06	05/07	20/08	04/09	05/10	12/11	09/12
22/01	04/02	26/03	10/04	09/05	24/06	11/07	31/08	27/09	14/10	14/11	12/12
-	-	27/03	15/04	12/05	30/06	21/07	-	-	30/10	-	-
-	-	-	-	17/05	-	-	-	-	-	-	-
2 dias	2 dias	3 dias	3 dias	4 dias	3 dias	3 dias	2 dias	2 dias	3 dias	2 dias	2 dias

ANO DE 1998**(Total de dias: 31)**

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
02/01	13/02	11/03	01/04	24/05	03/06	18/07	11/08	09/09	05/10	26/11	03/12
-	19/02	21/03	13/04	25/05	-	21/07	17/08	12/09	10/10	-	10/12
-	21/02	-	-	-	-	31/07	-	23/09	19/10	-	14/12
-	26/02	-	-	-	-	-	-	28/09	-	-	19/12
-	28/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24/12
1 dias	5 dias	2 dias	2 dias	2 dias	1 dias	3 dias	2 dias	4 dias	3 dias	1 dias	5 dias

A amostra para a escolha das revistas foi construída a partir das mesmas datas escolhidas para o estudo dos jornais. Observou-se as semanas que mais possuíam dias selecionados em cada mês e escolheu-se, para a amostra, a semana que iniciava no domingo imediatamente após aquela semana escolhida. Assim foram separadas cinco semanas em cada ano, conforme se pode observar nas tabelas do anexo.

Era também do nosso interesse estabelecer a maneira e forma em que as questões educativas eram trabalhadas nos noticiários de televisão, para isso solicitou-se à TV Executiva do MEC os programas de televisão disponíveis em seu acervo, correspondentes aos mesmos dias da amostra para os jornais impressos (apenas para o ano de 1998). No entanto, devido a problemas técnicos daquele departamento, só foi possível obter algumas matérias.

Tendo em vista a limitação das informações trabalhadas nas revistas e nos programas de Televisão, os mesmos não foram analisados neste relatório, pois seu pouco número, assim como a maneira como eles são apresentados impede uma análise estatística, como foi o procedimento realizado nas matérias dos diários escritos. Agora, esse material poderá vir a ser utilizado, caso a análise aqui apresentada suscite o interesse por maior aprofundamento em determinados temas ou períodos². O passo seguinte foi então a construção das distintas fichas de análise e classificação das matérias, seja para as da imprensa escrita (jornais e revistas), seja para as de televisão.

² Foram selecionadas no período pesquisado 99 matérias de televisão e reportagens de revistas sobre questões gerais ligadas à educação.

O processo de construção das fichas é uma etapa fundamental para um trabalho de qualidade nas etapas posteriores, pois é através deste instrumento que se poderá construir as bases de dados para a análise quantitativa e qualitativa da cobertura da mídia quanto à educação. Por isso, foram observados a preocupação e o cuidado em se construir um instrumento de classificação das matérias que pudesse retirar delas o máximo de informações possíveis, logicamente organizadas, e que fossem relacionadas aos dois eixos desta pesquisa – Mídia e Educação.

Os quatro consultores desta pesquisa, especializados nas áreas de mídia e política, jornalismo e comunicação, políticas públicas em educação e em educação trabalharam na construção de uma primeira ficha de classificação que foi criticada por todos e, após algumas versões, passou a ser discutida e testada junto aos auxiliares de pesquisa. Esta etapa de testes e discussões foi de fundamental importância para se alcançar a versão final da ficha, pois foi somente com a percepção das dificuldades enfrentadas pelos auxiliares de pesquisa, ao trabalharem com a ficha preliminar, que se pôde constatar as falhas que ainda permeavam o instrumento. Com isso, pode-se produzir uma versão final da ficha de classificação, a de número 15, a qual, submetida a algumas alterações, deu origem à ficha de classificação para TV.

Como já foi mencionado anteriormente, a ficha de classificação procurou ser uma ferramenta eficiente na coleta de informações pertinentes das matérias que foram selecionadas e analisadas. Assim, de início, procuramos identificar com clareza a matéria que seria analisada: de que veículo partiu, qual o tipo de veículo, quando a matéria foi veiculada e em que parte do jornal/revista/programa ela se inseriu. A ficha, após estas informações de identificação, foi dividida em dois blocos.

No Bloco 1, teve-se por objetivo captar todas as informações de caráter educacional presentes em cada matéria. Foi aí demarcado a que segmento da esfera educacional a matéria está fazendo referência. Ou seja, sendo focado o ensino fundamental ou médio? Privado ou particular? Informações também de caráter central para a presente pesquisa.

Ainda no primeiro bloco pudemos identificar as matérias quanto ao conteúdo, através de duas grandes subdivisões: Políticas Públicas/Educação e Estado e Questões Gerais de Educação/Educação e Sociedade.

Conforme instrução dada aos auxiliares de pesquisa, a subdivisão "Políticas Públicas/Educação e Estado" deveria englobar "matérias que pretendem informar ou repercutir iniciativas, programas, projetos e ações ou cobrar responsabilidades e atitudes das três esferas de governo - Governo Federal, Estados e Municípios". O que se procurou, portanto, foi identificar

o aspecto central de política pública em educação abordado pela matéria.

Um outro ponto importante, exatamente para se identificar a interligação mídia e educação, foi saber como as questões de Políticas Públicas/Educação e Estado acabavam por ser inseridas na pauta da imprensa. Por isso, um item específico foi desenvolvido.

Novamente, conforme consta da orientação dada aos auxiliares de pesquisa, na subdivisão "Questões Gerais de Educação/Educação e Sociedade" foram inseridas as matérias que versavam sobre "temas relacionados às instituições de ensino em geral, às preocupações das famílias com a educação dos filhos e aos atores da área educacional - neste grupo se incluem as matérias que têm como foco dominante o processo de ensino-aprendizagem em si, e que tem como produtores da informação os próprios agentes - professores, diretores e usuários - pais e alunos e outros agentes sociais". Isto é, o pólo das questões de educação não abordado na subdivisão referente à questão pública.

Também foi objetivo da ficha constatar qual é a avaliação qualitativa/subjetiva que cada matéria fazia a partir do foco central nela encontrado. Esta questão foi amplamente trabalhada com os auxiliares de pesquisa durante o período de treinamento e teste deste instrumento de pesquisa, visto que o índice de subjetividade numa questão como esta apresenta-se, constantemente, alto. Nesse sentido diversas reuniões com análises simultâneas de matérias, e, inclusive, com análise das mesmas matérias foram feitas, no intuito de conseguir que todos atribuissem à mesma matéria uma igual marcação – não só nesta questão, mas em toda a ficha de classificação.

Um outro ponto de interesse foi detectar de quais fontes se valem os meios jornalísticos para produzirem as matérias relacionadas com a educação e como os mesmos têm acesso a essas fontes. Quão fundo a matéria vai no tema de que está tratando? Como ela aborda este tema? São duas questões que também procuraram ser respondidas no Bloco 2 da ficha de classificação.

Para realizar a análise das matérias, foram selecionados seis auxiliares de pesquisa que tinham por tarefa ler e classificar, de acordo com a ficha, as matérias de mídia impressa e de mídia televisiva que compuseram a amostra. O processo de seleção levou em conta os seguintes pré-requisitos: histórico escolar, ser aluno de graduação da Universidade de Brasília, carga horária e interdisciplinaridade.

É interessante ressaltar a importância do quesito interdisciplinaridade para o enriquecimento desta pesquisa, visto que a mesma é substancialmente de caráter multidisciplinar. Por isso mesmo, fez-se questão de selecionar alunos no fim de sua formação, advindos dos cursos de Educação (2), Comunicação (1), Ciência

Política (1), Relações Internacionais (2). Todos os alunos selecionados já haviam trabalhado com área de pesquisa, seja como bolsistas de iniciação científica – PIBIC, ou como auxiliares de pesquisas em projetos de áreas afins a seus cursos; alguns já trabalhavam no próprio NEMP e outros, no Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior (NESUB).³

Dos bolsistas selecionados cinco ficaram encarregados da leitura e classificação das matérias selecionadas dos 62 jornais constantes do clipping do MEC e da ANDI e um ficou encarregado da leitura e classificação das matérias selecionadas das cinco revistas constantes do clipping do MEC, bem como de assistir e classificar as matérias dos nove programas de televisão constantes do clipping do MEC.

O treinamento dos auxiliares de pesquisa baseou-se, fundamentalmente, na familiarização dos mesmos com os objetivos desta pesquisa, bem como com seu instrumento básico de trabalho – a ficha de classificação. O processo de familiarização com a ficha de classificação ocorreu desde o momento da construção desta ficha, pois entendeu-se que somente chegar-se-ia a um instrumento adequado de pesquisa, quando todos que dele fossem fazer uso pudessem compreendê-lo de forma objetiva e padronizada.

Imediatamente após a determinação da amostra de matérias que comporiam o universo a ser classificado e findo o treinamento prévio para a utilização do instrumento de classificação, os auxiliares de pesquisa passaram ao trabalho de leitura e classificação das matérias.

Muitas foram as dificuldades encontradas pelos auxiliares durante os dois meses de análise das matérias. No caso da televisão, a maior dificuldade centrou-se na existência de comentaristas de educação, entrevistas e outros formatos jornalísticos que, num espaço reduzido de tempo, abordam os mais variados temas sobre o assunto, não permitindo uma exata determinação do foco da matéria. No caso das revistas, uma preocupação semelhante foi levantada, isto é, as grandes matérias características desse meio de comunicação versam sobre diversos assuntos vinculados ao mesmo tema, no caso da educação, e por isso optou-se por utilizar uma ficha de classificação para cada assunto substancialmente diferente que tivesse tido um espaço considerável dentro da matéria como um todo. Nas matérias de jornais, os maiores problemas centraram-se na falta de uma

identificação mais precisa acerca de como a matéria foi produzida, quem a produziu, como se deu o acesso às fontes.

Houve problemas generalizados quanto à questão da subjetividade, ou seja, até que ponto uma mesma matéria poderia ser classificada de forma diferente por diferentes auxiliares. Este problema, como já foi mencionado, foi superado fazendo-se com que os auxiliares de pesquisa classificassem várias matérias iguais até que vieram a atingir um ponto padrão de classificação. Vale ressaltar que o trabalho foi aleatoriamente conferido, tendo sido refeito quando necessário.

Outro foco recorrente de problemas deu-se quanto a temas educacionais que não estavam presentes nos itens constantes da ficha. Adotou-se a prática comum de anotar como “outros” esses casos, os quais, se recorrentes, seriam transformados em itens separados.

Ainda houve problemas com matérias objeto de clipping pelo MEC, mas que não constituíam objeto desta pesquisa, como, por exemplo, questões político-partidárias do Sr. Ministro da Educação, as quais não têm nenhuma relação, em quaisquer níveis, com o tema da educação, não tendo sido, por isso, analisadas

Classificadas as matérias, isto é, tendo sido produzida uma ou, excepcionalmente, mais fichas para cada matéria, passou-se ao processo de crítica/codificação das fichas de classificação. Para tanto, foram adotados/criados códigos numéricos para cada mínima subdivisão da ficha de classificação, que permitiram logo identificar e relacionar cada um dos dados das diferentes variáveis que constituíam a ficha. Esse processo, minucioso, demandou primeiro a construção de um código de crítica, fundamental para que as informações fossem úteis e passíveis de futuras análises.

III. Premissas e referências teóricas

A pesquisa cujos resultados são apresentados neste Relatório Final se assenta em um conjunto de premissas e referências teóricas que serão brevemente indicados a seguir.

Constitui fato do senso comum contemporâneo a importância crescente dos mídia nos mais diversos aspectos da vida humana. Na verdade, talvez uma das características universais das sociedades deste final de século seja exatamente que elas caminham na direção de sociedades media centered (sociedades centradas nos mídia). Isto significa que os mídia são ou serão centrais

³ Os auxiliares de pesquisa tiveram divididos entre si as matérias selecionadas dos clippings do MEC e da ANDI, tendo cada um ficado responsável pela leitura aproximada de 12,4 dias de jornal. Ao final do trabalho, cada um preencheu, em média, 352,6 fichas de classificação, o que totalizou 1.763 fichas (1.633 do clipping do MEC e 130 do clipping da ANDI).

nas principais esferas da atividade humana, vale dizer, nas esferas econômica, social, política e cultural⁴.

No que se refere à centralidade econômica, basta lembrar a entrevista recente do presidente da Federal Communication Commission dos Estados Unidos (Hundt, R., 8/11/95), na qual ele declarou que "em termos globais é possível afirmar que este é o setor da economia que mais cresce e mais crescerá até depois do início do próximo milênio. (Esse crescimento) será medido na base de dezenas de trilhões de dólares nos próximos dez anos",

No que se refere à centralidade social, registre-se o papel crescente dos mídia na socialização e, em particular, na socialização política. Como se sabe, a socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais. Uma comparação da importância histórica das instituições sociais no processo de socialização revelará que nos últimos 30 anos, as igrejas, a escola e os grupos de amigos têm perdido espaço para os mídia.

No Brasil, apesar de serem poucos os dados disponíveis sobre o processo de socialização, é possível identificar a tendência histórica comparando duas pesquisas: uma realizada na década de 60, antes, portanto, da existência de um sistema nacional de comunicações entre nós (Lambert e Klineberg, 1967); e outra, do Instituto DataFolha, realizada em 1997.

Crianças brasileiras entre 6 e 14 anos de idade citavam os pais, o cinema, as revistas e os amigos entre suas principais fontes de informação nos anos 60. Cerca de trinta anos depois, havia uma presença ainda mais decisiva dos mídia. Respondendo à pergunta "v. poderia nos dizer qual a importância que cada uma das fontes de informação abaixo tem para v. saber o que acontece no mundo", a televisão (75%), os jornais (55%), as revistas (52%) e a Internet (50%), receberam a resposta "muito importante".

Já no que se refere à centralidade política dos mídia, além de substituir os partidos políticos na função de principais mediadores entre candidatos e eleitores nas campanhas eleitorais, os mídia têm desempenhado outras funções que, tradicionalmente, foram atribuídas aos partidos, tais como: (a) definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, (b) gerar e transmitir informações políticas, (c) fiscalizar a ação das administrações públicas, (d) exercer a crítica das políticas públicas, e (e) canalizar as demandas da população junto ao governo (Lima, 1998). Desta forma, os mídia se

transformaram em instrumentos únicos e indispensáveis à mobilização social nas sociedades contemporâneas, capazes de viabilizar ou inviabilizar esforços de implementação de políticas públicas.

Finalmente, é na ampla esfera da cultura, que compreende as idéias e valores, que a centralidade dos mídia se torna ainda mais importante. Aqui, ela decorre do poder de longo prazo que os conteúdos das comunicações têm na construção da realidade através da representação que fazem dos diferentes aspectos da vida humana. Aponta-se aqui para o reconhecimento do poder dos mídia, agora, não mais em termos de efeitos comportamentais de curto prazo, mas de efeitos cognitivos de longo prazo. Esses efeitos seriam aqueles capazes de:

"condicionar a maneira pela qual os indivíduos percebem e organizam seu ambiente mais imediato, seu conhecimento sobre o mundo e a orientação em relação a determinados temas, assim como sua capacidade de discriminação referida aos conteúdos da comunicação de massas" (Lima, 1998a).

III.1 O poder do jornalismo

Paralelo ao reconhecimento generalizado da centralidade dos mídia nas sociedades contemporâneas, significativos avanços têm sido registrados na pesquisa sobre comunicação e jornalismo nos últimos anos. Existe uma clara tendência - identificada como uma "redescoberta do poder do jornalismo" (Traquina, 1995) - que se assenta em duas linhas básicas de estudo, independentes mas diretamente relacionadas. Trata-se das pesquisas sobre a construção da notícia (newsmaking) e o poder de definição da pauta pública (agenda setting) pelos mídia.

O newsmaking: as fontes e o enquadramento (framing)

Os estudos sobre newsmaking, ou sobre "a construção da notícia", têm revelado como a "distorção involuntária" é inerente à produção de notícias, seja pela definição mesma dos critérios de noticiabilidade, seja pelos inúmeros fatores relacionados com as rotinas produtivas, a seleção das notícias ou com a sua edição (Wolf, 1987). Dentro dessa tendência, há de se registrar o papel fundamental das fontes e do enquadramento (framing) das notícias.

a) as fontes oficiais

Um estudo já clássico realizado na Inglaterra, na

⁴ A noção de centralidade tem sido aplicada nas Ciências Sociais igualmente a pessoas, instituições e idéias-valores. Ela implica a existência de seu oposto, vale dizer, o periférico, o marginal, o excluído mas ao mesmo tempo admite gradações de proximidade e afastamento, isto é, pessoas, instituições e idéias-valores podem ser mais ou menos centrais. Naturalmente, a centralidade dos mídia pressupõe a existência de sua base física, os sistemas nacionais (networks) consolidados de telecomunicações.

década de 70, introduziu o conceito de primary definers referindo-se às fontes com as quais os mídia mantêm uma relação de preferência estruturada. Com muita propriedade o estudo afirmava que:

O importante da relação estruturada entre os mídia e os primary definers institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão. Então esta interpretação comanda a ação em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que norteiam todas as futuras coberturas ou debates. Os argumentos contrários a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na sua definição 'do que está em questão', isto é, devem ter como seu ponto inicial esta estrutura de interpretação" (Hall et alii in Traquina, 1993).

Os primary definers do jornalismo são, na sua maioria e independentemente do tema da notícia, as fontes oficiais: burocratas do "primeiro escalão" dos Executivos federal, estadual e municipal, nos diversos ministérios e secretarias de Estado, no Palácio do Planalto e, naturalmente, os próprios ministros, secretários, governadores, prefeitos e o presidente da República. Representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, em seus diferentes níveis, aparecem em segundo plano dentro da tradição do presidencialismo brasileiro, que fortalece o Executivo em relação aos demais poderes da República. Eventualmente, alguma dessas fontes oficiais "falará" por meio de porta-vozes, assessorias de imprensa ou chefes de assessorias de comunicação social, mas isso, naturalmente, não altera o seu caráter oficial.

Outro aspecto que se deve reconhecer com relação às fontes oficiais é que, embora o presidencialismo brasileiro, implique na substituição periódica dos ocupantes do chamado "primeiro escalão", a procura deste "tipo" de fonte permanece invariável na rotina jornalística. Utiliza-se sempre, ou procura-se utilizar, a fonte que está na posição oficial que lhe confere autoridade. Desta forma, independentemente da eventual mudança dos ocupantes do "primeiro escalão", a prática profissional mantém a rotina que identifica o "primeiro escalão" como fonte oficial e, portanto, como fonte hierarquicamente mais qualificada. Isto confirma a existência do chamado "modelo cumulativo", ou seja, jornalistas repetidamente em contato com um número reduzido de fontes do mesmo tipo, limitando desta forma a presença nos mídia de outras fontes, vale dizer, de uma representação não-oficial da realidade.

b) o enquadramento das notícias

O conceito de enquadramento (framing), por outro lado, representa um avanço metodológico importante na tradicional análise de conteúdo das mensagens dos mídia, em particular, das notícias. Na





verdade, ele busca abarcar a noção dos efeitos da comunicação como processo de longo prazo, implícita na perspectiva dos efeitos cognitivos. Embora ainda não se tenha equacionado todos os problemas de sua aplicação prática, não há dúvida de que o conceito abre uma nova e promissora perspectiva de análise.

Do ponto de vista operacional, a noção de enquadramento envolve basicamente a seleção e a saliência, sendo que esta última significa tornar uma informação mais “noticiável, significativa ou memorável para a audiência”. Desta forma, “enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação do tratamento para o tema descrito” (Entman, 1993, p. 52).

É necessário, portanto, que se tenha sempre presente que “a maioria dos enquadramentos são definidos pelo que eles omitem da mesma forma do que eles incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas quanto as inclusões orientadoras das audiências” (idem, p.54).

As análises que se arriscaram por este terreno ainda pouco desenvolvido (Lima, 1997 e Lima e Guazina, 1998), têm revelado como o enquadramento de temas intrinsecamente positivos - como, por exemplo, a educação, a saúde, a segurança - é feito não em torno da temática propriamente dita mas em torno dos atores (individuais e/ou institucionais) e das ações (políticas públicas) por eles desenvolvidas⁵.

O agenda setting e a agenda pública

Já a hipótese do agenda setting, cujas pesquisas em sua grande maioria se referem ao jornalismo impresso e de televisão, vem questionando há mais de 25 anos a tradição dos efeitos limitados, redescobrimo o poder de longo prazo que os mídia exercem na construção das agendas pública e política, isto é, na definição dos mapas cognitivos que orientam a tomada de decisões cotidianas do cidadão comum e na determinação das áreas de atuação do poder público. (Traquina, 1995).

Inúmeras pesquisas, sobretudo realizadas a partir da cobertura de jornais impressos em períodos eleitorais, têm revelado que os temas agendados pelos mídia coincidem com aqueles identificados e priorizados pela maioria do público como constituidores da agenda pública. Dessa forma, pautar os mídia - sobretudo os jornais - significa, indiretamente, pautar a maioria do

⁵O próximo passo para a análise qualitativa das notícias seria a utilização do conceito de “cenário de representação” e a tentativa de identificar o cenário específico nos limites do qual a representação da Educação tem sido construída no e pelos mídia (Cf. Lima, 1996).

público por aquilo que ele passará a considerar como sendo os assuntos públicos prioritários. Decorre daí a importância fundamental que reconhecidamente os mídia têm exercido na definição das prioridades das políticas públicas (Wolf 1987 e 1994).

São estas as premissas e referências teóricas básicas nas quais a pesquisa “Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação” encontra sua justificativa. Não se poderá compreender o alcance e as implicações dos resultados aqui apresentados sem se levar em conta o pano de fundo teórico maior no qual eles se enquadram.

IV. A educação no olhar da imprensa escrita

Este estudo teve como propósito analisar a importância que os meios de comunicação escrita vêm dando às questões relacionadas com a educação, entendida em suas formas mais amplas e não somente circunscrita às questões escolares. Foram analisadas, no total, 1.763 matérias jornalísticas, publicadas em 62 periódicos de circulação nacional e local, nos anos de 1997 e 1998.

Como se indica na parte explicativa da metodologia, as matérias selecionadas com as quais trabalhamos foram obtidas junto ao acervo do Ministério da Educação (MEC) e da ANDI e, por isso, correspondem aos critérios sob os quais, à época, foram incluídas no clipping diário produzido pelas duas instituições. Por essa razão, é possível que uma ou outra matéria sobre educação, especialmente daquelas que se referem às questões não relacionadas com a escola ou o Estado, não estejam incluídas na amostra. No entanto, essa ausência, considerando o número de periódicos pesquisados e os resultados obtidos, se existe, deve ser mínima, o que não desvirtua os resultados do estudo.

Considerando que o estudo pretendia abarcar dois anos de produção jornalística e que existiam limitações de tempo e recursos para poder trabalhar tudo o que foi publicado nesse período, a solução adequada foi a seleção de uma amostra que, respeitando os critérios mínimos da estatística – a aleatoriedade – fosse representativa do período em estudo. Para isso, foram estabelecidos meses compostos, que são resultado da seleção aleatória de 31 dias por ano, o que resulta em um total de 62 dias analisados.

A Tabela 1 do Anexo 1 fornece uma ilustração do conjunto de periódicos analisados, assim como da quantidade de matérias e a proporção que representam. A primeira grande conclusão que se pode extrair dessa

informação é que, embora nos últimos anos a imprensa se tenha interessado mais pelas questões relacionadas com a educação, esse interesse ainda pode ser considerado pequeno, pois teríamos uma média diária de 28 matérias sobre educação publicadas nos 62 periódicos pesquisados. Esse cálculo leva a uma estimativa de que cada periódico estaria publicando 0,5 matérias por dia.

Se consideramos agora que existem periódicos que publicaram um grande número de matérias e outros que o fizeram apenas uma ou duas vezes nos dias analisados, pode-se dizer que a cobertura que a educação recebe por parte da imprensa é ainda bastante deficiente e concentrada em determinados veículos mais sensíveis ao tema. Para estruturar melhor nosso estudo, classificamos os jornais em duas grandes categorias: os que podem ser considerados como de circulação nacional, assim entendidos aqueles distribuídos em quase todo o território nacional e que possuem grande tiragem, e os periódicos locais ou regionais, que têm circulação restrita à cidade, Estado ou região onde são publicados e que, portanto, não chegam a ser distribuídos na maioria das unidades federativas. Entre os primeiros, se incluíram os grandes diários do País: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Todos os demais diários foram classificados como de circulação regional⁶.

Um pouco mais da metade dos periódicos estudados publicaram no período analisado menos de dez matérias, existindo entre eles 21 que não chegaram a publicar mais de cinco matérias. Nesse grupo, que podemos chamar de pouco interessados na educação, todos são jornais regionais. No outro extremo, encontramos aqueles que publicaram no período mais de 100 e menos de 150 matérias, o que significa que publicam, em média, duas matérias sobre educação por dia, sendo eles O Globo (120), O Estado de S. Paulo (134) e Correio Braziliense (142). No extremo superior, encontra-se a Folha de S. Paulo, que no período abrangido pelo estudo publicou 275 matérias, com uma expressiva média de 4,6 textos sobre educação por dia⁷.

Dessa forma, enquanto há jornais relativamente interessados no tema, existe um grande número que se interessa muito pouco por assuntos educacionais. A Folha de S. Paulo responde por 15,5% do total de matérias publicadas no período analisado, enquanto que o segundo diário de circulação nacional em volume de cobertura, O Estado de S. Paulo, contribui com 7,8% das matérias, ficando em terceiro lugar o O Globo, com 6,8%. Ou seja, estes dois últimos somam mais ou menos

⁶ O Correio Braziliense, embora não preencha os critérios para ser incluído na categoria de jornais de circulação nacional, apresenta algumas características que o diferenciam dos periódicos locais e regionais. É o jornal de maior circulação de Brasília, capital administrativa e política do País. Por isso, algumas comparações serão feitas agregando-o aos diários de circulação nacional, com os quais se assemelha mais na cobertura da educação.

aquilo que a Folha de S. Paulo representa, por sua parte. Somados os quatro periódicos de circulação nacional, chega-se a 33% do total das matérias analisadas, o que reforça a idéia de que as informações sobre educação são veiculadas pelos grandes jornais do País, sendo as publicações locais pouco interessadas pelo tema.

Merece destaque o Correio Braziliense, pois este é o jornal com o segundo maior número de matérias sobre educação entre todos os 62 diários pesquisados. No período estudado, publicou 142 matérias, o que corresponde a 8,2% do total. Esse dado fez com que o Correio Braziliense, ao lado da Folha de S. Paulo, se destacasse como um dos periódicos do País mais interessados na educação, nesses dois anos. Por isso, para outros cálculos será considerado como de caráter nacional. Esta inclusão torna a questão muito mais dramática pois, reunidos, esses cinco diários são responsáveis por 41,7% do total de matérias sobre o tema. Assim, o grupo de jornais locais ou regionais (os 57 periódicos restantes) são responsáveis, cada um, por apenas cerca de 1% das matérias restantes.

Diante destes dados, torna-se absolutamente claro que a maior parte das matérias sobre educação são postas em circulação por um número reduzido de periódicos. Embora seja certo que estes são os de maiores tiragens e circulação, e que, portanto, têm maior influência sobre a opinião pública nacional, uma leitura oposta é sintomática: em termos gerais, os diários de menor circulação, considerados como regionais, dão uma atenção muito pequena às questões educacionais de qualquer tipo.

Paradoxalmente, esse quadro sugere que a educação aparece com mais freqüência na imprensa como uma questão nacional, contrariando assim a expectativa ditada pelo senso comum de que, por ser essa uma das necessidades mais ligadas ao cotidiano das famílias, deveria merecer maior destaque na pauta dos jornais locais e regionais. Por terem um vínculo mais próximo com a comunidade, seria de esperar desses diários um enfoque mais centrado no funcionamento das escolas, nas questões curriculares e na gestão local das redes de ensino. Em contraste, seria de supor que os jornais de circulação nacional dispensariam ao tema um tratamento mais voltado para os aspectos gerais das políticas educacionais. Não é isso, no entanto, como se verá adiante, o que indica o resultado desta pesquisa.

Enquanto os quatro jornais de circulação nacional são responsáveis por 33% do total de matérias, os outros – considerados de caráter regional (incluído o Correio Braziliense), se agrupados por regiões, se distribuem de maneira bastante desigual.⁸ Na Região Nordeste, onde encontramos a maior porcentagem de matérias produzidas por periódicos de caráter mais regional, 23% do total das matérias analisadas foram publicadas por 23 jornais, dentre os quais sobressaem o Jornal do Commercio, com 15% do total da região, e O Dia/PI, com 14%. Isso significa que existem outros periódicos que dão certa importância à educação, embora essa se dilua no número de meios que lá circulam.

Por outro lado, nas outras regiões, nota-se a predominância de um ou dois jornais que são responsáveis por menos de 25% das matérias sobre educação veiculadas nessas regiões (Tabela 1). Contudo, ocorrem alguns fatos interessantes: na Região Sul, sabidamente uma das mais escolarizadas do País, e, portanto, com maior capacidade para interessar-se pelas questões sobre educação, os dez periódicos que publicaram algo relacionado com ela contribuíram com apenas 7% do total das matérias analisadas, a mesma participação dos diários da Região Norte no que diz respeito ao tema. Destaca-se, nesta primeira análise, a importância regional dos jornais Correio Braziliense e A crítica, periódicos que publicaram 46% e 39%, respectivamente, das matérias relacionadas com a educação em suas regiões. Isso significa também que, nos dois anos estudados, os outros diários dessas regiões dedicaram muito pouco espaço à questão.

Entretanto, deve-se levar em conta que, no caso da Região Centro-Oeste, os jornais se mostram muito mais diferenciados, pois o Jornal de Brasília, embora retrate as questões educacionais com menor intensidade do que seu competidor local, o Correio Braziliense, é responsável por 8% do total das matérias analisadas, sendo o sétimo em importância, quando se avaliam os diários independentemente da região à qual pertencem. Cabe notar ainda que somados, o Correio Braziliense e o Jornal de Brasília responderam por 75% das matérias sobre educação publicadas nos oito jornais da região Centro-Oeste incluídos na pesquisa.

Além de evidenciar a linha editorial diferenciada destes veículos, com forte ênfase nas questões locais,

⁷ É importante esclarecer que a metodologia utilizada na pesquisa não levou em conta o tamanho das matérias nem o destaque dado no corpo do jornal - manchete na primeira página, localização dentro da página, etc. Com isso, esta comparação, baseada exclusivamente no número unitário de matérias sobre educação publicadas pelos 62 jornais pesquisados, deve ser vista com alguma cautela. Como a tendência atual do jornalismo impresso de adotar textos enxutos é mais visível em alguns jornais, obviamente a contagem unitária do número de matérias não oferece possibilidade de uma comparação mais apurada sobre o espaço dedicado à educação em cada veículo. É o caso da Folha de S. Paulo, que adota um rígido padrão em relação ao tamanho das matérias publicadas, raramente ultrapassando 20 linhas de texto. É freqüente, portanto, que a matéria principal seja acompanhada de uma ou mais retrancas. Essa característica deve ser levada em conta ao se analisar o expressivo número de matérias publicadas por este jornal.

⁸ Para maiores esclarecimentos podem se consultar as tabelas do anexo relativas ao tema.

Tabela 1 • Principais jornais regionais e nacionais, segundo o interesse pela educação

Região	Nº de jornais	% do total de matérias do país	Jornal que deu mais importância	% do total regional	2º jornal que deu importância ao tema	% do total regional
Norte	08	07	A Crítica	39	O Liberal	35
Nordeste	21	23	Jornal do Comércio	15	O Dia/PI	14
Sudeste	13	12	Estado de Minas	25	A Gazeta	22
Sul	10	07	Diário Catarinense	26	Gazeta do Povo	25
Centro-Oeste	06	18	Correio Braziliense	46	Jornal de Brasília	29
Nacionais	04	33	Folha de S. Paulo	46	O Estado de S. Paulo	23
Total	62	100				

esta concentração pode estar associada ao contexto político do período pesquisado, tendo em vista que o ex-governador Cristovam Buarque adotou a educação como uma das suas principais bandeiras. A influência do debate político parece ficar caracterizada quando se observa o crescimento da cobertura sobre educação, na Região Centro-Oeste, no período da campanha eleitoral. Foi no 4º trimestre de 1998 que se registrou o maior pico de matérias sobre o tema, justamente quando o Distrito Federal era palco de uma das disputas eleitorais mais polarizadas do País.

Vale assinalar que, apesar dos esforços desenvolvidos por diversos agentes governamentais e sociais interessados em tornar os meios de comunicação mais dispostos à cobertura de questões relacionadas com a educação, ao comparar os dois anos estudados, vê-se que a proporção de matérias por ano é quase a mesma. Ou seja, de um ano para outro, constata-se que os diários pesquisados, como um todo, não atribuíram maior importância à questão educacional.

Nota-se, no entanto, que em alguns trimestres as matérias foram mais numerosas do que em outros. Tais são os casos do 2º semestre de 1997 e o 4º de 1998 (Tabela 2). Pode-se dizer que esses foram períodos de ampla cobertura, nos quais a educação foi abordada de maneira mais extensiva e intensiva do que nos outros, em que se descobre maior variação negativa.

A Tabela 3 - permite observar que, embora haja dois períodos trimestrais nos quais as matérias sobre educação foram mais numerosas, esse não é um comportamento uniforme em todas as regiões do País. Enquanto no 2º trimestre de 1997, observa-se um significativo aumento de matérias nos jornais das Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, no 4º trimestre de 1998 esse aumento concentrou-se nos jornais de circulação nacional e nos jornais da Região Centro-Oeste.

Além disso, cabe ressaltar que no 2º trimestre de 1997 houve um incremento de matérias em quase todas as regiões, sem que contudo exista o mesmo com-

Tabela 2 • Número de matérias sobre educação, segundo o trimestre

Período	Absoluto	%	% acumulado
1º Trimestre 97	143	8,1	8,1
2º Trimestre 97	355	19,0	27,1
3º Trimestre 97	190	10,8	37,8
4º Trimestre 97	215	12,2	50,0
1º Trimestre 98	198	11,2	61,2
2º Trimestre 98	176	10,0	71,1
3º Trimestre 98	199	11,3	82,4
4º Trimestre 98	311	17,6	100,0
Brasil 1997 e 1998	1767	100,0	

portamento nos de cobertura nacional. Já no último trimestre de 1998, a questão é diferente: exceto a Região Centro-Oeste, em todas as outras regiões os diários mantiveram quase inalterada a proporção de matérias veiculadas sobre a educação, enquanto os jornais de circulação nacional ampliaram enormemente o espaço dedicado ao tema.

Pode-se afirmar, portanto, que se os jornais de ampla cobertura têm a capacidade de "puxar a temática" e agendar a cobertura da mídia de menor alcance, porém, de acordo com os dados da pesquisa o incremento numérico observado naqueles veículos não foi acompanhado por estes.

Cabe notar que os dois trimestres que registraram maior volume de cobertura sobre educação - 2º trimestre de 1997 e 4º trimestre de 1998 - foram períodos importantes na agenda de atividades do MEC. No 2º trimestre de 1997, deu-se a realização do segundo Provão, ainda sob a expectativa de repetição dos protestos estudantis fomentados pela UNE por ocasião do primeiro exame, em 1996.

Já no 4º trimestre de 1998, o MEC despejou uma verdadeira enxurrada de indicadores, divulgando com

Tabela 3 • Número de matérias sobre educação, segundo a região

Período/região		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Cobertura nacional	Total
1o. trimestre 97	Absoluto	31,0	31,0	24,0	16,0	21,0	39,0	142,0
	%	7,8	7,8	11,4	13,0	6,7	6,6	8,0
2o. trimestre 97	Absoluto	23,0	96,0	55,0	29,0	62,0	70,0	335,0
	%	17,8	24,1	26,2	23,6	19,9	11,8	19,0
3o. trimestre 97	Absoluto	15,0	48,0	17,0	9,0	36,0	65,0	190,0
	%	11,6	12,0	8,1	7,3	11,5	11,0	10,8
4o. trimestre 97	Absoluto	19,0	56,0	30,0	17,0	24,0	69,0	215,0
	%	14,7	14,0	14,3	13,8	7,7	11,6	12,2
1o trimestre 98	Absoluto	14,0	31,0	18,0	11,0	35,0	89,0	198,0
	%	10,9	7,8	8,6	8,9	11,2	15,0	11,2
2o. trimestre 98	Absoluto	15,0	42,0	17,0	16,0	34,0	52,0	176,0
	%	11,6	10,5	8,1	13,0	10,9	8,8	10,0
3o. trimestre 98	Absoluto	14,0	32,0	31,0	9,0	37,0	76,0	199,0
	%	10,9	8,0	14,8	7,3	11,9	12,8	11,3
4o. trimestre 98	Absoluto	18,0	63,0	18,0	16,0	63,0	133,0	311,0
	%	14,0	15,8	8,6	13,0	20,2	22,4	17,6
Total	Absoluto	129,0	399,0	210,0	123,0	312,0	593,0	1.766,0
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

intervalo de poucos dias os resultados do Censo Escolar/98, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado em 1997, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado pela primeira vez em agosto deste ano, e do Provão/98⁹. Some-se a tudo isso, ainda, o esforço do MEC para promover a divulgação de ações positivas do governo, que se intensificou no período que precedeu as eleições gerais de 1998, e teremos uma boa explicação para o surpreendente aumento da cobertura sobre os temas educacionais no último trimestre do ano.

Observa-se, igualmente, no 4º trimestre de 1997, uma variação positiva da cobertura em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. Este período também coincide com uma ação ostensiva do MEC, a Campanha "Toda Criança na Escola", lançada oficialmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 28 de setembro, em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão¹⁰. Nos meses seguintes, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, percorreu todos os Estados para divulgar a campanha, promovendo atos públicos com os governadores, lideranças políticas, empresariais e religiosas. Esta ação, sustentada por uma intensa campanha de mídia, se estendeu até o início de 1998, quando foi realizada a Semana Nacional da Matricula, de 7 a 14 de fevereiro.

IV.1 A educação formal como foco

Para melhor analisar a forma como os meios de comunicação escrita no Brasil abordaram as questões educacionais nos dois últimos anos, optou-se por subdividir a cobertura em dois grandes blocos temáticos. No primeiro, agruparam-se todas aquelas matérias que não só tinham a ver com questões escolares propriamente ditas, mas que se referiam à relação Educação-Estado, seja porque tratavam de ações governamentais propriamente ditas, seja porque faziam referência direta à responsabilidade do Poder Público, em suas diferentes instâncias, com a educação.

No segundo bloco temático, foram classificadas as matérias que tratavam de questões gerais da educação, tendo como foco dominante o processo de ensino-aprendizagem em si e como principais agentes os atores não-governamentais. Portanto, enquanto no primeiro grupo classificaram-se as matérias jornalísticas que privilegiavam a relação Educação-Estado, mediada pela questão das políticas públicas de educação, no segundo grupo analisaram-se as matérias que abordavam a Educação na perspectiva da sociedade civil.

Como era de se esperar, a grande maioria das matérias jornalísticas se inclui no primeiro grupo: aquelas que têm a relação Educação-Estado como seu foco principal representam 83% do total de matérias

⁹ No mesmo período, o MEC divulgou ainda o resultado de dois projetos internacionais dos quais o Brasil fez parte: o estudo comparado realizado pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade na Educação (OREALC/UNESCO), que envolveu 15 países da região, e o projeto piloto de indicadores educacionais da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE/UNESCO).

¹⁰ O presidente aproveitou ainda a visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro, para entregar um documento com as linhas gerais da campanha, reforçando assim o marketing construído em torno da simpática bandeira "toda criança na escola".

Tabela 4 • Foco principal de matéria, segundo a importância do jornal na sua região

Região	Nº de jornais	% do total das matérias do País	Jornais mais importantes	Estado-Educação (%)	Questões Educacionais em Geral (%)
Norte	8	7	A Crítica	80	20
			O Liberal	96	4
Nordeste	21	23	Jornal do Comércio	83	17
			O Dia/PI	93	7
Sudeste	13	12	Estado de Minas	86	14
			A Gazeta	87	13
Sul	10	7	Diário Caarinense	87	13
			Gazeta do Povo	84	16
Centro-Oeste	6	18	Correio Braziliense	81	19
			Jornal de Brasília	79	21
Nacionais	4	33	Folha de S. Paulo	81	20
			O Estado de S. Paulo	70	30
Total	62	100	-	83	17

analisadas, enquanto os 17% restantes tratam as questões educacionais tendo como foco de referência o processo educativo como tal, sem a intermediação do Poder Público (Tabela 4).

Considerando as grandes variáveis acima colocadas, é interessante notar que enquanto os periódicos de caráter nacional e o Correio Braziliense dedicam 22% de suas notas ao segundo bloco, essa participação é de apenas 14% nos jornais de circulação local. Dessa maneira, fica claro que o interesse por questões eminentemente educacionais está mais concentrado nos periódicos de maior tiragem, o que também indica que os diários locais ou regionais mantêm centrado seu interesse, por menor que seja, nas questões relativas à educação formal e, em maior medida, à relação Estado-Educação.

A Tabela 4, construída com os dados dos dois diários que mais deram espaço aos temas educacionais por região, pode ajudar a compreender melhor esse comportamento, segundo o qual muito poucos dedicam mais do que 20% de suas matérias a questões que não envolvem o Estado ou o governo em seus diferentes níveis. Ainda que a Folha de S. Paulo seja o diário que tem maior interesse pela educação e seja a responsável pelo maior número de matérias dedicadas ao tema, no que se refere ao tratamento e divulgação de questões não vinculadas à relação Estado-Educação, é O Estado de S. Paulo que dedica maior atenção a esse tipo de matéria. Também é significativo o comportamento do Jornal do Brasil, que embora esteja muito mais próximo da média, dedica um pouco mais da quinta parte das

matérias às questões mais vinculadas com o processo de educar.

Para analisar o primeiro bloco de matérias, que obteve mais atenção dos meios de comunicação, é necessário deter-se em uma questão eminentemente estrutural, mas não por isso menos importante: o nível educacional a que se referem essas matérias. É amplamente reconhecido que, nos últimos anos, o executivo federal tem dado ênfase às questões relacionadas com a educação fundamental. Além disso, tem havido uma insistência no processo de descentralização, que tem como questão central atribuir aos municípios a responsabilidade pelo desenvolvimento desse nível de ensino, sem contudo retirar toda a responsabilidade do governo federal¹¹.

Como se pode ver na Tabela 5, o ensino fundamental tem sido a causa ou razão de pouco mais da quinta parte das matérias avaliadas neste estudo, proporção que pode ser considerada modesta, tendo em vista a abrangência deste nível de ensino, que concentra cerca de 36 milhões de matrículas. Mas se consideramos as matérias que se referem aos diferentes níveis da educação básica – Educação Infantil (2,5%), Ensino Fundamental (22,5%), Ensino Médio (8,6%) e Ensino Fundamental e Médio (14%) – verificamos que representam em conjunto 47,6% da cobertura sobre educação no período pesquisado, o que já é algo bastante expressivo.

A atenção dispensada ao ensino fundamental apresenta importantes variações regionais. Enquanto na Região Norte, a proporção de matérias dedicadas a este

¹¹ Este impulso descentralizador foi dado pela Constituição de 1988, que ampliou significativamente a autonomia dos municípios, garantindo-lhes inclusive prerrogativas para organizarem seus próprios sistemas de ensino, independentemente de supervisão estadual ou federal. A Emenda Constitucional nº 14, de 1996, tratou de estabelecer com maior clareza as competências e responsabilidades dos três níveis de governo. A União tem um papel normativo (de definir as grandes diretrizes do sistema), redistributivo e supletivo (mediante assistência técnica e financeira aos Estados e municípios para diminuir desigualdades sociais e regionais). O ensino fundamental obrigatório é responsabilidade compartilhada dos governos estaduais e municipais. A educação infantil deve ser atendida prioritariamente pelos municípios e o ensino médio, pelos Estados.

Tabela 5 • Matéria sobre educação em jornais locais e nacionais, segundo o nível de ensino (%)

Nível de Ensino	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais Nacionais	Total
Educação Infantil	3,9	1,5	3,4	3,3	1,6	2,9	2,5
Ensino Fundamental	28,7	23,9	18,3	26,2	21,9	21,2	22,5
Ensino Médio	10,9	8,6	10,1	5,7	10,6	7,1	8,6
Ensino Superior	25,6	34,5	37,5	40,2	28,6	33,2	33,1
Ensino Fundamental e médio	12,4	13,5	13,0	12,3	13,8	15,4	14,0
Referência a todos os níveis de ensino	3,1	5,3	6,7	0,8	6,8	6,3	5,6
Sem referência ao nível de ensino	15,5	12,7	11,1	11,5	16,7	13,9	13,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

nível de ensino supera a quarta parte do total, no Sudeste é inferior a 20%. Seria possível supor, portanto, que naquelas regiões onde a questão educacional é mais angustiante ou difícil, os meios de comunicação concentram seu interesse pela educação no ensino fundamental obrigatório, o que é bastante positivo sob a perspectiva da construção da agenda pública.

Porém, é necessário chamar a atenção sobre o fato de que mais de um terço das matérias analisadas têm como referência o ensino superior. Isoladamente, portanto, este é o nível de ensino que tem merecido maior cobertura da imprensa. A exemplo do que já se observou em relação ao ensino fundamental, também se observam significativas variações regionais na cobertura da educação superior.

Apenas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, esse nível não responde por mais de 30% das matérias sobre educação. Destaca-se, no entanto, a ampla cobertura dos jornais das Regiões Sul e Sudeste, que dedicam ao ensino superior 40% e 38%, respectivamente, das matérias. Parece, portanto, que o nível de escolaridade das regiões está diretamente relacionado com a ênfase que os meios de comunicação escrita dão a um ou outro nível educacional. Isso pode indicar ainda que, naquelas zonas onde existem maiores índices de escolaridade e o nível superior é cada vez mais um horizonte a alcançar, os meios se interessam muito mais por este tema. Contudo, as diferenças em termos de proporções de cobertura não retratam com clareza as diferenças regionais em termos de escolaridade.

Cabe observar ainda que as Regiões Sudeste e Sul respondem por cerca de 75% da matrícula do ensino superior, concentração que também se verifica em relação aos pesquisadores e centros de excelência acadêmica. É importante notar, ainda, que a expansão da oferta, sobretudo na Região Sudeste, tem se dado principalmente no setor privado, gerando um ativo mercado que vem atraindo investimentos de novos

grupos empresariais e, portanto, maior visibilidade nos meios de comunicação dessas regiões.

Embora pareça lógico e compreensível que nas regiões Sul e Sudeste a cobertura do ensino superior seja uma exigência dos leitores dos veículos aqui estudados, não parece razoável que nas regiões Norte e Nordeste os jornais dediquem tanto espaço, em seu já reduzido enfoque às questões relacionadas com o ensino superior.

Uma hipótese plausível é que tanto em umas como em outras regiões os usuários dos meios de comunicação escrita são os setores sociais com mais alto nível de formação escolar, de modo que as questões relacionadas com o ensino superior, mesmo que desproporcionais à realidade educacional da região, são conseqüência das exigências dos leitores. Daí se depreende um grande paradoxo: nas regiões onde seria mais importante abrir o espaço para a informação jornalística sobre os outros níveis educacionais, para que estes alcançassem maior eficiência, boa parte das poucas matérias dedicadas à educação se concentra no ensino superior. Porém, essa afirmação não deve ser interpretada como uma crítica ao interesse da imprensa nas questões relacionadas à formação profissional de alto nível, mas sim no descuido com que, conforme se pode ver, são tratados os outros níveis educacionais.

A forte presença do ensino superior na cobertura da imprensa sobre educação pode ainda estar associada à presença mais ativa nesse nível de ensino de grupos de interesses organizados, tanto de natureza corporativo-sindical, sobretudo no âmbito das universidades públicas, quanto econômicos e empresariais, no setor privado. Trata-se, ainda, do nível de ensino que tem uma regulamentação mais rígida, o que gera processos permanentes de pressões, conflitos e negociações. Finalmente, a ênfase atribuída pelo MEC à avaliação externa do ensino superior contribuiu para manter o tema na pauta da imprensa no período compreendido pela pesquisa.

Tabela 6 • Matérias por trimestre a ano, segundo o nível de ensino agrupado

Período	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Fundamental e Médio	Relativa a todos os níveis de ensino	Não se refere a nenhum nível de ensino	Total
1º trimestre 97	13,6	7,4	9,3	6,2	6,1	14,3	11,6	8,1
2º trimestre 97	9,1	14,7	7,3	26,9	22,9	9,2	16,2	19,0
3º trimestre 97	2,3	11,9	32,5	5,9	7,8	13,3	10,8	10,8
4º trimestre 97	9,1	16,0	5,3	9,5	14,3	12,2	14,9	12,1
1º trimestre 98	13,6	21,1	4,6	6,5	7,8	18,4	10,8	11,2
2º trimestre 98	4,5	3,8	23,8	14,5	4,5	1,0	10,0	9,9
3º trimestre 98	22,7	14,2	6,6	10,8	10,2	5,1	12,0	11,3
4º trimestre 98	25,0	10,9	10,6	19,8	26,5	26,5	13,7	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% do nível	2,5	22,5	8,6	33,1	14,0	5,6	13,7	100,0

Para saber em que momento esses níveis receberam maior atenção, ou se, pelo contrário, tal atenção foi semelhante em todos os momentos, é necessário consultar a Tabela 6, na qual é fácil distinguir que, nas matérias dedicadas a cada nível de ensino, existem comportamentos temporais um pouco diferenciados. Por exemplo, no caso do ensino infantil, enquanto no primeiro semestre de 1997 houve uma queda, em 1998 observou-se uma atenção crescente, afetada somente no 2º trimestre, quando ocorre uma queda de sete pontos em relação ao período anterior. O mesmo não se verifica na distribuição das matérias dedicadas ao ensino fundamental, onde não encontramos maior regularidade, e muito menos uma tendência relativamente crescente.

É interessante notar o que acontece com a cobertura do ensino superior, pois esta tampouco apresenta alguma regularidade. Em alguns trimestres, a proporção é baixa - em torno de 6% para os primeiros trimestre dos dois anos pesquisados, embora a concentração se produza em momentos diferentes: uma expressiva, no 2º trimestre de 1997, que coincide com o período de realização do Provão, e outra, um pouco mais moderada, no 4º trimestre de 1998.

Se as variações negativas podem ser mais facilmente relacionadas com os períodos de férias escolares, o que é extensivo para todos os níveis de ensino, as variações positivas não possuem uma explicação simples, podendo estar relacionadas com diversos fatores. Em relação ao ensino superior, por exemplo, já se observou uma coincidência entre os períodos de maior interesse da imprensa com o calendário do Provão, além da paralisação dos professores das universidades federais, no primeiro semestre de 1998.

Tabela 7 • Matérias por nível de ensino, segundo a esfera de governo a que se refere (%)

Nível de Ensino	União/ Governo Federal	Estados	Total
Educação infantil	1,9	3,9	2,4
Ensino fundamental	18,7	39,2	24,1
Ensino médio	11,5	4,5	9,6
Ensino superior	44,4	8,2	34,9
Ensino fundamental e médio	11,2	22,4	14,1
Relativa a todos os níveis de ensino	4,9	3,2	4,4
Não se refere a nenhum nível de ensino	7,3	18,7	10,3
Total	100,0	100,0	100,0
% por nível de governo	73,6	26,4	100,0

Não é difícil estabelecer a mesma correlação entre ações de maior impacto do MEC e as variações observadas na cobertura dos demais níveis de ensino. No caso da educação infantil, o incremento da cobertura em 1998 parece estar diretamente associado à divulgação das referenciais curriculares nacionais. Para o ensino fundamental, é possível vincular o pico de matérias observado no 4º trimestre de 1997 e no 1º trimestre de 1998 tanto à campanha "Toda Criança na Escola" quanto à implantação do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Já no ensino médio, a maior incidência de matérias coincide com o lançamento das novas diretrizes curriculares nacionais (3º trimestre de 1997) e a realização do ENEM (2º trimestre de 1998).

Para o ensino superior, conforme já se observou, a relação mais óbvia do aumento da cobertura é com a realização do Provão (2º trimestre de 1997 e 2º trimestre de 1998) e a divulgação dos seus resultados (4º trimestre de 1997 e 4º trimestre de 1998). Por último, a concentração de matérias com enfoque simultâneo sobre ensino fundamental e médio ou relativa a todos os níveis de ensino, no 4º trimestre de 1998, coincide com a divulgação dos resultados do SAEB/98 e de um conjunto de indicadores sobre o sistema educacional brasileiro.

Ao considerar a relação entre o total de matérias em um trimestre e o nível que possivelmente causou esse crescimento ou queda, percebe-se que o 2º trimestre de 1997 e o último de 1998 são os que concentram mais matérias sobre educação. No primeiro dos casos, as causas podem encontrar-se numa ampla concentração de matérias sobre a educação superior (27%), e outro crescimento substantivo no caso das matérias que tratam, ao mesmo tempo, de questões do ensino fundamental e médio (23%).

No segundo caso, para o 4º trimestre de 1998 a ênfase está repartida entre a educação infantil (25%), ensino fundamental e médio (26%) e as matérias que se referem à educação em todos os níveis (26%). Este trimestre é, portanto, atípico, pois mostra o crescimento de informações sobre temáticas globais ou genéricas, em detrimento das referidas a um determinado nível, o que pode ser sintoma de uma visão menos fragmentada da educação por parte da imprensa.

O conjunto desses dados permite uma conclusão breve: embora a cobertura das questões relacionadas com a educação tenha mostrado certo aumento, em termos globais não se pode dizer que exista uma clara tendência ao crescimento, mas sim períodos de maior interesse da imprensa pelas questões educacionais.

Somente uma pesquisa de mais longo prazo poderia indicar com segurança se nos últimos anos configurou-se uma tendência de crescimento da cobertura sobre educação¹². As evidências examinadas até aqui, restritas ao biênio 1997-1998, parecem indicar que o nível de interesse da imprensa tende a variar de acordo com o calendário de atividades do MEC. A análise combinada, tanto do volume de matérias quanto dos temas mais explorados, sugere que há um verdadeiro colamento entre a pauta da imprensa e a agenda do MEC.

De acordo com a Tabela 7, a grande maioria das matérias têm o governo federal como referência mais

importante. Torna-se evidente que os meios de comunicação, no que se refere às questões educacionais, possuem como interlocutor principal o Executivo Federal, que se mostra fortemente centralizador. Isso demonstra ainda que, para editores, redatores e, possivelmente, leitores, as questões educacionais passam prioritariamente pelo governo federal. Esse comportamento pode também ser entendido como que somente o que tem o governo central como destinatário ou emissor da informação tem valor como notícia, o que significa uma maneira de ver a produção e construção da informação desde uma só vertente: as questões relacionadas com o poder público central.

É válido também notar, contudo, que existem diferenças significativas nas proporções dedicadas a cada nível de ensino, pois dentre as que têm o governo federal como referência direta, 44% são relativas ao ensino superior, significativamente o nível que concentra mais matérias. Esta tendência é convergente para o maior grau de responsabilidade que o governo federal desempenha neste nível de ensino, tanto como mantenedor da rede de instituições federais de ensino superior quanto como normatizador do sistema, que inclui todas as instituições privadas.

No caso das matérias com referência aos governos estaduais e municipais, são as relativas ao ensino fundamental que representam o maior número de matérias, com 39,2%; as que se referem ao ensino médio são, por sua parte, 22,4%. Se forem consideradas ainda as matérias sobre educação infantil (3,9%) referidas às unidades da Federação, constata-se que 65,5% das matérias sobre educação que remetem aos governos estaduais e municipais abordam um ou mais níveis da educação básica. Esta associação também é coerente com as responsabilidades educativas dos Estados e municípios.

Pode-se verificar uma tendência que, embora discreta, vale a pena ser ressaltada: o interesse da imprensa pela educação, mesmo concentrado no governo federal, nos poucos casos em que se refere ao poder local, o faz primordialmente com questões relativas à educação básica. Por isso, pode-se dizer que, se a ênfase nas questões locais aumentasse, a educação básica também apresentaria maiores indicadores de divulgação.

O amplo predomínio do governo federal como instância administrativa mais citada na cobertura sobre educação, tendência que prevalece independentemente

¹² É o que sugere o trabalho de acompanhamento da cobertura da imprensa que vem sendo realizado pela ANDI desde junho de 1996. Centrado na atenção dispensada pelos veículos de comunicação (51 jornais de todas as regiões do país e 8 revistas de circulação nacional) às questões relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes, a Pesquisa ANDI - Infância na Mídia detectou um aumento expressivo das matérias sobre educação no primeiro semestre de 1998, quando o assunto atingiu a primeira posição entre os temas sociais mais abordados desde que o levantamento começou a ser realizado.

do nível de ensino ao qual se refere esse tipo de matéria, contrasta com o caráter extremamente descentralizado da educação básica no Brasil.

De fato, levando-se em conta esta característica, é mais correto se falar em “sistemas”, já que pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – além do sistema federal e dos sistemas estaduais de ensino, podem ser constituídos sistemas próprios de ensino em cada município. Em tese, portanto, poderíamos ter no País cerca de 5.600 sistemas municipais de ensino. Diante desse quadro, era de se esperar que - em se tratando da educação básica que, como sabemos, engloba a educação infantil (0 a 6 anos), o ensino fundamental (7 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos) - a imprensa, particularmente os jornais locais e regionais, atribuisse maior destaque aos governos estaduais e municipais, diretamente responsáveis pela oferta desses níveis de ensino

Mas o que se observa, com base nos resultados da pesquisa, é um descompasso entre o enfoque dominante da cobertura jornalística, excessivamente centrado no Executivo Federal, e o verdadeiro locus da formulação e, sobretudo, da instância administrativa responsável pela implementação das políticas de educação básica, cada vez mais descentralizadas.

Esta tendência “centralizada” de cobertura das questões educacionais certamente oferece à opinião pública um quadro distorcido sobre os agentes públicos que deveriam se responsabilizar e, principalmente, ser responsabilizados pelo desempenho das instituições de ensino. É sobretudo preocupante a constatação de que são os jornais locais e regionais que atribuem maior peso às questões relativas à educação formal e focalizadas na relação Educação-Estado (Tabela 8).

Além disso, na cobertura destes diários, a personificação do ‘Estado’ aparece mais frequentemente associada ao governo federal, em detrimento dos governos estaduais e municipais. Conclui-se, portanto, que o tratamento dispensado às questões educacionais pelos jornais locais e regionais contribui para estabelecer um distanciamento entre a comunidade e o nível do Poder Público mais diretamente responsável pelo atendimento das suas demandas educativas.

Ou seja, ao realçar as iniciativas do governo federal, a imprensa confunde e secundariza os papéis

que cabem aos demais níveis de governo que, em última instância, são responsáveis por 90% das matrículas do ensino fundamental e 83% das matrículas do ensino médio. É de se estranhar, portanto, que tanto nos jornais de circulação nacional quanto nos locais e regionais, a preponderância esmagadora de iniciativas governamentais na cobertura sobre educação está associada ao protagonismo do MEC, independentemente do nível de ensino abordado.

Esta correlação parece evidenciar que mesmo na cobertura de uma área de política pública profundamente descentralizada, como é o caso da educação, prevalece um forte viés centralizador na produção jornalística, característico do modelo de organização da mídia impressa e eletrônica no Brasil. Isso se revela tanto pela superexposição do MEC como ator principal quanto pelo elevado percentual de matérias distribuídas pelas agências de notícias¹³.

Um explicação para este fenômeno pode estar relacionada com a própria eficácia do trabalho de comunicação desenvolvido pelo MEC, reforçado na atual gestão¹⁴. Para dar consistência a este argumento, seria necessário, contudo, verificar se as secretarias estaduais e municipais de Educação têm uma política de comunicação adequada. É de se supor, no entanto, que este esforço seja bastante limitado, por não possuírem estrutura adequada nem profissionais especializados ou por não atribuírem maior importância à estratégia de comunicação como instrumento de mobilização social.

Grosso modo, o tipo de cobertura que a imprensa brasileira dá às questões educacionais parece confirmar tendência dominante no jornalismo, que é a sobrevalorização de “temas factuais e conjunturais”, em detrimento de uma abordagem mais estruturada e reflexiva sobre temas pedagógicos. De fato, ao constatar-se a elevada proporção de matérias originadas pelo MEC, não é difícil concluir que os jornais, sejam eles de circulação nacional ou regional e local, preferem um enfoque que privilegia as macropolíticas. Dessa forma, a imprensa não cumpre o papel de aproximar “a opinião pública do que é realmente feito na escola”¹⁵.

Há, portanto, uma flagrante contradição entre a hegemonia atribuída ao governo federal como principal condutor das políticas educacionais e o discurso muito em voga entre os especialistas e educadores, que ecoa cada vez mais forte nos meios de comunicação de massa, sobre a

¹³ Embora a pesquisa tenha indicado uma proporção relativamente pequena de matérias publicadas por jornais locais e regionais proveniente de agências de notícias, este dado é distorcido pela prática corrente em muitos veículos de não identificar a autoria do material publicado.

¹⁴ O Ministério da Educação dispõe de uma verba anual de cerca de R\$ 20 milhões para as ações de propaganda institucional e publicidade. Além disso, em razão de acordo mantido com a ABERT, consegue inserções gratuitas nas emissoras de rádio e televisão para mensagens institucionais. Uma das principais atividades da Assessoria de Comunicação Social do MEC, diretamente vinculada ao gabinete do ministro, é a distribuição de notícias para jornais locais e regionais.

¹⁵Cf. “Cobertura da área educacional pela mídia é criticada”, in O Estado de S.Paulo, 14/5/99, p. A-14.

importância crucial da mobilização social e da participação da comunidade para que as mudanças na educação ocorram e se tornem efetivas¹⁶. A pesquisa revela, no entanto, que é muito reduzido o espaço dedicado pela imprensa às demandas dos diferentes segmentos da comunidade, bem como à apresentação e discussão de experiências bem sucedidas de integração escola-comunidade e de gestão participativa, conforme se verá adiante.

IV.2 As temáticas mais importantes

Os meios de comunicação, ao interessar-se pelas questões relacionadas com a educação, o fazem a partir de um universo bastante amplo de fatos e situações. Para analisar a forma em que esses são trabalhados é importante, portanto, buscar um certo agrupamento das matérias, para evitar uma dispersão tal que inviabilizasse seu estudo. Mas, ao mesmo tempo, era necessário não resumir tanto que os indicadores não dessem conta da

riqueza e diversidade de temáticas abordadas pela imprensa nestes dois últimos anos.

Para o primeiro grande eixo de análise, que trata das questões que possuem o Estado como referência, foi necessária uma divisão que permitisse diferenciar questões relacionadas com a estrutura e funcionamento dos órgãos públicos responsáveis pela gerência e administração da educação, as com perfil mais financeiro etc. Foram criadas, portanto, várias categorias, que são apresentadas de maneira resumida na Tabela 8, distribuídas segundo a região à que pertencem os jornais pesquisados.

A cobertura jornalística apresentou, como se pode ver, grandes temas de referência nos dois anos analisados. O tema mais abordado é o que se refere às questões relacionadas com a ajuda ao estudante (19%), que inclui bolsas de estudo, merenda escolar, livro didático e outros¹⁷. Outro tema amplamente abordado,

Tabela 8 - Foco principal da matéria segundo região (%)

Foco Principal/Tema	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais de Cobertura Nacional	Total
Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos	0,9	1,7	5,2	1,9	1,2	2,2	2,1
Questões orçamentais da área de educação	7,9	12,0	13,9	8,4	10,4	13,0	11,6
Organização e calendário escolar	2,6	3,5	4,0	2,8	2,0	4,6	3,5
Questões docentes	9,6	5,2	10,4	8,4	6,8	9,0	7,9
Organização e gestão escolar	4,4	3,8	4,6	4,7	4,8	6,4	5,0
Infra-estrutura física/insumos	3,5	5,8	1,2	7,5	4,0	4,8	4,6
Questões pedagógicas	7,9	7,0	4,0	2,8	7,2	6,6	6,3
Propostas curriculares	7,0	7,3	6,9	4,7	8,0	4,0	6,1
Avaliação do ensino	15,8	19,5	21,4	21,5	13,1	16,3	17,5
Repetência e evasão escolar	0,9	1,7	0,6	-	2,8	2,4	1,8
Violência na escola	-	-	0,6	-	0,8	0,4	0,3
Programas de ajuda ao estudante	28,1	20,1	17,3	28,0	22,7	13,0	19,2
Vestibular	2,6	2,3	2,3	3,7	3,2	6,4	3,9
Outros	8,8	9,9	7,5	5,6	13,1	11	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

¹⁶ Esta é a principal idéia veiculada pelo programa de voluntariado na educação "Amigos da Escola", lançado pela Rede Globo, em conjunto com o Comunidade Solidária, dentro das ações do Projeto "Brasil 500 Anos", cujo slogan é "Todos pela educação".

¹⁷ Para uma análise pormenorizada de todas essas questões, consultar as tabelas respectivas do Anexo.

com 17,5% das notas, foi o que se refere às questões relacionadas com os processos de avaliação, seja da aprendizagem dos alunos ou dos sistemas de ensino em si. A informação e discussão dos orçamentos da educação constitui outro foco que concentrou boa parte das matérias publicadas¹⁸.

Com base nessas informações, podemos dizer que, sendo o governo central o ponto de atenção das matérias jornalísticas sobre educação, as mesmas giram em torno desses três grandes eixos, partes integrantes e prioritárias das políticas públicas do atual governo. Torna-se claro que a imprensa, ao dedicar quase 50% desse tipo de matérias aos temas priorizados pelo Executivo Federal, está demonstrando que a agenda jornalística, pelo menos em termos de educação, tem sido fortemente influenciada pelo governo.

Esta constatação remete a duas perguntas instigantes: seria a imprensa, portanto, uma simples caixa de ressonância das ações governamentais? Ou, apesar de seguir a agenda governamental, tem a capacidade de orientar suas ações recolhendo suas informações dentre os agentes diretos da educação? São interrogações que só poderão ser respondidas pela análise das questões avaliativas das matérias e fontes das mesmas, realizadas no Item V.

No que se refere aos diversos tipos de periódicos, as matérias referidas a programas de ajuda ao estudante constituíram quase um terço (28%) das publicadas pelos diários da Região Norte, proporção que é quase a mesma de uma outra região totalmente distinta, o Sul, também com 28% de suas matérias dedicadas às questões mais assistências. É interessante observar que somente os jornais do Sudeste e de circulação nacional estão abaixo da média nacional, o que indica que, sendo os que mais pesam no total de matérias, seu interesse por este assunto foi mais secundário. Pode-se afirmar, portanto, que as questões relacionadas com os programas de apoio a estudantes são temas privilegiados pelos diários de circulação regional.

As matérias que tiveram como referência os processos avaliativos, ocupam o segundo lugar, reunindo 17% do total das notas trabalhadas. De novo a região Sul se destaca, apresentando 22% do total de suas matérias dedicadas a este tema; comportamento que é semelhante na região sudeste. É curioso observar a proporção que os diários da Região Centro-Oeste (13%) dedicaram ao tema, a mais baixa de todas as regiões do

Pais e ainda menor que a apresentada pelos jornais de circulação nacional (16%).

No entanto, não deixa de ser significativo que as avaliações educacionais, introduzidas como política de governo nos últimos quatro anos, já tenham se tornado, isoladamente, o assunto predileto da cobertura da imprensa sobre educação¹⁹. De certa forma, o emergente jornalismo educacional - se é que já se pode falar no gênero - padece do mesmo mal do jornalismo econômico: cultua os índices e estatísticas.

O outro tema que ganhou certa presença nas páginas dos diários são os orçamentos da educação (11,6%), com proporção quase semelhante em todos os diários, pois enquanto na Região Sudeste alcançava 14%, no Sul chegava a 8%. Dessa maneira, percebe-se que a alocação de recursos aos diferentes níveis educacionais é uma questão de interesse para a imprensa, sem contudo deixar de lado outros temas. Vale perguntar: essa proporção é representativa da importância que os diversos atores dão ao assunto? É certo que esta é uma questão bastante subjetiva e que, lamentavelmente, não pode ser respondida em um estudo como este. Contudo, é importante mencioná-la, já que é uma linha de reflexão que pode ser aprofundada.

Ainda dentro dessa mesma linha de raciocínio, é possível notar que, no caso dos diários de circulação nacional, a maior proporção de notas se concentra no temas 'outros', com 11% do total. Isto confirma a idéia de que os jornais locais, de menor circulação, restringem sua pauta às medidas que o governo estabelece sobre as questões educativas, enquanto os grandes diários têm uma pauta mais variada, que permite que temas pouco comuns da atividade educacional e seus atores possam ser levados aos leitores.

As proporções de notas dedicadas às distintas temáticas também podem ser lidas considerando os diversos níveis de ensino, de acordo com a Tabela 9. Os temas mais importantes continuam sendo os mesmos, com certas mudanças - mínimas, em suas proporções. Para este cruzamento, as matérias referidas a diversos programas de ajuda ao estudante reúnem 18% das notas, enquanto aquelas relacionadas com processos avaliativos somam 19%. Novamente, percebe-se o peso dos sistemas nacionais de avaliação - SAEB, ENEM e Provão - na pauta da imprensa²⁰.

No primeiro grupo de matérias, nota-se que essas são quase a metade das que tratam sobre ensino

¹⁸Conforme esperado, 10,1% de matérias não se correspondem com nenhum dos temas listados e não podiam ser englobadas nas categorias majoritárias, pelo que foram agrupadas na categoria de outros.

¹⁹A aplicação de exames nacionais, como o Provão e o ENEM, e a divulgação de seus resultados são eventos amplamente cobertos pelos jornais de circulação nacional, merecendo até cadernos especiais da Folha de S. Paulo, e encartes em outros jornais.

²⁰Embora não tenha sido mencionado até aqui, é importante reconhecer que além dos sistemas nacionais de avaliação montados pelo MEC, existem importantes iniciativas nesta área de governos estaduais e municipais, com destaque para as redes estaduais de São Paulo e Minas Gerais, que desenvolveram sistemas próprios de avaliação.

fundamental, sendo um pouco mais da terça parte no caso da educação infantil. As que se referem a questões relacionadas com a avaliação, por seu lado, são majoritárias no nível superior e quando se trata dos níveis fundamental e médio juntos. Em ambos os casos, este tema quase é responsável pela terça parte das notas.

De maneira geral, as matérias relacionadas com as propostas curriculares concentram apenas 6% do total, mas é interessante observar que elas são quase a metade das que tratam do ensino médio, apesar deste ser um nível ao qual a imprensa dedica pouca atenção. Esta ênfase atípica à questão curricular reflete a discussão sobre a reforma do ensino médio, que entrou na agenda das políticas educacionais em 1997, quando o MEC encaminhou proposta neste sentido ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O que causa maior estranheza é a inexpressiva porcentagem de matérias sobre o mesmo tema relacionadas com os demais níveis de ensino, embora igualmente alvos de esforços de reformulação curricular.

Em relação ao ensino fundamental, uma das principais iniciativas do MEC nos últimos quatro anos foi a elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assunto que parece não ter despertado maior interesse da imprensa no período analisado. Da mesma forma, a discussão sobre as novas diretrizes curriculares do ensino superior permanece praticamente ausente da cobertura dos jornais. Isso confirma a dificuldade que a imprensa de modo geral apresenta em tratar temas pedagógicos mais complexos.

Do mesmo modo, e por paradoxal que isso pareça, as questões docentes em geral – sejam demandas profissionais, formação inicial e continuada, desempenho e avaliação docente, etc. – foram objeto de apenas 8% das matérias analisadas. Contudo, o tema obteve certo peso nos níveis de educação infantil e ensino superior, onde concentraram pouco mais de 10%. Ao que tudo indica, o professor, de modo geral, não é um fato noticioso, e quando isso ocorre é porque pertence a um nível de ensino pouco atendido, como a educação

Tabela 9 • Foco principal da matéria segundo o nível de ensino (%)

Foco/tema	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental e Médio	Ensino Superior	Todos os níveis de ensino	Total
Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos	5,6	2,0	-	3,4	1,2	3,0	1,9
Questões Orçamentais da área de educação	19,4	16,5	1,4	8,4	9,6	16,7	11,0
Organização e calendário escolar	2,8	6,4	4,2	2,0	2,0	9,1	3,8
Questões docentes	11,1	2,6	2,8	9,4	13,2	6,1	8,2
Organização e gestão escolar	-	0,3	1,4	2,0	17,4	4,5	5,6
Infra-estrutura física/insumos	16,7	6,1	2,1	9,9	1,8	1,5	4,6
Questões pedagógicas	-	3,5	2,8	10,8	9,2	3,0	6,7
Propostas curriculares	-	1,4	44,4	2,0	1,4	3,0	6,3
Avaliação do ensino	-	2,6	19,7	27,1	30,5	3,0	19,1
Repetência e evasão escolar	-	3,2	1,4	2,5	0,6	6,1	1,9
Violência na escola	-	0,3	-	0,5	-	3,0	0,3
Programas de ajuda ao estudante	30,6	42,0	5,6	14,8	7,0	6,1	13,0
Vestibular	-	-	-	-	11,2	-	4,3
Outros	13,9	13,1	14,1	7,4	-	34,8	8,4
Total (Coluna)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: As porcentagens nas linhas são diferentes entre as Tabelas 8 e 9 por causa do total de matérias válidas nas variáveis região e nível de ensino. Enquanto para a primeira tabela (8) há 1.443 notas que permitam o cruzamento, na segunda (9) o número diminuiu para 1.297.

infantil, ou a educação superior, que os diários de maior circulação e de regiões mais desenvolvidas abordam com maior interesse.

O significado disso será discutido mais adiante, ao analisarmos outras variáveis. Por enquanto, vale a pena assinalar essa situação, que pode ser causada pelo fato de que os grupos docentes universitários sejam mais mobilizados do que os outros (em 1998, por exemplo, os docentes das universidades federais fizeram greve por mais de três meses), e de que a prática docente pode ser objetivamente difícil de ser noticiada, pelos corpos editoriais dos jornais.

Uma informação aparentemente estranha é a pouca quantidade de matérias relativas à violência dentro ou em relação à escola. Considerando a ampla cobertura dada aos fatos relacionados com a violência, é no mínimo curioso que a imprensa tenha dedicado tão pouco espaço à violência na escola. Tais notícias somente foram veiculadas nos periódicos de circulação nacional, e com maior ênfase nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Caberia perguntar se o assunto é próprio somente das grandes cidades ou de certo tipo de cidades, ou será que simplesmente passa despercebido nos outros ambientes jornalísticos?

Cabe ressaltar, porém, que parte da cobertura sobre violência nas escolas pode ter ocorrido na editoria de polícia, mantida pela maioria dos jornais, tendo escapado dos clippings do MEC e da ANDI, na qual se apoiou a presente pesquisa. É de se notar, ainda, que este tema ressurgiu com maior destaque na mídia nacional em 1999, ficando fora, portanto, do período analisado.

É também válido assinalar que, quando a análise considera os períodos de tempo nos quais as matérias foram subdivididas, é no segundo trimestre de 1997 que encontramos a maior concentração de matérias relacionadas com as questões orçamentárias (34%) e com os processos de avaliação (35%), o que coincide também com um dos períodos que mais concentrou matérias sobre educação. Este aumento está claramente relacionado com a discussão desses temas, que embora

Tabela 10 - Foco principal da matéria, segundo o trimestre (%)

Foco/Tema	1º/ 97	2º/ 97	3º/ 97	4º/ 97	1º/ 98	2º/ 98	3º/ 98	4º/ 98	Total
Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos	9,7	12,9	9,7	19,4	19,4	-	6,5	22,6	100,0
Questões Orçamentais da área de educação	13,1	32,7	10,1	17,9	10,7	1,8	6,0	7,7	100,0
Demanda de outros atores	-	-	-	50,0	50,0	-	-	-	100,0
Organização e Calendário Escolar	7,8	3,9	11,8	25,5	3,9	-	29,4	17,6	100,0
Questões docentes	7,9	7,0	4,4	3,5	13,2	46,5	10,5	7,0	100,0
Organização e Gestão escolar	5,6	16,7	6,9	1,4	4,2	2,8	23,6	38,9	100,0
Infra-estrutura física/ insumos	16,7	24,2	4,5	9,1	18,2	1,5	15,2	10,6	100,0
Questões pedagógicas	7,7	30,8	7,7	8,8	2,2	2,2	2,2	38,5	100,0
Propostas curriculares	3,4	11,4	53,4	1,1	3,4	19,3	3,4	4,5	100,0
Avaliação do ensino	6,7	34,5	7,1	8,3	4,0	12,7	2,4	24,2	100,0
Repetência e evasão escolar	15,4	11,5	23,1	3,8	19,2	3,8	3,8	19,2	100,0
Violência na escola	-	100,0	-	-	-	-	-	-	100,0
Programas de ajuda ao estudante	13,0	14,1	11,6	7,6	10,5	12,3	21,3	9,7	100,0
Vestibular	7,1	28,6	3,6	23,2	14,3	-	-	23,2	100,0
Outros	9,7	9,7	3,5	22,9	19,4	2,1	6,9	25,7	100,0
Total	9,6	20,7	10,8	11,0	9,8	10,3	10,2	17,6	100,0

permaneçam na agenda dos jornais durante todo o período estudado, tiveram maior notoriedade naquele trimestre.

A maior concentração de matérias sobre avaliação no 2º e 4º trimestres dos dois anos pesquisados está diretamente relacionada com o calendário das avaliações do MEC. Todos os anos, o Provão é realizado em junho e seus resultados divulgados em novembro. Além disso, o último trimestre de 1998 concentrou a divulgação dos resultados do SAEB/97 e do ENEM/98. Observa-se, portanto, um claro reflexo dessas ações do MEC na ampliação da cobertura da imprensa.

Já foi possível notar que as questões puramente escolares, ainda que com o aparato governamental como referência, têm sido pouco tratadas pelos meios de comunicação. A Tabela 10 aporta um elemento a mais para a análise dessa questão: Para o caso das questões pedagógicas quase a metade das poucas matérias veiculadas sobre o tema foi produzida no último trimestre de 1998 (38%), o que abre uma interrogação importante: será essa uma nova fase da cobertura noticiosa da educação ou, ao contrário, isso é uma questão isolada e conjuntural sem maior projeção futura?

A resposta poderia ser encontrada por dois caminhos: a análise mais meticulosa dessas matérias, que permitiria entender a razão da concentração nesse período do ano e se essa seria uma tendência a ser mantida ou não. A outra possibilidade, complementar, seria tentar dar seguimento ao tema durante os seis meses seguintes, quando se faria um acompanhamento minucioso desse tipo de matérias, em vez de uma seleção aleatória de dias.

Esses são simplesmente alguns caminhos que poderiam ser seguidos, se um ou outro tema fosse de interesse para ser melhor caracterizado, já que um estudo como o presente, dada a imensa amplitude de temáticas que aborda, enfrenta a dificuldade de não poder aprofundar-se nas questões mais específicas.

Uma última variável pode ser posta em jogo ao analisar as matérias com foco de atenção na relação Educação-Estado, sendo essa a que explica a partir de que mecanismo se produziu a inclusão dessas matérias no corpo do periódico. Para isso, foi estabelecido um conjunto de indicadores, tentando dar conta de todos os caminhos pelos quais as informações podem ter sido obtidas pelos meios de comunicação, conforme a Tabela 10.1. Obviamente, nem sempre foi possível caracterizar o fator dominante, o que não enfraquece a tendência

observada, que aponta para um predomínio das matérias induzidas por iniciativas governamentais.

De fato, constatou-se que a grande maioria das matérias (68,7%) foram produzidas por inspiração de ações do Poder Público, sejam elas resultados de anúncio oficial de alguma medida nova, resposta a movimentos corporativos ou simplesmente da divulgação de resultados de avaliações educacionais. Quer dizer, os meios de comunicação simplesmente serviram de veículo de transmissão das propostas, opiniões ou posições do governo, em geral do setor diretamente vinculado à questão educacional.

Apesar dessa incontestável hegemonia das fontes oficiais, a presença dos diferentes segmentos ligados à educação como produtores diretos de informações é digna de nota. Embora influenciem ainda apenas 15% do total das matérias, isso mostra que certos espaços se abrem para os atores que, de maneira direta, tentam interagir com o aparelho governamental. Novamente, esse dado é uma prova clara da imensa dependência que a imprensa tem para com as fontes e ações oficiais.

A Tabela 10.2 ilustra de melhor maneira a situação, pois permite ver que para todos os temas, com exceção das questões docentes, avaliação do ensino, e organização e gestão escolar, os anúncios oficiais somam mais de 48% das matérias divulgadas pela imprensa. Esse dado evidencia ainda mais a onipresença das estruturas oficiais na cobertura noticiosa, podendo-se dizer que o interesse que os meios de comunicação têm pela educação só se explica pela ação intensiva do aparato governamental, em particular do Executivo Federal, em difundir suas propostas e ações.

Desse modo, mais que uma “conversão” da imprensa à questão educativa, o que os dados mostram é uma dependência enorme dos meios com relação às informações produzidas no governo, assim como uma eficiente atuação dos responsáveis pela divulgação dessas atividades²¹.

A imprensa se mostra, segundo esta última tabela, pouco criativa na busca de suas informações e fontes. As poucas matérias que surgiram dos segmentos diretamente ligados a educação (15%) se referem também aos temas menos atendidos por anúncios oficiais, tal o caso das questões docentes e da organização da gestão escolar.

O fato de que as notas que se referem às questões relacionadas com a avaliação surjam em sua maioria (73%) de resultados de avaliações mostra, indiretamente, a onisciência do Executivo Federal, pois na maioria das

²¹ Este é um aspecto que não pode ser suficientemente avaliado pela pesquisa, mas é necessário registrar que, embora seja apenas uma hipótese, parte da larga repercussão das ações do MEC na imprensa pode estar diretamente relacionada com uma estratégia competente de comunicação implementada pela atual gestão.

Tabela 10.1 • Como se deu a inclusão do assunto na imprensa

Fator determinante que originou a matéria	Total de matérias	%	% acumulado
Anúncio oficial	658	46,7	46,7
Resposta do poder público a movimentos corporativos	47	3,3	50,0
Resultados de avaliações educacionais	264	18,7	68,7
Demanda de segmentos diretamente ligados a educação (professores, pais e alunos)	205	14,5	83,3
Grupos e/ou organizações sociais	35	2,5	85,7
Organismos internacionais	14	1,0	86,7
Outros	87	6,2	92,9
Iniciativa da imprensa	100	7,1	100,0
Total de matérias com informação	1.410	100,0	-

vezes trata-se de divulgação feita com pompa e circunstância pelo MEC²². Portanto, mesmo quando os meios produzem matéria sem a ajuda dos anúncios oficiais, na prática estão fazendo eco das ações governamentais, o que confere ao poder estatal uma maior importância na geração de informações jornalísticas, pois estas são a consequência direta de seus anúncios ou de ações por ele empreendidas.

Finalmente, os dados revelam a inexistência, no conjunto dos jornais pesquisados, de uma agenda própria ou inspirada nas demandas sociais sobre os temas educacionais. Se já é claro que as matérias produzidas por iniciativa própria, seja como matérias, colunas, artigos de opinião ou editoriais, são escassas, também é evidente que o objeto desse tipo de textos jornalísticos são os docentes (12%), ou as questões

Tabela 10.2 • Foco principal da matéria, segundo como se deu a inclusão do assunto na imprensa (%)

Foco/tema	Anúncio oficial	Resposta do poder público a movimentos corporativos	Resultados de avaliações	Segmentos ligados à educação	Grupos e/ou org. sociais	Org. Inter.	Outros	Iniciativa da imprensa
Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos	43,3	6,7	6,7	6,7	3,3		20,0	13,3
Questões orçamentais da área de educação	51,2	5,6	3,1	16,0	3,1	1,2	10,5	9,3
Demanda de outros atores	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Organização e calendário escolar	56,9	2,0	21,6	7,8	-	-	9,8	2,0
Questões docentes	18,8	13,4	8,0	38,4	4,5	-	5,4	11,6
Organização e gestão escolar	26,8	5,6	2,8	32,4	1,4	1,4	9,9	19,7
Infra-estrutura física/insumos	51,6	-	9,7	25,8	6,5	-	4,8	1,6
Questões pedagógicas	72,4	1,1	6,9	13,8	1,1	-	1,1	3,4
Propostas curriculares	92,9	1,2		3,5	1,2	-		1,2
Avaliação do ensino	15,3	0,4	73,4	5,2	-	-	1,6	4,0
Repetência e evasão escolar	50,0	7,7	15,4	11,5	-	-	3,8	11,5
Violência na escola	60,0	-	-	40,0	-	-	-	-
Programas de ajuda ao estudante	63,7	2,2	8,2	6,4	2,6	3,0	6,0	7,9
Vestibular	47,1	-	5,9	29,4		2,0	7,8	7,8
Outros	47,4	2,9	6,6	16,1	7,3	1,5	12,4	5,8
Geral	46,8	3,3	18,7	14,4	2,5	1,0	6,2	7,0

Nota: todas as linhas somam 100%.

²² Os resultados do Provão, SAEB, ENEM e dos censos educacionais têm sido habitualmente divulgados pelo ministro da Educação, em entrevistas coletivas especialmente convocadas para este fim.

relacionadas diretamente com a gestão e administração dos espaços e ambientes escolares (20%). Isso indica que, ao assumir a iniciativa, a imprensa busca fazê-lo com relação a temas menos oficiais, o que lhe confere um grande valor pelo esforço em diversificar a temática e por ter iniciativa própria.

Essa inexistência de agenda própria é muito mais notória nos diários locais ou regionais nos quais, com exceção dos da Região Sudeste, 50% ou mais das matérias sobre educação são consequência de anúncios oficiais²³. Por isso, destaca-se o comportamento dos diários de circulação nacional, para os quais somente 40% das notas sobre educação advêm de anúncios oficiais. No entanto, se forem consideradas cumulativamente as primeiras três categorias da Tabela 10.3 como resultados diretos de iniciativas governamentais – anúncio oficial, resposta do poder público a movimentos corporativos e resultados de avaliações educacionais – eleva-se para 60% a percentagem de matérias dos jornais de circulação nacional centradas nas fontes oficiais.

Só a Região Centro-Oeste fica abaixo dessa média. Em algumas regiões, como o Nordeste, chega-se a quase 80% das matérias. Esse dado mostra, ainda com maior contundência, a incontestável dependência que os meios de comunicação escrita mantêm em relação à informações estatal, para construir sua agenda noticiosa no que se refere à educação.

Um outro item que concentra um número de matérias relativamente alto, o de resultados de avaliações, tem grande importância nos casos dos periódicos das

Regiões Norte e Sudeste. Esse tema, majoritariamente construído a partir das informações governamentais, é menos importante, proporcionalmente, nos periódicos do Centro-Oeste e nos jornais de circulação nacional.

Por isso, é importante destacar, novamente, o tema das matérias produto de iniciativas da própria imprensa, pois nota-se que é nos diários de circulação nacional que essas matérias adquirem certa importância; nos outros casos, apenas na Região Sudeste superam 5%. Isso indica que a independência ou a capacidade de proposição da imprensa local é insignificante, seja porque o tema educativo não é importante para esses diários, seja porque os anúncios oficiais constituem o instrumento mais rápido e fácil para cobrir essa demanda.

IV.3 Outros temas sobre educação

Conforme se indicou no Item IV.1 (Tabela 4), 17% das matérias analisadas atendem a temas educacionais em geral, sem ter uma relação direta com as ações governamentais. Assim como para as outras, foi necessário estabelecer certos indicadores globais que permitissem evitar de alguma forma a dispersão temática, sem com isso perder a variedade de temas atendidos pelo conjunto de diários aqui analisados²⁴.

É necessário insistir na idéia de que as matérias que aqui se agrupam são todas aquelas que não têm como referência o aparelho governamental, suas decisões ou práticas, mas que concentram seu interesse na vida interna do ambiente escolar ou, o que é mais importante, consideram todas as atividades que dentro

Tabela 10.3 • Como se deu a inclusão do assunto na imprensa, segundo a região (%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais de Cobertura Nacional	Total
Anúncio oficial	51,4	53,6	40,7	52,0	48,0	40,7	46,7
Resposta do poder público a movimentos corporativos	4,5	2,7	1,2	2,0	3,7	4,5	3,3
Resultados de avaliações educacionais	22,5	22,6	25,6	19,6	13,5	14,8	18,7
Segmentos diretamente ligados a educação (prof., pais, aluno)	14,4	11,0	2,5	10,8	16,4	16,4	14,5
Grupos e/ou organizações sociais	-	2,7	2,9	2,0	3,7	2,2	-
Organismos internacionais	1,8	9,0	1,7	2,0	0,4	0,7	1,0
Outros	2,7	4,5	4,1	6,9	9,4	7,2	6,2
Iniciativa da imprensa	2,7	2,1	7,6	4,9	4,9	13,5	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²³ Pouco abaixo desses 50% encontra-se a Região Centro-Oeste, onde os periódicos totalizam 48% de matérias que são produto de anúncios oficiais.

²⁴ A ficha de análise individual de matérias, apresentada no Anexo 2, permite ver a amplitude temática e agrupamentos.

do jargão pedagógico são conhecidas como atividades extra-escolares.

Tornou-se claro que, conforme verificado nos itens anteriores, a imprensa brasileira ainda é rígida e funciona, no que se refere às questões educacionais, a partir do que faz ou deixa de fazer o aparato governamental. A possibilidade de privilegiar ou dar importância noticiosa a outro conjunto de ações que se realizam na sociedade para alcançar objetivos educacionais, não recebe maior interesse. Pelo que se depreende dos dados analisados, a imprensa em seu conjunto ainda mantém um critério muito escolarizado da educação, o que faz pensar que todas essas outras ações, não obtendo espaço nos meios de comunicação, tampouco estão encontrando maior apoio dentro da sociedade como um todo.

Contudo, deve-se insistir no princípio de que, neste estudo, não houve a possibilidade de aproximação direta dos diários e seleção própria das matérias consideradas como de cobertura da educação. Por isso, é possível que o interesse e formas de organizar o clipping das instituições que os proporcionaram - MEC e ANDI - tenha feito com que certo número de matérias deste tipo tenha passado despercebido. No entanto, e como também já se esclareceu antes, este erro não parece ter sido muito significativo, já que o volume de matérias trabalhadas parece ser indicador do que a imprensa atende no cotidiano.

Como se pode ver na Tabela 11, a variedade de temas foi tão grande que a maior proporção de matérias correspondeu ao item 'outros' (60%), o que, dada a

amplitude de temas ali representados, não permitiu maiores desdobramentos. Este fato leva a pensar na necessidade de que, em reflexões posteriores, mais detalhadas, se possa dar ênfase à análise desse tipo de matérias. Isso porque, embora em termos numéricos essas sejam relativamente pouco significativas, qualitativamente podem identificar as tendências que estão se configurando, no conjunto da imprensa e nos diversos tipos de jornais em particular²⁵.

Dentre os temas preestabelecidos para a análise das matérias, o que alcançou a maior proporção de notas foi aquele do papel da escola, o cumprimento de suas funções e responsabilidades etc., que chegou a concentrar 11% do total das notas. Como se pode observar nessa mesma Tabela 11, esse tema obteve a maior proporção de notas na Região Sudeste, 21%, dado que contrasta com a atenção dedicada na Região Nordeste, onde apenas 8% das matérias foram dedicadas a esse segmento. Mais importante é, contudo, o fato de que os diários de circulação nacional, que concentram o maior número de notas, dediquem a esse tema apenas 9% do total de matérias que não têm como referência direta o aparato governamental.

Quando analisamos as matérias ao longo do tempo, é fácil perceber que existe um permanente crescimento no número proporcional de notas incluídas nessa categoria. No primeiro trimestre de 1997, a proporção dessas matérias só representa 1% do total; já no último trimestre desse mesmo ano, a proporção sobe para 18%, participação que quase se mantém durante todo o ano de 1998, quando somente no

Tabela 11 • Matérias referentes à educação e sociedade, segundo a região (%)

Foco/tema	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais de Cobertura Nacional	Total
Questões relacionadas com o papel da escola	14,3	8,2	15,6	21,4	14,0	9,0	11,4
Aspectos ligados à infra-estrutura da escola	-	-	9,4	-	-	3,0	2,3
Questões relativas à prática docente	7,1	12,2	-	-	3,5	6,0	5,7
Questões comportamentais relacionadas com os alunos	-	6,1	3,1	7,1	5,3	1,5	3,3
Questões ligadas ao uso de novas tecnologias educacionais	35,7	6,1	3,1	-	3,5	6,8	6,7
Questões relacionadas com o papel da família	-	-	-	-	1,8	5,3	2,7
Questões relacionadas com o perfil das escolas	7,1	2,0	-	7,1	3,5	4,5	3,7
Resultado de avaliações externas	7,1	2,0	-	7,1	3,5	4,5	3,7
Outros	28,6	63,3	68,8	57,1	64,9	59,4	60,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²⁵ Um dos trabalhos sobre o tema é: "A Educação Básica na Imprensa (1992-96): muitos passos, mas, para onde mesmo?" de Maria Helena de Magalhães Castro (IFCS/UFRJ).

Tabela 12 • Matérias referentes à educação e sociedade, segundo a abordagem do tema (%)

Foco/tema	Demandas e/ou queixas dos próprios atores	Cobrança da própria imprensa	Alternativas e sugestões dos atores	Alternativas ou sugestões da imprensa	Experiências ou soluções	Total
Questões relacionadas com o papel da escola	35,5	25,8	29,0	3,2	6,5	100,0
Aspectos ligados à infra-estrutura da escola	-	-	80,0	-	20,0	100,0
Questões relativas à prática docente	15,4	23,1	30,8	-	30,8	100,0
Questões comportamentais relacionadas com os alunos	-	66,7	33,3	-	-	100,0
Questões ligadas ao uso de novas tecnologias educacionais	5,0	-	55,0	-	40,0	100,0
Questões relacionadas com o papel da família	42,9	-	42,9	-	14,3	100,0
Questões relacionadas com o perfil das escolas	50,0	-	37,5	-	12,5	100,0
Resultado de avaliações externas	33,3	44,4	11,1	-	11,1	100,0
Outros	46,1	16,4	14,8	1,6	21,1	100,0
Total	37,1	17,0	24,6	1,3	20,1	100,0

segundo trimestre é possível visualizar uma queda drástica para 7%²⁶. Isto pode significar que, apesar de ainda ser uma proporção pouco expressiva em relação ao total de matérias sobre educação, há um permanente crescimento no interesse por esses temas menos oficiais, o que leva a pensar que se esse tipo de cobertura pudesse ser estimulado, essa proporção poderia ser maior no futuro.

Embora seja certo que o número e a proporção desse conjunto de matérias são menores do que os do grupo anterior, é interessante ressaltar, como se mostra na Tabela 12, que a maior proporção das mesmas (37%) é consequência direta do estabelecimento de demandas ou queixas apresentadas pelos próprios atores diretos do processo educacional, sejam eles os pais, alunos, as próprias autoridades – em muito poucos casos – ou mesmo membros do agora chamado “terceiro setor” (organizações não-governamentais, etc.).

O outro grupo de matérias numericamente importante é o composto pelas alternativas e sugestões dos próprios atores, representando 25% do total das mesmas. A pesquisa indica que mais de 60% das mesmas tiveram sua origem nos próprios atores, o que permite dizer que são estes que, pouco a pouco, tentam encontrar na imprensa um meio para ser percebidos, demandar ou queixar-se, ou para sugerir ações. Igualmente é possível dizer que, ainda que timidamente, a imprensa pouco a pouco está descobrindo os atores diretos da educação.

Desse modo, se os abismos da comunicação entre a imprensa e os atores do processo educacional

diminuísem, a difusão de demandas e de propostas poderia ser maior, com o que inegavelmente a qualidade do processo educativo e suas conseqüências viriam a ser muito melhores. Especialmente porque 20% desse tipo de matérias foram dedicados à comunicação de experiências e soluções, o que leva a pensar que a imprensa, apesar das resistências tradicionais, pouco a pouco está abrindo-se a novas temáticas, que ao serem difundidas não só servem de estímulo aos que as realizam, mas podem perfeitamente servir de incentivo para que novas ações sejam levadas a cabo nesses terrenos.

Lamentavelmente, a ação direta dos jornalistas é ainda mais limitada. Como se observa na Tabela 12, a imprensa, quando toma posição, o faz no nível das exigências e demandas; 17% do total das matérias aqui analisadas correspondem a esse item. Apenas 1% das mesmas é composto por sugestões nascidas da própria imprensa, o que permite concluir que o que existe, na maioria dos casos, é um amplo desconhecimento do que é e significa o processo educacional em uma sociedade moderna que, como a brasileira, apesar de suas contradições sociais e econômicas, tem que se abrir aos novos processos e ações que se produzem na educação.

Surge assim uma sugestão final: se o que se espera é uma melhor e maior cobertura por parte da imprensa às questões educacionais em toda a extensão de seu significado, deixando de ser simples caixa de ressonância das ações e práticas estatais, é preciso que os responsáveis pelos meios de divulgação não saibam

²⁶ A ficha de análise individual de matérias, apresentada no Anexo 2, permite ver a amplitude temática e agrupamentos.

apenas as práticas e técnicas do exercício profissional do jornalismo, mas que, pouco a pouco, vão convertendo-se em conhecedores dos processos educativos e dos diferentes atores que precisam interagir para que seus resultados sejam aprimorados.

IV.4 A atração dos jornais pelos números da educação

Conforme já se observou, o uso freqüente e extensivo de estatísticas e indicadores é uma das principais características da cobertura sobre educação. Isso ocorre em 44,5% das matérias analisadas, percentual que se apresenta praticamente constante em todas as regiões. A intensidade da utilização de estatísticas só diminui entre os jornais de circulação nacional (41%). Cabe destacar, no entanto, que mesmo estes jornais quando fazem uso de indicadores, têm como principal fonte o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação responsável pelos censos educacionais e pelas avaliações dos diferentes níveis de ensino²⁷.

Do ponto de vista regional, destacam-se o Nordeste e o Sudeste com os maiores percentuais de matérias baseadas em dados estatísticos oficiais divulgados pelo MEC/INEP – 23,2% e 21,6%, respectivamente. Em seguida, aparece a Região Norte, com 20,9% da cobertura baseada na mesma fonte. Esta dependência é menor nas Regiões Sul (18%) e Centro-Oeste (12,5%). As Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, embora desempenhem um papel

importante na gestão dos sistemas de ensino básico, são pouco utilizadas pelos jornais pesquisados como fonte de estatísticas e indicadores. Apenas na Região Sul, as Secretarias Estaduais têm alguma visibilidade, sendo citadas como fonte em 3,3% das matérias que apresentam estatísticas e indicadores. As secretarias municipais, por sua vez, têm uma presença ainda mais modesta, que só se faz notar com alguma evidência na Região Norte (2,3%).

Depois dos órgãos governamentais dos três níveis administrativos diretamente vinculados à gestão educacional, aparecem em segundo lugar, como fontes utilizadas com mais freqüência pelos jornais para obtenção de dados estatísticos e indicadores, as instituições de pesquisa. Nesta categoria, estão compreendidos as universidades, o IBGE, o IPEA e outras instituições públicas e privadas que produzem informações educacionais ou que desenvolvem análises e estudos sobre dados disponíveis. Porém, em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, o número de matérias que citam estatísticas oficiais produzidas e divulgadas pelo MEC/INEP é pelo menos quatro vezes superior ao percentual de matérias que se apóiam em dados fornecidos por outros centros de pesquisa. Relação muito semelhante é observada entre os jornais de circulação nacional.

Este quadro se altera quando são introduzidas na análise as matérias que se enquadram nas difusas categorias de “outras fontes” e “sem origem explícita”,

Tabela 13 • Freqüência do uso de estatísticas e indicadores de acordo com a fonte, por região e jornais de circulação nacional (%)

Fonte dos Dados	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais de Circulação Nacional	Total
MEC/INEP	20,9	23,1	21,6	18,0	12,5	13,1	17,2
Secretarias Estaduais	0,8	1,3	0,5	3,3	1,6	1,0	1,3
Secretarias Municipais	2,3	0,8	1,4	1,6	0,3	0,7	0,9
Organismos internacionais	-	0,8	1,4	0,8	1,3	1,9	1,3
Instituições de Pesquisa	5,4	4,8	4,3	4,1	5,5	3,4	4,4
Especialistas e Pesquisadores	1,6	0,3	0,5	-	0,3	0,2	0,3
Outras fontes	8,5	9,7	10,7	9,1	14,8	12,7	11,2
Sem origem explícita	7,0	5,8	7,2	7,4	9,0	8,0	7,5
Não faz uso de estatísticas	53,5	53,4	52,4	55,7	54,7	59,0	55,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²⁷ A reestruturação do INEP, a partir de 1995, foi uma das principais iniciativas administrativas do MEC para institucionalizar os sistemas de avaliação e de estatísticas da educação nacional. Este esforço permitiu a montagem do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), que reúne as bases de dados geradas pelos censos educacionais e pelo SAEB, Provão e ENEM. Com a eficiência alcançada nesta área, o INEP se tornou nos últimos três anos a principal fonte de dados sobre a educação brasileira, o que se reflete na cobertura da imprensa no período analisado.

que respondem por percentuais expressivos em todas as regiões, especialmente na Região Centro-Oeste e entre os jornais de circulação nacional²⁸. Estes índices confirmam o grande interesse da imprensa por repercutir números e estatísticas na cobertura educacional, mesmo quando a fonte da informação não é identificada com clareza. A preferência, obviamente, é pelos dados oficiais, aos quais os jornais atribuem maior credibilidade. Apenas na Região Centro-Oeste, a proporção de matérias apoiadas em estatísticas de “outras fontes” supera a cobertura baseada nos números oficiais divulgados pelo MEC/INEP. É nesta região que também se observa o percentual mais elevado de matérias que utilizam estatísticas e indicadores sem origem explícita da fonte (9%).

No grupo dos jornais de circulação nacional, verifica-se uma situação de relativo equilíbrio entre a cobertura sustentada em números oficiais e de outras fontes – 13,1% e 12,7%, respectivamente. Estes jornais também citam com relativa frequência, em seus artigos e matérias, estatísticas e indicadores sem identificar explicitamente a fonte (8%). Estes dados insinuam que os jornais de maior circulação apresentam uma pluralidade maior de fontes, enquanto os jornais locais e regionais apegam-se mais às informações oficiais.

Em síntese, os dados analisados nesta sessão confirmam as mesmas tendências exaustivamente examinadas anteriormente, quais sejam: o domínio da cobertura jornalística apoiada em fontes oficiais, especialmente vinculadas ao governo federal, viés que se apresenta mais acentuado entre os jornais locais e regionais; contraditoriamente, a presença pouco expressiva dos órgãos estaduais e municipais responsável pela gestão dos sistemas de ensino básico; a valorização que os jornais atribuem às estatísticas e indicadores globais como informações noticiáveis, em detrimento de abordagens qualitativas mais aprofundadas.

V. Aspectos valorativos da cobertura

Para se entender como se deu a cobertura do tema da Educação nos mídia, no período escolhido de dois anos, é preciso ultrapassar a análise do conteúdo e tentar conhecer um pouco mais a respeito dos aspectos valorativos da cobertura sobre a Educação e como o processo de produção das notícias pode influenciar a própria cobertura jornalística. Nesta pesquisa, buscamos alguns dados que indicassem de que forma as informações foram conseguidas pelos profissionais do jornalismo, quais foram as fontes utilizadas, como as

informações sobre a Educação foram publicadas (qual o formato dado a elas) e quem se responsabilizou pelo produto final – a notícia.

A compreensão das rotinas do jornalismo ajuda a entender como funciona a produção da notícia, seja sobre Educação, seja sobre outros temas. Em qualquer redação de jornal, a rotina de trabalho inclui as fases de apuração, seleção e apresentação das informações. A avaliação do que será ou não publicado decorre de alguns valores, os chamados valores-notícia, que estão intimamente ligados ao tempo disponível para produção das notícias, aos recursos para a busca das informações (estrutura física, carros, computadores, compra de informações pelas agências, etc.), à quantidade de profissionais envolvidos, à carga de trabalho a que são submetidos, ao número de fontes de que dispõem, etc.

Na prática comum de uma redação, muitas vezes, os jornalistas estão limitados a recolher as informações essenciais, que eles não ‘podem deixar de dar’. A maior parte das informações circula pelas fontes institucionais e/ou oficiais, conforme mostram os dados apresentados e analisados anteriormente. Grande parte do material produzido em um jornal – e isto se aplica a todos os jornais, grandes ou pequenos – é extraído de material produzido em outro lugar, que a redação recebe e estrutura conforme suas disponibilidades de formato, necessidade, importância para a região, etc.

Os canais de recolhimento de informações já estão profundamente estruturados e definidos. A fase de apuração é muito influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias. A cobertura da imprensa, sobre qualquer tema, é regular no sentido de que os mecanismos de apuração utilizados são quase sempre os mesmos: fontes oficiais, agências de notícias, outros colegas de profissão de jornais concorrentes e algumas poucas fontes exclusivas.

O resultado deste levantamento indica, como se pode observar na Tabela 14, que a cobertura jornalística dos temas relacionados com a educação foi realizada, na maioria das vezes, de forma favorável (39,3% do total). Se agregarmos a cobertura favorável à cobertura neutra, verificaremos que mais de dois terços da cobertura (66,5%), no período analisado, foram feitos sem afetar negativamente o tema coberto. Mesmo considerando que a Educação está entre os temas que são intrinsecamente positivos, este é certamente um percentual bastante elevado de cobertura favorável e neutra. Ainda mais se levarmos em conta que, como foi

²⁸ Foram classificadas na categoria “outras fontes”, matérias que citam estatísticas e indicadores produzidos, analisados ou divulgados por organizações governamentais e não-governamentais que não pertencem às categorias anteriores, entre as quais se incluem: órgãos do governo federal não diretamente vinculados à área da educação, como Ministério do Trabalho e Comunidade Solidária; organizações empresariais e sindicais; instituições que integram o chamado Terceiro Setor.

Tabela 14 • Quanto aos aspectos valorativos da matéria

	Absolutos	% Válida	% Acumulado
Favorável	685	39,3	39,3
Desfavorável	404	23,2	62,5
Ambigua	91	5,2	67,7
Mista	90	5,2	72,9
Neutra	473	27,1	100,0
Total	1.743	100,0	-

dito acima, o grande provedor das matérias é o poder público.

É preciso esclarecer que, no nosso caso, a análise dos aspectos valorativos das matérias se refere exatamente a isso: a forma como o tema é tratado, o que leva a considerar que muitas das matérias, ainda que críticas ao governo, são favoráveis à questão tratada.

Quando incluímos variáveis relativas às regiões de origem dos jornais e ao período da cobertura, a tendência geral (favorável e/ou neutra) da cobertura jornalística não se altera em maior escala, como se pode observar na Tabela 15.

Porém, observa-se que a cobertura dos jornais locais e regionais é majoritariamente favorável e a Região Sul supera, em muito (55%), a porcentagem média. Em contraste, os principais jornais de circulação nacional (Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo) apresentam indicadores um pouco menores que os dados totais, situação que permite dizer que, ainda sendo, na maioria, favoráveis à temática educativa, no caso dos jornais de circulação nacional existe, pelo menos, uma terceira parte de matérias desfavoráveis ao tema abordado.

No entanto, na Região Sul, a cobertura de imprensa é altamente favorável na sua abordagem à temática educativa, o que é possível traduzir em menos crítica, a imprensa de cobertura nacional age em direção contrária, o que não deixa de ser paradoxal, contrastando, aliás, com a neutralidade que nas regiões menos escolarizadas (Norte e Nordeste) se observa, onde

quase um terço de matérias não tem marcada tendência.

A pesquisa revelou ainda uma oscilação temporal nos índices de cobertura favorável, como mostra a Tabela 16. Para 1997 a maior tendência favorável acontece no 3º trimestre (57%), enquanto no ano seguinte, 1998, esse comportamento se observa no 2º trimestre do ano (53%) situação que leva a supor que não existe alguma regularidade temporal no que diz respeito à valoração das matérias. Agora, enquanto no ano de 1997 as quedas são muito mais notórias, no ano de 1998 nota-se maior regularidade, o que permite pensar numa maior condescendência por parte da mídia com o desenvolvimento das atividades educacionais.

O comportamento das matérias favoráveis para o ano de 1998 mostra-se muito menos agitado que o do ano de 1997. Será por causa do processo eleitoral que dominou a agenda informativa do ano de 1998? Ou podem ser encontradas outras causas para essa maior simpatia com os acontecimentos educativos? O certo é que, como já foi dito nos itens anteriores, as matérias do ano de 1998 tiveram majoritariamente sua origem nas fontes governamentais. É uma questão que pode ser respondida com uma análise mais aprimorada dos períodos e das temáticas, que fogem, porém, das expectativas analíticas do presente estudo.

De fato, prevalecem como principais fontes o próprio MEC (55,6%), as secretarias estaduais e municipais (13,8%), outros órgãos governamentais (9,8%) e uma combinação do MEC com outros órgãos governamentais (5,4%). Ressalte-se, todavia, que não existe necessariamente uma correlação positiva entre o uso de fontes oficiais e a cobertura favorável e/ou neutra.

Finalmente, a análise mais aprofundada da cobertura valorativa revela, como se pode ver na Tabela 17, que 62% das matérias favoráveis publicadas repercutiram iniciativas do governo - fontes oficial e setor educacional somados. Muito poucas são, portanto, as matérias favoráveis na sua valoração do assunto que tem outras origens.

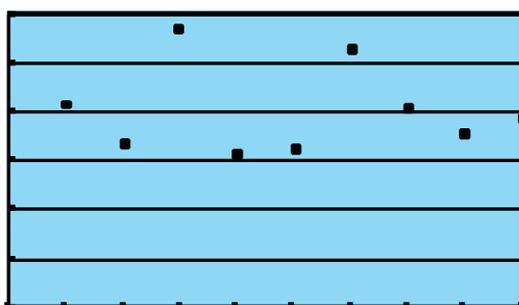
Porém, é também de fonte governamental a maior proporção de matérias desfavoráveis, pois 60% delas

Tabela 15 • Aspectos valorativos da matéria segundo a região (%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Jornais de Cobertura Nacional	Total (%)
Favorável	38,8	41,1	42,7	54,5	41,5	32,7	39,3
Desfavorável	15,5	19,0	18,4	13,2	22,9	31,5	23,2
Ambigua	8,5	4,1	4,9	2,5	4,6	6,3	5,2
Mista	6,2	2,8	2,9	3,3	5,2	7,7	5,2
Neutra	31,0	33,0	31,1	26,4	25,8	21,8	27,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 16 • Aspectos valorativos da matéria, segundo o trimestre (%)

Período	Favorável	Desfavorável	Ambígua	Mista	Neutra	Total
1º trimestre 97	41,0	24,5	4,3	1,4	28,8	100,0
2º trimestre 97	32,8	27,7	3,6	1,2	34,7	100,0
3º trimestre 97	56,8	13,7	3,2	1,6	24,7	100,0
4º trimestre 97	31,3	19,2	1,9	5,6	42,1	100,0
1º trimestre 98	32,5	15,7	1,0	13,7	37,1	100,0
2º trimestre 98	53,2	22,8	8,8	5,8	9,4	100,0
3º trimestre 98	40,5	28,7	9,7	8,2	12,8	100,0
4º trimestre 98	36,0	27,9	8,8	5,2	22,1	100,0
Média	39,3	23,2	5,2	5,2	27,1	100,0



têm essas fontes. Este dado não pode ser lido como crítica aos atos dos governos federal, estadual ou municipal, mas tem que ser interpretado como posicionamentos negativos destes perante assuntos relativos à educação, como comportamento dos atores e suas demandas específicas.

Agora, esse dado permite concluir que, seja com valorações positivas, seja com valorações negativas, as fontes do poder público são as que alimentam a atividade jornalística. São os aparelhos de governo, seja qual for sua instância administrativa, os que norteiam a atividade jornalística, questão que resulta, no mínimo, preocupante.

Tabela 17 • Tipo de fontes segundo os aspectos valorativos da matéria (%)

	Favorável	Desfavorável	Ambígua	Mista	Neutra	Total
Sem fonte	14,3	20,5	16,5	18,9	14,4	16,1
Fontes oficiais	41,5	20,8	36,3	22,2	47,4	37,0
Setor educacional	15,2	23,0	15,4	23,3	13,5	17,0
Fontes oficiais e setor educacional	6,0	15,8	9,9	17,8	9,3	10,0
Sociedade civil	8,9	5,0	7,7	3,3	8,2	7,5
Soc. civil e set. educ.	0,4	2,0	2,2	-	0,4	0,9
Organismos internacionais	2,6	1,5	2,2	2,2	1,5	2,0
Org. internac. e setor educacional	0,4	0,2	-	-	-	0,2
Org. inter., setor educ. e fontes Of.	0,1	-	-	-	0,2	0,1
Soc. civil e org. internac.	0,6	0,2	-	-	-	0,3
Fontes diversas	9,9	10,9	9,9	12,2	5,1	9,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Se bem que é possível identificar os atores envolvidos na cobertura desfavorável, isto é, aqueles segmentos da sociedade civil que aparentemente estão excluídos da formulação das políticas públicas e, ocasionalmente, os próprios mídia, uma análise qualitativa mais detalhada do material pesquisado permitirá identificar os atores envolvidos em cada um dos temas e conhecer o “enquadramento” da cobertura. Portanto, além da classificação da cobertura jornalística possível neste nível, isto é, favorável, desfavorável, neutra, ambígua e mista, que sendo útil ainda simplifica em muito as análises.

VI. Formatos, fontes e abrangências

É interessante destacar que a fase de apuração tem importância vital para a realização da matéria, interferindo não só a quantidade de informações que serão utilizadas, mas também no formato final. Os dados da Tabela 18 mostram que 80,8% das matérias tinham caráter informativo (somando-se os percentuais de reportagem, nota e outro); 17,1% eram matérias consideradas de opinião (agregando-se os percentuais de artigo assinado, coluna ou nota assinada, editorial e outro); 2,0% foram entrevistas (com dirigente, especialista e agente do processo de ensino-aprendizagem) e insignificantes 0,1% foram transcrições de discursos de autoridades (outros).

Mesmo incluindo nas matérias de opinião, as entrevistas e as transcrições de discursos, obteríamos uma porcentagem ainda muito abaixo (19,2%) da registrada nas matérias informativas. Porém, vale ressaltar, que as matérias classificadas como informativas obedecem a certas categorias da objetividade, mas não se eximem de terem ‘enquadramentos’ e valorações, conforme vimos nos aspectos valorativos da cobertura.

Quando aproximamos o foco para a imprensa de cobertura nacional, os percentuais mantêm sua hierarquia (Tabela 19): as matérias com caráter informativo continuam na frente, com 71%; as matérias de opinião ficam com 25,7% e as entrevistas constituem 3,3% da cobertura sobre educação. O aumento no índice de matérias de opinião pode ser explicado pela maior facilidade de publicação de artigos assinados e editoriais sobre as principais questões de Educação na grande imprensa.

Ao separarmos os dados por região, constatamos que os percentuais entre matérias informativas e de opinião mantêm-se mais ou menos constantes (Tabela 20). Em todas as regiões, os percentuais de reportagens e notas são maiores do que os registrados para artigos assinados, colunas ou notas assinadas e editoriais. Também é interessante notar que as Regiões Centro-Oeste e Sudeste são as que apresentam maiores percentuais de artigos assinados (10,6% e 10,1%,

Tabela 18 • Classificação das matérias quanto ao tipo

Matérias informativas (%)	
Reportagem	71,5
Nota	
Outro	
TOTAL	80,8

Matérias de Opinião (%)	
Artigo assinado	
Coluna ou nota assinada	1,4
Editorial	
Outro	
TOTAL	17,1

Entrevistas (%)	
Dirigente	1,0
Especialistas	0,9
Agentes do processo ensino aprendizagem	0,1
TOTAL	2,0

respectivamente).

Neste caso, deve-se levar em conta que Brasília é o centro da discussão das políticas nacionais de educação. No caso de editoriais, a Região Sudeste fica em primeiro lugar, seguida da Região Sul (4,3% e 3,3%). Vale destacar o percentual de reportagens da Região Norte (96%), o que pode indicar intenso reaproveitamento de material noticioso produzido pelas sucursais e agências de notícias instaladas nos principais centros produtores de notícias do País - Brasília e o eixo Rio-São Paulo.

Quanto mais distante dessas regiões, mais os jornais locais utilizam-se de material enviado por outros veículos de comunicação, notadamente as assessorias de imprensa dos órgãos do governo, como já dissemos. Os releases enviados pelas assessorias e as notas de agência muitas vezes são publicados na íntegra e assinados como reportagem, o que não permite indicar com precisão a proporção de matérias de agências de notícia. A maioria, no entanto, serve para que a redação ou reportagem local edite e reescreva o material, sem alterar substancialmente as indicações sobre o conteúdo predominante.

Assim, ao contrário do que à primeira vista pode parecer, o fato de a maioria das matérias ter formato considerado informativo não indica necessariamente, como vimos, uma cobertura mais objetiva, pois as principais fontes utilizadas para qualquer formato de matéria são as oficiais. De fato, constatou-se que mais

Tabela 19 • Classificação das matérias quanto ao tipo, nos jornais de circulação nacional

Matérias informativas	(%)
Reportagem	61,5
Nota	9,2
Outro	0,3
TOTAL	71,0

Matérias de Opinião	(%)
Artigo assinado	11,6
Coluna ou nota assinada	2,1
Editorial	4,8
Outro	7,2
TOTAL	17,1

Entrevistas	(%)
Dirigente	1,5
Especialistas	1,8
TOTAL	3,3

da metade (54,5%) da cobertura sobre educação no período analisado é oriunda de fontes oficiais. A segunda fonte mais presente na cobertura é o setor educacional (28,3%) que inclui instituições de ensino, associações corporativas e entidades educacionais, além de especialistas e pesquisadores em educação.

O aprofundamento da análise, com a introdução das variáveis relativas às regiões do País, período da cobertura e tipo de jornal - local, regional ou nacional - não altera a tendência geral de predomínio das fontes oficiais. Entre elas, a principal é o MEC, que chega a ser responsável por 63,6% da cobertura deste tipo de fonte na Região Sudeste, 66,7% e de 55,6% nos jornais locais e regionais de todo o País. As outras fontes oficiais relevantes para a cobertura são - isoladamente ou em combinação - as secretarias estaduais e municipais de educação, outros órgãos governamentais.

É interessante observar que a sociedade civil, por meio dos partidos políticos, do setor empresarial, do setor sindical, do Terceiro Setor e de organizações religiosas, merece uma cobertura bastante reduzida da imprensa no que se refere à área de educação: apenas 9,5% da cobertura total. Essa tendência não sofre maiores variações por região, período da cobertura e tipo de jornal - local, regional e nacional. É digno de nota que, entre os segmentos da sociedade civil que merecem alguma cobertura, destaca-se o Terceiro Setor.

Uma elevada proporção (84%) das matérias relativas ao tema Estado-Educação -o mais noticiado segundo a pesquisa- foi de caráter noticioso (nota

reportagem e outras) e apenas 14% do total destas matérias foram de opinião. Aliás, como se pode observar na Tabela 21, quase a metade das matérias deste último tipo teve como interesse a organização e a gestão das instituições educativas, o que leva a pensar que os jornalistas, quando oferecem opiniões, concentram o seu interesse e seus posicionamentos nas questões internas da vida escolar.

Outro grande número daquelas poucas matérias de opinião diz respeito a questões diretamente vinculadas com as ações do governo (Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos e questões orçamentais) onde se concentraram 45% deste tipo de notas. Quer dizer que quando as opiniões dos jornalistas não se referem à instituição educativa como tal, o interesse se translada às responsabilidades e ações do governo. Todo o anterior leva a pensar que são os mesmos formadores de opinião os que têm concentrado o tema Educação às questões tradicionais " instituição escolar e agente governamental" , esquecendo quase que totalmente as outras práticas e ações educativas.

Levando-se a análise para outro aspecto, pode-se ver que dos temas relacionados com Políticas Públicas/Educação e Estado foram, em sua maioria, de abrangência contextual (64%), seja de maneira simples ou descritiva, como se mostra na Tabela 22. O anterior permite a constatar que, ainda que as matérias não sejam de cunho estritamente factual, não existe a uma maior reflexão por parte dos mídia sobre aquelas questões que

Tabela 20 • Participação quanto ao tipo de matéria, por região (%)

Matérias informativas	N	NE	SE	S	CO
Reportagem	88,9	80,7	75,5	80,3	65,5
Nota	7,1	10,1	5,3	8,2	15,5
Outro	-	-	-	-	0,6
TOTAL	96,0	90,8	80,8	88,5	81,6

Matérias de opinião	N	NE	SE	S	CO
Artigo assinado	0,8	6,3	10,1	5,7	10,6
Coluna ou nota assinada	1,6	0,3	1,0	-	1,9
Editorial	-	1,5	4,3	3,3	2,6
Outro	0,8	0,5	1,4	1,6	1,6
TOTAL	3,2	8,6	16,8	10,6	16,7

Entrevistas	N	NE	SE	S	CO
Dirigente	0,8	0,6	1,4	-	1,0
Especialistas	-	0,3	-	-	0,6
Agentes do processo ensino aprendizagem	-	-	0,5	0,8	-
TOTAL	0,8	0,6	1,9	0,8	1,6

Tabela 21 • Tipo da matéria segundo o foco Estado/Educação (%)

	Reportagem, nota, outros	Opinião	Atores do processo educativo	Autoridades de governo	Total
Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos	74,2	22,6	3,2	-	100,0
Questões orçamentais da área de educação	77,8	21,6	0,6	-	100,0
Organização e calendário escolar	92,0	8,0	-	-	100,0
Questões docentes	80,0	14,5	5,5	-	100,0
Organização e gestão escolar	56,3	40,8	1,4	1,4	100,0
Infra-estrutura física/insumos	93,8	6,2	-	-	100,0
Questões pedagógicas	83,8	14,9	1,4	-	100,0
Propostas curriculares	88,2	9,4	2,4	-	100,0
Avaliação do ensino	85,7	13,1	1,2	-	100,0
Repetência e evasão escolar	84,6	7,7	7,7	-	100,0
Violência na escola	100	-	-	-	100,0
Programas de ajuda ao estudante	90,2	7,7	2,0	-	100,0
Outro: Vestibular	82,9	13,1	3,5	0,5	100,0
Total	83,9	13,9	2,1	0,1	100,0

mais aparecem nas suas páginas quando os temas educacionais são tratados. Como pode observar-se, existe uma grande ausência de matérias nos itens avaliativo e propositivo.

Apesar disso, vale destacar que o tema Aceleração da Aprendizagem recebeu 16,7% de matérias de caráter propositivo, com apresentação de soluções, projetos, experiências bem-sucedidas, etc. e o tema Violência na escola obteve 40% de matérias avaliativas e 20% de matérias propositivas.

A questão do formato das matérias também está intimamente ligada ao nível de abrangência. Quanto

maior o número de fontes e informações sobre o assunto coberto, maior a possibilidade de uma matéria abranger os diferentes aspectos do tema. Uma ampla reportagem, por exemplo, tem mais possibilidades de dar um tratamento mais completo ao assunto, contextualizando os acontecimentos, explicando os fatos anteriores e os personagens, utilizando textos curtos explicativos, detalhes e informações de fundo, o que poderia garantir mais elementos para o julgamento do leitor.

Na cobertura da Educação, as matérias analisadas, independentemente de seus formatos, foram preponderantemente contextualizadas, seja de maneira simples

Tabela 22 • Relação entre foco principal "Políticas Públicas/Educação e Estado" e abrangência da matéria

Políticas Públicas/Educação e Estado	Quanto à abrangência (%)				
	Factual	Contex. Simpl.	Contex. Descrit.	Avaliat.	Proposit.
Estrut. e funcion. de secret. estadual	33,3	66,7	-	-	-
Estrutura e funcionamento de secretaria municipal	-	50,0	50,0	-	-
Demandas de outros atores	-	100,0	-	-	-
Extensão/redução da jornada escolar	33,3	66,7	-	-	-
Falta de sala de aula/vaças	-	31,3	56,3	6,3	-
Infra-estrutura física/insumos	-	80,0	20,0	-	-
Equipamentos (computador, TV, etc.)	7,1	52,4	14,3	9,5	-
Aceleração da aprendizagem	-	83,3	-	-	16,7
Outros temas relativos a questões pedagógicas	-	100,0	-	-	-
Violência na escola	-	40,0	-	40,0	20,0

ou descritiva, registrando 60,8% (Tabela 23). Em segundo lugar, aparecem as matérias de abrangência factual (16,3%), que se restringem a um fato imediato; de abrangência avaliativa (14,2%), em que uma opinião é fornecida de forma explícita e preponderante, e abrangência propositiva (1,5%), em que são apresentadas soluções para determinados problemas, com repercussão de experiências de sucesso. Percentagens menos significativas apareceram em combinações das várias categorias, mas não alteram a questão substancial.

O registro de grande percentagem de matérias contextualizadas reforça a tese de que o material recebido de fora da redação local funcionaria como o articulador e organizador das matérias publicadas nestes jornais. No caso dos grandes jornais, as informações da redação tendem a se fundir com as emitidas pelas agências, mas o peso dos releases das assessorias e das fontes oficiais continua grande, até pela questão da proximidade. O que chama a atenção em relação aos números sobre a abrangência na grande imprensa é o aumento na percentagem da categoria Avaliativo (20%).

Isto nos leva à discussão sobre a especialização na produção de matéria sobre educação. Quem explicitamente é o responsável pelas matérias sobre Educação? Apesar da pesquisa não ter contemplado, por exemplo, questões sobre quais editorias apareceriam as matérias sobre Educação, foi possível averiguar que 28,3% das matérias foram assinadas por repórteres, editores ou colunistas; 18,9% foram assinadas como "reportagem local", 11% foram assinadas como "agência de notícias", 4,9% como "outros", 4,2% como "sucursais", 3,1% como "editorias" e 1,1% como "redação" (local).

A pesquisa sobre a cobertura do tema Educação nos mídia (exclusivamente jornais), no período analisado, indica que as rotinas produtivas conhecidas da imprensa brasileira, que envolvem a apuração de informações com o uso de fontes oficiais, releases de assessorias institucionais, matérias compradas de outros jornais e agências de notícias, entre outros estão fundamentadas, em grande parte, nos mesmos instrumentos, seja em relação aos grandes como aos pequenos jornais.

VII – Considerações Finais

A pesquisa **MÍDIA & EDUCAÇÃO - PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP), da Universidade de Brasília, orientou-se em torno do objetivo geral de proporcionar elementos para um diagnóstico, ainda que preliminar, da frequência e, sobretudo, da maneira como as questões educacionais vêm sendo tratadas pelos mídia brasileiros nos últimos anos. Pretendia-se, inicialmente, incluir na análise a cobertura de jornais, revistas e emissoras de televisão, nos anos de

Tabela 23 Percentual de matérias quanto à abrangência e nível de abordagem do assunto (%)

Factual	16,3
Contextual simples	44,8
Contextual descritivo	16,0
Avaliativo	14,2
Propositivo	1,5
Combinação de categorias	7,2

1997 e 1998. No entanto, diante das limitações de prazo para o planejamento e execução do projeto e da indisponibilidade de todo o material necessário nos acervos do MEC e da ANDI (sobretudo gravações representativas de telejornais para o período em estudo), só foi possível, nesta primeira etapa, pesquisar os mídia impressos (jornais).

A amostra pesquisada dos mídia impressos brasileiros, no entanto, é estatisticamente representativa, abrangendo 62 diários de todo o País, entre os quais os cinco principais diários de circulação nacional – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil além do Correio Braziliense, jornal de maior circulação em Brasília, capital administrativa e política do país.

Para analisar a cobertura educacional deste conjunto expressivo de jornais durante dois anos – 1997 e 1998 – optou-se pela metodologia de trabalhar com um mês composto para cada ano. Ou seja, foram escolhidos aleatoriamente 62 dias no período compreendido pela pesquisa. Com base nos clippings do MEC e da ANDI, foram então selecionadas 1.763 matérias publicadas nas datas que compõem o universo desta pesquisa, cujos resultados mais significativos foram analisados ao longo do presente RELATÓRIO FINAL.

Resumidamente, pode-se afirmar que a pesquisa **MÍDIA & EDUCAÇÃO - PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** constatou que a cobertura sobre as questões relativas à educação nos mídia impressos brasileiros apresenta as seguintes características principais:

1. amplo predomínio das fontes oficiais, sobressaindo-se o Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, como "primary definer" privilegiado da pauta dos jornais sobre as questões educacionais;

2. presença bastante limitada de fontes e atores não-governamentais, especialmente dos segmentos diretamente ligados à educação, como professores, pais e alunos, e das organizações que compõem o chamado Terceiro Setor envolvidas com projetos educacionais, o que restringe uma representação não oficial da realidade educacional;

3. forte viés quantitativo e estrutural na seleção do que é noticiável em educação, o que se evidencia pelo destaque dado aos resultados de avaliações e às estatísticas e indicadores oficiais divulgados pelo MEC/INEP;

4. o ensino superior, isoladamente, é o nível que desperta maior atenção dos diários pesquisados, interesse que alcança maiores níveis entre os jornais das Regiões Sul e Sudeste;

5. os jornais de circulação nacional mostram-se mais interessados pelos temas educacionais em geral, em comparação com os jornais locais e regionais, o que condiciona a cobertura sobre o tema de um ponto de vista das macro-políticas, em detrimento de uma abordagem mais próxima do que realmente acontece na escola;

6. também são os jornais de circulação nacional que dão maior cobertura às questões educacionais na perspectiva da sociedade civil, em contraste com os jornais locais e regionais que privilegiam o enfoque centrado na relação Estado/Educação;

7. a cobertura jornalística sobre educação é, majoritariamente, favorável ou neutra, o que confirma a tendência de valorização positiva intrínseca ao tema, característica que se acentua quando as matérias se referem a iniciativas governamentais.

É necessário que se compreendam essas características dentro do panorama anteriormente referido (item III. Premissas e referências teóricas) da crescente centralidade dos mídia no mundo contemporâneo. Apesar de os mídia impressos serem apenas uma das partes de um ambiente simbólico maior e mais complexo onde também estão a televisão (aberta e por assinatura), as revistas, o cinema e a Internet, os jornais certamente constituem uma parte importante na definição e na construção da imagem pública da Educação no Brasil.

Os dados encontrados não deixam dúvida sobre a presença marcante do Executivo Federal como principal fonte jornalística e principal definidor não só das políticas e das agendas públicas mas da própria pauta jornalística do setor educacional brasileiro. Neste sentido, os dados encontrados parecem validar algumas das principais hipóteses da teoria do newsmaking, particularmente quanto à tendência da imprensa de estabelecer relação de preferência estruturada - os "primary definers" - com as fontes oficiais. A particularidade brasileira, no entanto, é que a tradição de

"Executivo forte" do nosso regime presidencialista faz com que a função de agenda setting - em geral exercida com relativo grau de autonomia pelos mídia - esteja estruturalmente dependente das fontes oficiais do Executivo Federal em contradição com a alocação orçamentária e a distribuição Constitucional de responsabilidades administrativas do setor educacional que privilegiam os executivos estaduais e municipais.

Neste contexto, há de se registrar o papel de destaque assumido pelo Executivo Federal, através do MEC, a partir de 1995, na condução das reformas e políticas educacionais²⁹. Os anos de 1997 e 1998 compreendidos por esta pesquisa não permitem, todavia, identificar uma clara tendência de crescimento na cobertura da Educação nos jornais, sobretudo porque correspondem a um período atípico e de estabilidade no quadro institucional, especialmente nas instâncias administrativas do setor. O próprio prestígio do Ministro da Educação junto ao Presidente da República, de quem é um dos principais conselheiros, contribuiu para ampliar ainda mais o interesse da imprensa pelas políticas setoriais da área educacional. Ademais, como já se mencionou neste RELATÓRIO FINAL (cf. nota 15, p.35), não se pode deixar de levar em conta a eficácia do trabalho de comunicação desenvolvido pelo MEC, que dispõe de recursos significativos no atual Governo.

A análise quantitativa e qualitativa da cobertura dos jornais - iniciada neste Projeto - acrescida da análise da cobertura das revistas e dos telejornais, através da identificação de seu enquadramento (framing), numa próxima etapa da pesquisa MÍDIA & EDUCAÇÃO - PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, possibilitará a identificação de um quadro mais completo sobre a cobertura da Educação pelos mídia brasileiros. Até lá, estamos certos de que os resultados aqui relatados, embora não espelhem completamente a diversidade e a riqueza dos temas abordados e do tratamento dispensado pelos mídia brasileiros em relação às questões educacionais, poderá contribuir para o inadiável debate sobre como ampliar e qualificar a cobertura sobre os temas educacionais no Brasil.

²⁹ É interessante comparar os resultados desta pesquisa com estudo semelhante realizado pelo Grupo de Trabalho em Educação do Laboratório de Pesquisas Sociais do IFCS/UFRRJ, sob a coordenação de Maria Helena de Magalhães Castro. A pesquisa, intitulada "A Educação Básica na Imprensa (1992-1996): muitos passos, mas, para onde mesmo?", que abrange um período mais longo e conturbado do cenário institucional do País, mostra uma presença mais vigorosa dos governos estaduais e municipais e das organizações não-governamentais como atores relevantes na área educacional.



Grupo formado por membros da imprensa, de organizações da sociedade civil, de organizações governamentais e das universidades entregam ao Ministro Paulo Renato o documento final do Fórum

A PESQUISA

VIII - REFERÊNCIAS

- BUDD, R. W. et al. Content analysis of communications. New York : Macmillan, 1967. cap. 4, esp. p. 25-28.
- CASTRO, M.H.M. de. A Educação Básica na Imprensa (1992-1996): muitos passos, mas, para onde mesmo? ". Memo. (1996).
- DATAFOLHA. O jovem, a sociedade e a mídia do próximo milênio (1997). Disponível na Internet: <www2.uol.com.br/survey/frm4_pt.htm>.
- ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, vl. 43, n. 4, p. 51-58, Autumn, 1993.
- HALL, S. et al. A Produção social das notícias: o 'mugging' nos media. In: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa : Veja, 1993. p. 224-248.
- HANSEN, A. et al. *Mass communication research methods*. New York : N.Y. University Press, 1998. cap. 5, esp. p. 100-105.
- HUNDT, R. O revolucionário americano. (Entrevista a Osmar Freitas Jr.). *Isto É*, Edição 1.362, p. 4-7, 8 nov. 1995.
- KRIPPENDORFF, K. *Metodologia de analisis de contenido: teoria y practica*. Barcelona/Buenos Aires : Paidós, 1967. cap.6, esp. p. 93-102. (Série: Paidós Comunicación, 36).
- LAMBERT, W. E. e KLINEBERG, O. *Children's views of foreign peoples: a cross-national study*. New York : Meredith, 1967.
- LIMA, V. A. de. Os mídia e o cenário de representação da política. *Lua Nova*, n. 36, p. 274-301, 1996.
- LIMA, V. A. de. Notas preliminares sobre o jornalismo da Rede Globo: um estudo de caso sobre o DF-TV. *Opinião Pública*; v. 4, n.3, p. 121-130, nov. 1997.
- LIMA, V. A. de. Os Mídia e a Política. In: RUA, M. das G. e CARVALHO, I. (orgs.). *O estudo da Política: tópicos selecionados*. Brasília : Paralelo 15; 1998. p. 209-230.
- LIMA, V. A. de. *Sociedade da informação, comunicações e democracia*. Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, v. 12, n.4, p. 26-29, out./dez. 1998a.
- LIMA, V. A. de, GUAZINA, L. Política eleitoral na TV: um estudo comparado do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* em 1998. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12, 1998, Caxambu, MG.
- TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa : Veja, 1993.
- TRAQUINA, N. O paradigma do 'Agenda Setting': redescoberta do poder do jornalismo. *Revista Comunicação & Linguagens*, n. 21-22, p. 189-221, 1995.
- WOLF, M. *Teorias de Comunicação*. Lisboa : Editorial Presença, 1987.
- WOLF, M. *Los Efectos Sociales de los Media*. Barcelona : Paidós, 1994.
- 1 A utilização deste procedimento metodológico, em pesquisas dessa natureza, encontra respaldo em diversos autores, entre eles HANSEN (1998).
 - 2 Foram selecionadas no período pesquisado 99 matérias de televisão e reportagens de revistas sobre questões gerais ligadas à educação.
 - 3 Os auxiliares de pesquisa tiveram divididos entre si as matérias selecionadas dos clippings do MEC e da ANDI, tendo cada um ficado responsável pela leitura aproximada de 12,4 dias de jornal. Ao final do trabalho, cada um preencheu, em média, 352,6 fichas de classificação, o que totalizou 1.763 fichas (1.633 do clipping do MEC e 130 do clipping da ANDI).
 - 4 A noção de centralidade tem sido aplicada nas Ciências Sociais igualmente a pessoas, instituições e idéias-valores. Ela implica a existência de seu oposto, vale dizer, o periférico, o marginal, o excluído mas ao mesmo tempo admite gradações de proximidade e afastamento, isto é, pessoas, instituições e idéias-valores podem ser mais ou menos centrais. Naturalmente, a centralidade dos mídia pressupõe a existência de sua base física, os sistemas nacionais (networks) consolidados de telecomunicações.
 - 5 O próximo passo para a análise

Referências Bibliográficas

qualitativa das notícias seria a utilização do conceito de “cenário de representação” e a tentativa de identificar o cenário específico nos limites do qual a representação da Educação tem sido construída no e pelos mídia (Cf. Lima, 1996).

6 O Correio Braziliense, embora não preencha os critérios para ser incluído na categoria de jornais de circulação nacional, apresenta algumas características que o diferenciam dos periódicos locais e regionais. É o jornal de maior circulação de Brasília, capital administrativa e política do País. Por isso, algumas comparações serão feitas agregando-o aos diários de circulação nacional, com os quais se assemelha mais na cobertura da educação.

7 É importante esclarecer que a metodologia utilizada na pesquisa não levou em conta o tamanho das matérias nem o destaque dado no corpo do jornal - manchete na primeira página, localização dentro da página, etc. Com isso, esta comparação, baseada exclusivamente no número unitário de matérias sobre educação publicadas pelos 62 jornais pesquisados, deve ser vista com alguma cautela. Como a tendência atual do jornalismo impresso de adotar textos enxutos é mais visível em alguns jornais, obviamente a contagem unitária do número de matérias não oferece possibilidade de uma comparação mais apurada sobre o espaço dedicado à educação em cada veículo. É o caso da Folha de S.Paulo, que adota um rígido padrão em relação ao tamanho das matérias publicadas, raramente ultrapassando 20 linhas de texto. É freqüente, portanto, que a matéria principal seja acompanhada de uma ou mais retrancas. Essa característica deve ser levada em conta ao se analisar o expressivo número de matérias publicadas por este jornal.

8 Para maiores esclarecimentos podem se consultar as tabelas do anexo relativas ao tema.

9 No mesmo período, o MEC divulgou

ainda o resultado de dois projetos internacionais dos quais o Brasil fez parte: o estudo comparado realizado pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade na Educação (OREALC/UNESCO), que envolveu 15 países da região, e o projeto piloto de indicadores educacionais da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE/UNESCO).

10 O presidente aproveitou ainda a visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro, para entregar um documento com as linhas gerais da campanha, reforçando assim o marketing construído em torno da simpática bandeira “ toda criança na escola” .

11 Este impulso descentralizador foi dado pela Constituição de 1988, que ampliou significativamente a autonomia dos municípios, garantindo-lhes inclusive prerrogativas para organizarem seus próprios sistemas de ensino, independentemente de supervisão estadual ou federal. A Emenda Constitucional nº 14, de 1996, tratou de estabelecer com maior clareza as competências e responsabilidades dos três níveis de governo. A União tem um papel normativo (de definir as grandes diretrizes do sistema), redistributivo e supletivo (mediante assistência técnica e financeira aos Estados e municípios para diminuir desigualdades sociais e regionais). O ensino fundamental obrigatório é responsabilidade compartilhada dos governos estaduais e municipais. A educação infantil deve ser atendida prioritariamente pelos municípios e o ensino médio, pelos Estados.

12 É o que sugere o trabalho de acompanhamento da cobertura da imprensa que vem sendo realizado pela ANDI desde junho de 1996. Centrado na atenção dispensada pelos veículos de comunicação (51 jornais de todas as regiões do país e 8 revistas de circulação nacional) às questões relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes, a Pesquisa ANDI - Infância na Mídia

detectou um aumento expressivo das matérias sobre educação no primeiro semestre de 1998, quando o assunto atingiu a primeira posição entre os temas sociais mais abordados desde que o levantamento começou a ser realizado.

13 Embora a pesquisa tenha indicado uma proporção relativamente pequena de matérias publicadas por jornais locais e regionais proveniente de agências de notícias, este dado é distorcido pela prática corrente em muitos veículos de não identificar a autoria do material publicado.

14 O Ministério da Educação dispõe de uma verba anual de cerca de R\$ 20 milhões para as ações de propaganda institucional e publicidade. Além disso, em razão de acordo mantido com a ABERT, consegue inserções gratuitas nas emissoras de rádio e televisão para mensagens institucionais. Uma das principais atividades da Assessoria de Comunicação Social do MEC, diretamente vinculada ao gabinete do ministro, é a distribuição de notícias para jornais locais e regionais.

15 Cf. “ Cobertura da área educacional pela mídia é criticada”, in O Estado de S.Paulo, 14/5/99, p. A-14.

16 Esta é a principal idéia veiculada pelo programa de voluntariado na educação “ Amigos da Escola”, lançado pela Rede Globo, em conjunto com o Comunidade Solidária, dentro das ações do Projeto “ Brasil 500 Anos”, cujo slogan é “ Todos pela educação” .

17 Para uma análise pormenorizada de todas essas questões, consultar as tabelas respectivas do Anexo.

18 Conforme esperado, 10,1% de matérias não se correspondem com nenhum dos temas listados e não podiam ser englobadas nas categorias majoritárias, pelo que foram agrupadas na categoria de outros.

19 A aplicação de exames nacionais, como o Provão e o ENEM, e a divulgação de seus resultados são eventos amplamente cobertos pelos jornais de circu-

Referências Bibliográficas

lação nacional, merecendo até cadernos especiais da Folha de S. Paulo, e encartes em outros jornais.

20 Embora não tenha sido mencionado até aqui, é importante reconhecer que além dos sistemas nacionais de avaliação montados pelo MEC, existem importantes iniciativas nesta área de governos estaduais e municipais, com destaque para as redes estaduais de São Paulo e Minas Gerais, que desenvolveram sistemas próprios de avaliação.

21 Este é um aspecto que não pode ser suficientemente avaliado pela pesquisa, mas é necessário registrar que, embora seja apenas uma hipótese, parte da larga repercussão das ações do MEC na imprensa pode estar diretamente relacionada com uma estratégia competente de comunicação implementada pela atual gestão.

22 Os resultados do Provão, SAEB, ENEM e dos censos educacionais têm sido habitualmente divulgados pelo ministro da Educação, em entrevistas coletivas especialmente convocadas para este fim.

23 Pouco abaixo desses 50% encontra-se a Região Centro-Oeste, onde os periódicos totalizam 48% de matérias que são produto de anúncios oficiais.

24 A ficha de análise individual de matérias, apresentada no Anexo 2, permite ver a amplitude temática e agrupamentos.

25 Um dos trabalhos sobre o tema é: "A Educação Básica na Imprensa (1992-96): muitos passos, mas, para onde mesmo?" de Maria Helena de Magalhães Castro (IFCS/UFRJ).

26 Para uma visão mais ampla, ver o Quadro correspondente, incluído no Anexo (?).

27 A reestruturação do INEP, a partir de 1995, foi uma das principais iniciativas administrativas do MEC para institucionalizar os sistemas de avaliação e de estatísticas da educação nacional. Este esforço permitiu a montagem do Sistema

Integrado de Informações Educacionais (SIEd), que reúne as bases de dados geradas pelos censos educacionais e pelo SAEB, Provão e ENEM. Com a eficiência alcançada nesta área, o INEP se tornou nos últimos três anos a principal fonte de dados sobre a educação brasileira, o que se reflete na cobertura da imprensa no período analisado.

28 Foram classificadas na categoria "outras fontes", matérias que citam estatísticas e indicadores produzidos, analisados ou divulgados por organizações governamentais e não-governamentais que não pertencem às categorias anteriores, entre as quais se incluem: órgãos do governo federal não diretamente vinculados à área da educação, como Ministério do Trabalho e Comunidade Solidária; organizações empresariais e sindicais; instituições que integram o chamado Terceiro Setor.

29 É interessante comparar os resultados desta pesquisa com estudo semelhante realizado pelo Grupo de Trabalho em Educação do Laboratório de Pesquisas Sociais do IFCS/UFRJ, sob a coordenação de Maria Helena de Magalhães Castro. A pesquisa, intitulada "A Educação Básica na Imprensa (1992-1996): muitos passos, mas, para onde mesmo?", que abrange um período mais longo e conturbado do cenário institucional do País, mostra uma presença mais vigorosa dos governos estaduais e municipais e das organizações não-governamentais como atores relevantes na área educacional.

